FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO

A IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS DE TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO, DO SUDOESTE DA BAHIA, DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, DO SISAL E DA COSTA DO DESCOBRIMENTO

Salvador, 2020

A IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS DE TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO, DO SUDOESTE DA BAHIA, DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, DO SISAL E DA COSTA DO DESCOBRIMENTO

COMPONENTES DA COMISSÃO

- Ana Paula Santos (SENAC)
- Ednai Alves (SEC/SGINF)
- Jean Mário Araújo Costa (ANPAE)
- Lauredite Silva (SENAC)
- Ludmila Karla Souza Figueiredo (SENAI)
- Luzinete Barbosa Lyrio (SEC/COPE)
- Maria Couto Cunha (ANPAE) – Coordenadora
- Mariene Martins Maciel (COODE)
- Moacir Freitas Borges – (SEC/COPE)
- Nicia Moreira da Silva Santos (SEC/SGINF)
- Olímpia Gordiano (SEC/SGINF)
- Salete Noro (SBPC)
- Talamira Taita Brito (Fóruns Municipais de Educação de Vitória da Conquista)
- Valdirene Oliveira Souza (SEC/SGINF)
- Verilane Santos (SEC/COPE)
- Vitalina Silva (SEC/COPE)

Com a colaboração da Dra. Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes Ministério Público da Bahia), e das Profa. Gilvânia Nascimento e Alda Pêpe (UNCME)

Equipe de revisão da versão final

Anderson Passos (COPE/SEC)
Jean Mário Araújo Costa (ANPAE)
Luzinete Lyrio (SEC/COPE)
Maria Couto Cunha (ANPAE)
Moacir Freitas Borges – (SEC/COPE)
Valdirene Oliveira Souza (SEC/SGINF)
Vitalina Silva (SEC/COPE)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Atividades Complementares
AE	Avaliadores Educacionais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANA	Avaliação Nacional de Alfabetização
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
API	Atendimento Psicopedagógico
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEEDE	Centro de Atendimento Educacional Especializado em Eunápolis
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENAP	Centro de Atendimento Psicológico
CME	Conselho Municipal de Educação
COPE	Coordenação de Projetos Especiais
CREAS	Centro de Referência Especializada e Atenção Social
DICOPE	Diretoria de Cooperação de Planos de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEEBA	Fórum Estadual de Educação do Estado da Bahia
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PAR	Programa de Ações Articuladas
PARFOR	Plano de formação dos Profissionais da Educação Básica
PEE/BA	Plano Estadual de Educação da Bahia
PMALFA	Programa Mais Alfabetização
PME	Plano Municipal de Educação
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNAIC	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação

PETE	Programa de Transporte Escolar
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SEALF	Secretaria de Alfabetização
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCEduca	Sistema de monitoramento dos Planos Educacionais dos Tribunais de Contas
TCU	Tribunal de Contas da União
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1	**META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL**.....	11
1.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES.....	11
1.2	NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS.....	14
1.3	ESTRATÉGIAS DA META 1 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÓRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES.....	18
1.4	RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META 1 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS.....	27
2	**META 2 - ENSINO FUNDAMENTAL**	30
2.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES.....	30
2.2	NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS.....	32
2.3	ESTRATÉGIAS DA META 2 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÓRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES.....	40
2.4	RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META 2 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS.....	49
3	**META 3 – ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS E ENSINO MÉDIO**.....	52
3.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES.....	52
3.2	NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS.....	55
3.3	ESTRATÉGIAS DA META 3 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÓRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES.....	61
3.4	RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META3 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS.....	70
4	**META 4 – ESCOLARIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**.....	72
4.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES.....	72
4.2	NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS.....	73
4.3	ESTRATÉGIAS DA META 4 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÓRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES.....	81
4.4	RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META 4 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS.....	91
5	**META 5 – ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS**.....	93
5.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES.....	96
5.2	NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS.....	99
5.3	ESTRATÉGIAS DA META 5 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÓRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES.....	106

5.4 RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS..... 110
6 **OUTRAS METAS QUE INCIDEM DIRETAMENTE EM ATRIBUIÇÕES DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO..... 111**
6.1 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL..... 111
6.2 RENDIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA..... 113
6.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO..... 115
7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 118**
REFERÊNCIAS..... 120
APÊNDICE 1 - INDICADORES EDUCACIONAIS POR MUNICÍPIO.... 123

INTRODUÇÃO

A partir de uma análise dos relatórios de monitoramento dos Planos Municipais de Educação (PME) do Estado da Bahia, postados, até 2018, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), plataforma que registra e acompanha a realização do monitoramento de PME no Estado da Bahia, coordenado pela Coordenação de Projetos Especiais da Secretaria (COPE/SEC), a Comissão de Monitoramento e Sistematização do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEEBA) verificou de que forma as metas e estratégias do Plano Estadual de Educação aprovado em 2016 (PEE/BA) estavam sendo atingidas no nível dos municípios.

Este trabalho, pois, focalizou a realização de algumas metas do PEE/BA especialmente aquelas em que a atuação dos municípios deveria ser mais intensa e completa e que eram consideradas, no nível nacional como estruturantes. Assim, foram alvo das análises as metas: 1 – que trata da Educação Infantil; 2 que estabelece estratégias para o Ensino Fundamental; 3 – referente à escolaridade da população de 15 a 17 anos e atendimento ao Ensino Médio; 4, que estabelece políticas para a Educação Especial; e 5, sobre a alfabetização de crianças.

Com uma metodologia simplificada de análise foram acrescidas informações de mais três metas do PEE/BA que pressupõem uma atuação importante por parte dos sistemas municipais de ensino: a meta 6 - da expansão da educação em tempo integral; a meta 7 - da promoção da qualidade da Educação Básica e a meta 19 - que trata da gestão democrática da educação.

É importante esclarecer a forma como a COPE/SEC instituiu a prática de assessoramento às equipes municipais no processo de monitoramento dos PME no Estado. De acordo com o Art. 5º da Lei 13.005/2014 do governo federal, a execução do Plano Nacional de Educação (PNE) e o cumprimento de suas metas deveriam ser objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas. Da mesma forma esta determinação ressoou para os Planos Municipais de Educação assim como para os Planos Estaduais de Educação. Assim, a COPE/SEC desenvolveu com quase a totalidade os municípios baianos formação dos técnicos das secretarias municipais e acompanhamento na elaboração dos seus relatórios.

Esse processo durante os anos de 2016, 2017 e 2018 na Bahia teve o apoio da rede de Avaliadores Educacionais (AE) constituída pelo apoio do comitê tripartite efetivado a partir de uma articulação entre a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC), a Secretaria de Educação do Estado (SEC) e da Seccional Estadual da União dos Dirigentes

Municipais (Undime). A partir desse comitê foi estruturado a Rede de Assistência Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME com os Avaliadores Educacionais (AE).

Ressalta-se que esse trabalho em rede permitiu o auxílio de um corpo técnico às equipes municipais nesse processo. O papel dos Avaliadores Educacionais, assim, foi de orientar as Equipes Técnicas e Comissões Coordenadoras Municipais a partir da metodologia adotada pela Diretoria de Cooperação de Planos de Educação da SASE do MEC (DICOPE) para monitorar continuamente as Metas e Estratégias, construindo os relatórios anuais de Avaliação que depois de consolidados temporariamente seriam objeto de debate. Caso fosse necessário encaminhar seus resultados para alteração da Lei que aprova o Plano.

Vale dizer que esse trabalho articulado em rede foi interrompido com a extinção da SASE/MEC no final de 2018. No entanto, a equipe da COPE vem continuando esse trabalho de assessoramento no monitoramento dos PME em 2019 e 2020, revendo e aperfeiçoando os instrumentos. Além disso, continua contando com um ambiente virtual para dar o apoio necessário às equipes municipais assim como promovendo encontros formativos periodicamente, reunindo municípios por regiões.

Voltando-se para a introdução deste documento que apresenta os resultados da pesquisa feita nos relatórios de uma parte dos municípios informamos que, para as análises do cumprimento das estratégias das metas citadas anteriormente, foram selecionados municípios de cinco territórios de identidade da Bahia, levando em conta aquelas regiões que tiveram maior incidência de postagem desses relatórios no AVA acima mencionado e que representavam, em termos gerais, a diversidade geográfica do Estado. Ao lado disto, foram consultadas fontes oficiais dos indicadores educacionais para as respectivas metas, comparando-os com os indicadores relativos ao Estado, como um todo. A consulta aos relatórios dos municípios possibilitou revelar o nível de cumprimento das estratégias das cinco metas iniciais dos Planos, relacionado às condições e dificuldades de suas realizações.

Os Territórios de Identidade selecionados foram: Recôncavo, Sudoeste da Bahia, Sertão do São Francisco, do Sisal e Costa do Descobrimento. É importante informar quais os municípios por região que fizeram parte da amostra do estudo.

Quadro 1. Composição da Amostra de Regiões e Municípios que Fizeram Parte da Pesquisa

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS ANALISADOS
Recôncavo	Dom Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Salinas da Margarida e Varzedo
Sudoeste da Bahia	Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Licínio de Almeida, Guajeru, Maetinga, Mirante, Planalto e Tremedal
Sertão de São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá
Sisal	Barrocas, Conceição do Coité, Ichu e Monte Santo
Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi e Santa Cruz Cabrália

Fonte: Elaboração própria.

O trabalho foi iniciado pela análise dos indicadores, seguindo-se o nível de realização das estratégias dessas metas estabelecidas em cada um dos planos municipais de educação, tendo como referência os anos de 2016, 2017 e 2018. Após isto foi identificada a relação e correspondência entre as estratégias das metas dos municípios, com as do PEE/BA, analisando o status de realização das mesmas e verificando os relatos das equipes municipais com relação à implementação ou às dificuldades de realização de suas ações. Pela carência de dados estatísticos atualizados, enfrentada pelos municípios, demonstrada na leitura dos relatórios, a Comissão optou por analisar os indicadores das metas 1, 2 e 3 divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado- TCE e disponibilizados no site TCEduca, os quais foram calculados com dados oficiais. Este site exibe os indicadores das primeiras metas do PNE para cada município brasileiro.

Sobre a Meta 4, que trata da Educação Especial não foram obtidos indicadores, pelas dificuldades de informações nas fontes oficiais. Os indicadores da Meta 5 foram colhidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Os dados das metas 6, que trata da ampliação da educação em tempo integral; 7 da elevação da qualidade da Educação Básica e a 19 da gestão democrática da educação foram colhidos nos relatórios de monitoramento dos planos dos municípios selecionados.

Numa análise bem geral podemos informar que, pelas observações constantes nos relatórios, as estratégias dos planos municipais analisados são muito parecidas entre si, algumas com as mesmas redações, acompanhando quase que literalmente as estabelecidas no PNE. São as mais frequentes para as metas 1 e 2 as ações de expansão da rede; realização de levantamento de demandas; programas de reestruturação de escolas, equipamentos; formação continuada de profissionais da educação e elaboração de proposta curricular. Mas não fica claro se estas ações

foram desenvolvidas de forma adequada e atendendo às necessidades educacionais dos alunos. Não constam nos relatórios informações muito detalhadas sobre o desenvolvimento das estratégias elaboradas para cada meta.

Pelo formato do formulário que as equipes municipais vinham seguindo, sob o assessoramento de técnicos da COPE/SEC, inspirados nas orientações da extinta SASE/MEC, as informações sobre o *status* das estratégias se limitavam em mostrar se as estratégias tinham sido iniciadas ou estavam em andamento, se não haviam sido iniciadas e aquelas consideradas realizadas ou concluídas. São muito sumárias as informações prestadas, fruto do modelo de relatório que a SASE/MEC elaborou ao iniciar esse processo de monitoramento dos planos. Mesmo assim, algumas equipes municipais acrescentavam informações qualitativas sobre as ações desenvolvidas ou as dificuldades ou empecilhos do não cumprimento, o que contribuiu de modo significativo as nossas análises, conforme se verá adiante.

É importante frisar que, para dar andamento ao assessoramento dos PME, os técnicos da COPE/SEC a partir do ano de 2019 vem acrescentando novos quadros de informações que solicitam maior detalhamento da realização dessas estratégias. Os relatórios a serem postados no AVA depois desta atualização, já vão demonstrar informações mais completas que ainda não constam neste trabalho, mas que servirão para melhor analisar os resultados das metas e estratégias dos planos, no futuro.

De uma forma geral, podemos perceber no material analisado até aqui, que transparece uma grande dificuldade de alguns municípios em desenvolver as estratégias das metas, por conta das suas carências estruturais e financeiras. Alguns comentários são até certo ponto acentuados neste sentido, principalmente com relação ao atendimento à Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e, em especial, às escolas do campo. É frequente a informação de que a infraestrutura das escolas é muito deficitária.

Esse estudo não pretende esgotar as discussões sobre planos de educação no âmbito do Estado da Bahia, nem tampouco busca a generalização dos seus resultados, tendo em vista seus limites quanto às informações e abrangência, mas se constitui num esforço de avaliação preliminar sobre esses instrumentos de planejamento na educação.

Iniciaremos, então, a exposição desse trabalho, especificando meta por meta. Como metodologia de exposição, para cada meta um primeiro item desenvolve uma análise dos indicadores em cada território selecionado, registrando os municípios que se destacam com os melhores índices e aqueles com índices mais baixos que estão a merecer atenção nas políticas públicas. Num segundo item de cada meta apresenta o nível de execução das estratégias

formuladas nos PME analisados. E num terceiro item demostra-se a correlação entre as estratégias do PEE/BA e o nível de sua implementação nos municípios considerados.

Ressalvamos que, para melhor análise, ao anunciar as metas do PEE/BA em análise, optamos por demonstrar também a redação das metas correspondentes do PNE. Importante, também, é informar que os indicadores das principais metas trabalhadas neste documento, com o detalhamento por municípios que compõem a amostra do estudo se encontram no Apêndice 1 deste documento.

1 META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL

> **Meta 1 do PEE/BA - Assegurar a discussão com os sistemas municipais de educação a respeito da universalização da pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade, nos termos da Emenda Constitucional 59/2009 de 11 de novembro de 2009 e estimular a ampliação da oferta de Educação Infantil em creches (BAHIA, 2016).**
>
> **Meta 1 do PNE - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014).**

A redação desta meta do PEE/BA distancia da formulação da meta 1 do PNE aprovado em 2014 que estabelece a universalização até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e ampliação da oferta em creches de forma a atender, no mínimo 50% das crianças até 3 (três) anos até o final da vigência desse Plano. E é com esta expectativa do PNE que este trabalho está considerando esta meta.

1.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES

Para a análise dos indicadores municipais, tomamos como ponto de partida, o comparativo entre esses indicadores e os do Estado, de forma global. Segundo o Sistema de Monitoramento dos Planos Educacionais dos Tribunais de Contas, o percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a pré-escola (Indicador 1A), para o Estado da Bahia, nos três anos de análise (2016, 2017 e 2018) ficou em torno dos 72% e o percentual das crianças de 0 a 3 anos de idade que frequenta a creche (Indicador 1B), em torno de 20%. Esta análise, considerando os municípios por território de identidade, apresenta a seguinte situação:

Território do Recôncavo

Quanto ao atendimento na pré-escola (primeira parte da meta 1), os indicadores são muito variados, por município. Encontramos aqueles municípios que se situam próximos ao percentual do Estado, outros um pouco acima, rumo à universalização do atendimento. No

entanto, observa-se uma tendência de diminuição dos percentuais em todos os municípios, considerando os três anos analisados. Santo Antonio de Jesus, Salinas da Margarida e Varzedo são os que estão mais próximos à universalização, mesmo com a tendência de diminuição do percentual do público atendido. Em 2018 obtiveram, respectivamente, 89,83%, 87,55% e 85,28%.

Desta forma podemos perceber que a universalização do atendimento a população de 4 a 5 anos que é obrigatória por força da Emenda nº 59/2009 não foi alcançada em 2016, conforme preconiza o PNE e possivelmente, com essa projeção, não será atingida no final de vigência dos Planos nesses munícipios.

Sobre a segunda parte da Meta 1, que corresponde ao atendimento em creches, a tendência é de expansão, sugerindo que ao final da década alcance o percentual de 50% almejado pelo PNE. Os municípios apresentam taxas médias entre 21% a 34% nos três anos. Chama a atenção este indicador no município de Salinas da Margarida, superando os 60%. Indicadores pormenorizados em nível dos municípios referentes aos três anos considerados encontram-se no Apêndice 1 deste documento.

Território do Sudoeste da Bahia

Com relação ao indicador de atendimento à população de 4 e 5 anos na pré-escola percebe-se sinais de progressão em alguns municípios. Nenhum deles universalizou o atendimento à população dessa faixa etária, figurando alguns com este indicador estagnado e até diminuindo. Em relação à média do Estado, salientam-se os municípios de Aracatu, Barra do Choça e Maetinga com indicadores mais altos em 2018 (Respectivamente 79,26%, 86,30% e 86,43%). Outros apresentam percentuais bem próximos ao do Estado. Chamam a atenção os municípios de Guajeru e Encruzilhada, com percentuais de atendimento muito baixos (58,10%, 58,00%).

Quanto ao atendimento em creches ressalta o município de Cordeiros que já cumpriu a meta de 50 % de atendimento, com percentuais de 55,56% em 2016, 54,68% em 2017 e 52,63% em 2018. No entanto, os municípios de Belo Campo, Mirante, Tremendal, Guajeru e Planalto exibem níveis de atendimento baixíssimos a esta faixa de idade. No caso de Guajeru os percentuais foram de 1,11% em 2016; 8,67%, em 2017 e 7,78%, em 2018. Em Planalto os percentuais foram de 4,26% em 2016; 7,92% em 2017 e 8,32% em 2018. Isto significa que nesses dois municípios existe urgência na implementação de ações para ampliar o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, pelo menos para aproximar um pouco mais da meta do PNE.

Território Sertão do São Francisco

Com relação ao indicador de atendimento na pré-escola a situação nessa região é bem diversa conforme os municípios e não se percebe sinais de progressão do indicador. Nenhum município dessa região universalizou o atendimento à população dessa faixa etária, figurando alguns deles com taxas crescentes e mais próximas à universalização, a exemplo de Juazeiro, Curaçá e Sobradinho. Sento Sé nem chega a 70% de atendimento.

Quanto ao atendimento em creches ressaltam Juazeiro, Curacá, Sobradinho e Uauá com as situações mais próximas de cumprir a meta de 50% de atendimento até o final dos Planos. Esse atendimento gira em torno de 30% nesses municípios. No entanto, os municípios de Campo Alegre de Lourdes e Sento Sé necessitam muitos esforços para ampliar o atendimento a essa faixa etária: Respectivamente tiveram em 2016, 2017 e 2018 os seguintes percentuais: Campo Alegre de Lourdes, 4,91%; 8,32% e 8,11% e Sento Sé: 10,75%; 12,86% e 12,37%.

Território do Sisal

Com relação ao indicador de atendimento na pré-escola percebem-se percentuais bem próximos do ideal, especialmente no município de Ichu (98,86% em 2016, 102,84% em 2017 e 91,48% em 2018). Mesmo assim Monte Santo, com 66,72% necessita empreender mais esforços para atender a essa população que tem o direito à matrícula obrigatória.

Quanto ao atendimento em creches, Ichu e, até certo ponto Barrocas, se situam em patamar vantajoso, estando próximo dos 50% estabelecido no PNE (em 2018, 48,51% e 39,54%, respectivamente). Conceição do Coité, principalmente e Monte Santo estão distantes dessa meta, nesse ano: (15,21% e 24,58%).

Território Costa do Descobrimento

Com relação ao indicador de atendimento na pré-escola, percebe-se que os municípios analisados dessa região se encontram acima de 70% e até 80%, com exceção de Guaratinga. Mas não se vê tendência de crescimento da taxa de atendimento, a não ser do município de Santa Cruz de Cabrália que, em 2018, já ultrapassa a 90%.

Quanto ao atendimento em creches às crianças de 0 a 3 anos, ressalta o município de Itabela com números muito baixos de atendimento. Nos três anos analisados este município

tinha 7%, 6% e 9% desse atendimento. Eunápolis também apresenta taxas muito baixas, com crescimento muito lento. Nesses anos, em torno de 14%. Se o PEE/BA apresenta uma expectativa de ampliação desse atendimento, nesses municípios não se verifica essa tendência. Para o PNE a expectativa é de atender no final de sua vigência a 50% dessa faixa etária. Neste sentido esses municípios se encontram distantes de atender a essa meta em nível nacional. Itagimirim é o que se apresenta mais próximo deste patamar, com 30,76%, em 2018.

1.2 NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS

Os relatórios de monitoramento dos PME desses municípios indicam o andamento das estratégias desta meta. O número de estratégias para o desenvolvimento da meta é muito variado entre os municípios, coincidindo ou não com as estratégias do PEE/BA, mas bem próximos das estratégias do PNE. Apurados por territórios de identidade temos:

Tabela 1. Status das estratégias da Meta 1 dos PME nos municípios selecionados, com dados absolutos

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	136	14	47	54
Sudoeste da Bahia (13)	147	14	102	31
Sertão do São Francisco (7)	59	03	44	12
Sisal (5)	65	01	54	10
Costa do Descobrimento (7)	117	17	60	40

Fonte: Relatórios dos municípios**.**

Tabela 2. Status das estratégias da Meta 1 dos PME nos municípios selecionados, com dados percentuais

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	100,0	17,6	42,6	39,7
Sudoeste da Bahia (13)	100,0	19,5	69,4	21,1
Sertão do São Francisco (7)	100,0	5,1	74,6	20,3
Sisal (5)	100,0	1,5	83,1	15,4
Costa do Descobrimento (7)	100,0	14,5	51,3	34,2

Fonte: Relatórios dos municípios. Elaboração própria.

Os municípios pesquisados no Território do Recôncavo apresentam a maior proporção de estratégias não iniciadas. No município de Salinas da Margarida, das 27 estratégias elaboradas para esta meta 24 não foram iniciadas. As estratégias em andamento não chegam a

50%. Nesse território os municípios que apresentam maior quantidade de estratégias iniciadas são: Santo Antonio de Jesus (15 de 24) e Nazaré (11 de 16).

No Território do Sudoeste da Bahia, os municípios investigados apresentam grande a proporção de estratégias em andamento. Ressaltam neste sentido os municípios de Licínio de Almeida, Planalto, Mirante, Encruzilhada, Caraíbas e Aracatu. Mas o município de Cordeiros apresenta sete estratégias não iniciadas das 13 elaboradas no seu PME. Chama a atenção nesta região o município de Barra do Choça que incluiu apenas duas estratégias para esta meta, sendo uma iniciada e a outra não iniciada.

Os municípios do Território Sertão do São Francisco que fizeram parte da pesquisa apresentam dois terços das estratégias em andamento, destacando neste tópico os municípios de Juazeiro, Sento Sé e Uauá. Entretanto os municípios de Campo Alegre de Lourdes e Curaçá só incluíram para esta meta três estratégias que estão em andamento, segundo seus relatórios.

Sisal é um dos territórios que os municípios selecionados apresentam maiores proporções de estratégias em andamento, mesmo sendo analisado um número pequeno de municípios. Isto muito mais pelo fato de o município de Ichu incluir 26 estratégias, estando em andamento 19 delas. Do seu relatório podemos concluir que foram muitas estratégias elaboradas, cujas redações são quase que literalmente iguais ao PNE. Muitas delas dificilmente seriam implementadas pelo governo municipal tais como manter intercâmbio com programas de pós-graduação para formação de professores. Outras apresentam redação confusa. Por outro lado, o município estabeleceu algumas bem específicas, próximas às ações de ensino nas escolas, ligadas ao planejamento pedagógico, tais como: estabelecer número médio de crianças por turma, prover pelo menos um coordenador pedagógico nas escolas, gestão participativa, divulgação de relatórios de avaliação. Nesta região, o município de Barrocas informa algumas estratégias específicas também, ressaltando algumas com dificuldades de realização tais como acompanhamento e controle da rede particular e pública, realização de concurso para agente operacional de creche, parceria com as universidades para realização de estágios de estudantes, ampliação da frota de veículos.

Nos municípios selecionados do Território Costa do Descobrimento, a proporção de estratégias em andamento corresponde a pouco mais de 50%. Somente os municípios de Guaratinga e Eunápolis apresentam números mais expressivos de estratégias não iniciadas: (11 de 19 e 9 de 20, respectivamente). Os relatórios dos municípios deste território apresentaram informações mais detalhadas sobre o desenvolvimento das estratégias que passamos a sintetizar

na intenção de mostrar os resultados obtidos e as dificuldades por que passam os municípios para cumprir o estabelecido nos seus planos.

O município de Belmonte realizou reordenamento da rede em 2016, definindo as unidades que deveriam ofertar a Educação Infantil. Mas em 2017 e 2018 esta estratégia não teve continuidade. Em Eunápolis foi realizado um concurso de professores de modo que em cada sala tivessem dois docentes. Neste município observou-se um cuidado especial quanto ao cumprimento do Plano Municipal: Na Conferência Municipal de Educação realizada em 08.02.2018 foram votadas e aprovadas alterações de quatro metas com suas estratégias para serem encaminhadas para aprovação na Câmara. No entanto, nota-se uma quantidade expressiva de estratégias não iniciadas. Quanto à Guaratinga, o relatório de monitoramento reconhece que o município necessita ampliar o atendimento às crianças de Educação Infantil.

Para o município de Itabela fatores como falta de profissionais, principalmente habilitados para o exercício da Educação Infantil, falta de recursos para a construção e adequação de espaços são entraves para o atendimento de forma eficiente. Também a estratégia de criar novos espaços para acolher as crianças não pode ser realizada devido à falta de profissionais especializados. Sobre o município de Itapebi o relatório informa que o município fez formação de professores para a Educação Infantil; Existe uma estratégia relativa a garantir na equipe diretora, profissionais habilitados em Pedagogia, Psicopedagogia e Psicologia Infantil, que não foi iniciada. Informa que estão em andamento estratégias voltadas ao atendimento da população do campo e indígena, estímulo à educação em tempo integral. Dentre as estratégias, uma prevê assegurar contratação de profissionais conforme previsto no estatuto.

O relatório de Santa Cruz Cabrália informa que a expansão da rede para a educação infantil foi retomada com a construção de uma creche do Proinfância. Sobre levantamento da demanda, foi feita a aplicação de questionários nas residências com os agentes de Saúde e de Ação Social. Sobre o cumprimento de padrões na construção de prédios, o relatório informa que o Conselho Municipal de Educação (CME) tem feito visitas nas escolas para verificar as recomendações do processo de autorização das escolas. Foi feita capacitação de professores para a Educação Infantil.

As metas de um PME trazem à tona as decisões assumidas, no sentido de explicitarem as intenções e ações das políticas educacionais a serem adotadas para a solução dos problemas identificados, com quantitativos e prazos mensuráveis e, ainda, com indicação das estratégias nas e pelas quais o plano se moverá ao longo da sua implementação. Passados três anos, a distância entre o que é preconizado e a realidade percebida nos relatórios de monitoramento de

maior parte dos municípios analisados, demonstra que tais metas ainda estão distantes de serem efetivadas.

Os relatos das equipes municipais nos aproximam das realizações e das dificuldades que as mesmas se deparam frente à insuficiência de recursos financeiros e principalmente a descontinuidade das políticas educacionais que tem marcado as políticas públicas. Essa questão é reiteradamente discutida por diversos estudiosos que demonstram a importância de se estabelecer políticas de Estado e não de governo a fim de dar organicidade às ações desencadeadas.

A seguir este trabalho se volta a descrever a implementação das estratégias da META 1 do PEE/BA nos municípios. Ou seja, será verificado em que sentido as estratégias elaboradas no nível estadual tiveram relação com as estratégias elaboradas e em desenvolvimento nesses territórios.

1.3 ESTRATÉGIAS DA META 1 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÓRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES

O Quadro 2 expõe as estratégias do Plano Estadual para esta Meta 1 e identifica em que sentido o monitoramento dos PME registra ações que contemplam essas estratégias.

Quadro 2. Correspondência entre as Estratégias da Meta 1 do PEE/BA e sua Possível Implementação nos Municípios Analisados

Estratégias do PEE/BA	Recôncavo	Sudoeste da Bahia	Sertão do São Francisco	Sisal	Costa do Descobrimento
1.1 impulsionar a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, do campo, de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e urbanas**,** em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância dos sistemas municipais, no intento de enfatizar a compulsoriedade da universalização da pré-escola	Cinco dos nove municípios analisados apresentam estratégia relacionada e esta do PEE, informando que estava em andamento. Apenas um informou que a estratégia havia sido concluída. Varzedo relata que houve um crescimento em percentual da matrícula da rede, mas através de um minicenso educacional no município foi possível identificar crianças fora da escola.	Estratégia, mesmo incluída em alguns municípios, não foi executada. Para uns por falta de recursos financeiros, para outros por falta de escolas para atender à demanda, indicando superlotação das salas. A zona rural é pouco atendida, com muitas das crianças de educação infantil nas classes multisseriadas. As creches não tem condição de atender à demanda. Em Guajeru a construção da creche está paralisada.	Basicamente não existem registros sobre levantamentos de demanda realizados, o que indica que os municípios têm dificuldades para realizar esta estratégia, mesmo constando nos seus planos	Os quatro municípios analisados neste território tem esta estratégia em desenvolvimento, mas não apresentam maiores informações.	Dos sete municípios analisados desta região dois deles fizeram o levantamento da demanda com a ajuda da Secretaria da Saúde, Ação Social e Conselho Tutelar. Um minicenso está em desenvolvimento em um município. Eunápolis informa sua atenção à população do campo e levantamento feito de forma conjunta ao programa Bolsa Família e Secretaria da Saúde. Logo quatro municípios não fizeram.
1.2 incentivar o atendimento da Educação Infantil de populações do campo, urbanas, de comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**,** nos respectivos espaços de vida, redimensionando, quando	Não existem registros nos relatórios dos municípios.	Caraíbas e Condeúba possuem duas creches na zona rural. O município de Encruzilhada tem pretensões de construir duas creches rurais. Não fazem menção ao atendimento a quilombolas ou	Alguns relatórios não fazem menção ao atendimento a essa população. Outros, sim, mas realçam as dificuldades de chegar a essas populações. Faltam recursos. Principalmente porque grande parte da	Em alguns municípios aparece a preocupação com as populações do campo ou quilombola, com estratégias em desenvolvimento.	Eunápolis informa sobre a realização desta estratégia, mas assinala que o currículo não é diferenciado na zona rural. Guaratinga, Itabela, Itapebi e Santa Cruz de Cabrália informam que

for o caso, a distribuição territorial da oferta, configurando a nucleação de escolas e evitando-se o deslocamento de crianças, respeitadas as especificidades dessas comunidades		comunidades tradicionais. Em Guajeru os pais na zona rural resistem a matricular seus alunos fora do local, pelos perigos de deslocamento dos filhos. Em Mirante as crianças estão inseridos em classes multisseriadas.	oferta é na zona rural. Um município aponta a falta de estrutura adequada e suficiente para atender às crianças ou que não possui creche para o atendimento.		está em desenvolvimento esta estratégia.
1.3 assegurar a indissociabilidade das dimensões do cuidar e do educar no atendimento a esta etapa da Educação Básica	Não existem registros nos relatórios.	Não aparecem registros sobre esta estratégia estadual nos relatórios e PME	Não aparecem registros sobre esta estratégia estadual nos relatórios e PME	O município Monte Santo coloca esta estratégia em desenvolvimento. Isto é digno de registro já que é rara a aparição desta estratégia nos municípios	Não aparecem registros sobre esta estratégia estadual nos relatórios e PME.
1.4 estimular, em regime de colaboração, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, em áreas rurais e urbanas, respeitando as normas de acessibilidade, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE-BA	Seis dos sete municípios incluíram esta estratégia está em desenvolvimento. Dom Macedo Costa informa ainda não possui imóveis próprios com condições adequadas para creches. Em Muniz Ferreira foi construída uma creche conforme padrões nacionais, para atendimento em tempo integral. Santo Antonio de Jesus tem reformado e ampliado as instituições de Educação Infantil.	Estratégia com pouca informação. As obras ainda não estão iniciadas. Existem poucas creches em espaços inadequados e as construídas não tem capacidade de atender à demanda, pois o município tem problemas orçamentários. Existem dificuldades de articulação entre os setores do governo para realizar as estratégias.	Em quase todos os planos aparece esta estratégia, no entanto pouca informação sobre sua realização. Alguns colocam que está em andamento. Mas não informam de que maneira.	Em todos os planos aparece esta estratégia, no entanto pouca informação sobre sua realização. Faz parecer que são previsões de construção. Sem necessariamente serem realizadas.	Quase todos tem esta estratégia em andamento, incluindo reestruturação física de escolas sem informar o nível de realização Itabela informa que não houve construção de escolas nesse ano. Em Itagimirim está prevista a construção de uma creche. Eunápolis está em andamento da construção de três creches e Santa Cruz de Cabrália retomou a construção de uma creche do Proinfância.
1.5 estimular a atuação nas especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, salvaguardadas	Não existem registros nos relatórios	Não existem informações de ações neste sentido nos relatórios analisados. Somente o município de Mirante mostra esta	Não existem informações de ações neste sentido nos relatórios analisados. Somente o município de Curaçá informa sem	Não aparece nos municípios esta estratégia da forma como está redigida. Aparece menção em Ichu uma relativa à	Quatro dos seus municípios tem esta estratégia em andamento. Não informam como ela tem sido desenvolvida.

as diferenças de aspectos culturais entre campo e cidade, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos em estabelecimentos de ensino que se encaixem nos parâmetros nacionais de qualidade e à articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso da criança de 06 (seis) anos de idade completos no Ensino Fundamental		dificuldade. *As crianças estão inseridas na educação infantil, mas não recebem o atendimento adequado à faixa etária, visto que, boa parte, está inserida nas escolas do campo em turmas multisseriadas.*	especificar maiores detalhes que desenvolve ações de adequação dos espaços para o atendimento da demanda, com garantia do apoio técnico em todas as escolas e atendimento às crianças do campo, indígenas, quilombolas, mesmo ressaltando a falta de recursos para isto.	valorização de manifestações culturais.	Pois as orientações curriculares não aparecem claras.
1.6 fomentar e subsidiar a elaboração, de modo participativo, no âmbito do Conselho Estadual de Educação, de diretrizes e orientações para organização e funcionamento de instituições de Educação Infantil**,** no Sistema Estadual de Educação, em cumprimento à legislação em vigor, até o segundo ano de vigência deste PEE-BA;	Estratégia para execução pelo governo estadual (CEE)	Estratégia para execução pelo governo estadual (CEE)	Estratégia para execução pelo governo estadual (CEE)	Estratégia para execução pelo governo estadual (CEE)	Estratégia para execução pelo governo estadual (CEE)
1.7 fomentar normas, procedimentos e prazos para que os sistemas municipais de educação realizem a chamada pública ou censo anual da demanda por creches e pré-escolas nos Municípios da Bahia, a	Estratégias para execução pelo governo estadual (CEE)	Estratégias para execução pelo governo estadual (CEE)	Estratégia para execução pelo governo estadual (CEE)	Estratégia para execução pelo governo estadual (CEE)	Estratégia para execução pelo governo estadual (CEE)

partir do primeiro ano de vigência do PEE/BA;					
1.8 estimular, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios baianos, até o fim do primeiro ano de vigência do PEE-BA, o incremento da oferta de vagas para creche e pré-escola nas redes públicas de Educação Infantil, conforme os Parâmetros Nacionais de Qualidade e as especificidades de cada Município	Não existem registros nos relatórios	Não existem registros nos relatórios	Não existem registros nos relatórios	Existem registros nos relatórios como estratégia em desenvolvimento em dois municípios.	Em Eunápolis estavam em andamento a construção de três creches com recursos do PAC. Guaratinga desenvolve uma estratégia de adequação as instalações das unidades ao nível de ensino. Itabela não iniciou a estratégia de criar mais espaços físicos para acolher a demanda e em Santa Cruz Cabrália esta estratégia está em desenvolvimento.
1.9 estimular a ampliação da oferta de vagas em regime de tempo integral, em creches e pré-escolas da rede pública de ensino, de modo que, progressivamente, todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos tenham acesso à Educação Integral, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil	Três municípios incluem esta estratégia que não foi iniciada, dois acusam que está em desenvolvimento e um, como atendida	Os municípios não se referem a esta estratégia	Dois dos seis municípios apenas referem-se a esta meta como em desenvolvimento. No entanto como estímulo para a criação de vagas.	Dois dos quatro municípios se referem a esta estratégia como em desenvolvimento	Dos sete municípios, três tem esta estratégia em desenvolvimento. Em Eunápolis foi implantado o tempo integral em dois Centros de Educação Infantil
1.10 estimular a criação ou ampliação de áreas verdes nas instituições de Educação Infantil, bem como a garantia de espaços adequados para jogos, brincadeiras e outras	Dois municípios informam esta estratégia como em andamento	Os municípios não se referem a esta estratégia	Apenas um município se referia a uma estratégia em andamento relativa à criação de áreas verdes , espaços adequados, atendimento às crianças do campo e comunidades	Um município se refere a esta estratégia em desenvolvimento	Os municípios não se referem a esta estratégia

experiências da cultura lúdica infantil, promovendo o respeito às relações da infância com a cultura, o meio ambiente e a educação					
1.11 apoiar, técnica e pedagogicamente, os Municípios para a criação de um setor específico de Educação Infantil nas secretarias municipais de educação, estimulando os conselhos municipais de educação a elaborarem orientações e diretrizes municipais para a Educação Infantil, até o fim do segundo ano de vigência deste PEE-BA	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado
1.12 estimular, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, políticas públicas de formação inicial e continuada de professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais da educação que trabalham em instituições de Educação Infantil (creche e pré-escolas), de modo que, progressivamente, o atendimento na Educação Infantil (do campo e urbano) seja realizado por profissionais com formação	Todos os municípios inserem estratégias sobre formação. Três informam não iniciadas e os outros em andamento. Dom Macedo Costa informa que dentre as ações realizadas, incentiva a formação de profissionais. Apesar de progressivamente investir na formação de professores, o município apresenta um quadro docente atuando fora da área de formação. A maior parte dos professores	Em geral existem estratégias voltadas para a formação dos profissionais sempre colocadas como em andamento. O município de Aracatu informa que essa formação se deu pelo PNAIC em uma semana de atividades. As formações dos docentes, em níveis detalhados como professores de Libras, Braile, para alunos com necessidades especiais e outras chamadas capacitações não deixam claro qual o	Em geral os PME incluem estratégias sobre formação de professores e nos relatórios de monitoramento desses planos elas são colocadas com o status de em andamento. Sobradinho informa que todos os professores participaram da formação do Pacto/PNAIC, Instituto Educare e BNCC. Curaçá, Juazeiro e Remanso informam ações realizadas de acordo com essa estratégia.	Em geral existem estratégias voltadas para a formação dos profissionais sempre colocadas como em andamento.	Todos os municípios apresentam esta estratégia em desenvolvimento. Eunápolis informa que incentiva os professores a cursarem o PARFOR e outros cursos.

em nível superior, a partir do segundo ano de vigência do PEE-BA	que atuam são professores contratados. Esta ação continua muito necessária no município.	público atendido e a forma dessa ação			
1.13 estimular a articulação entre Pós-Graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas das escolas e de cursos de formação inicial que incorporem os avanços de pesquisas ligadas às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos;	Três municípios incluem esta estratégia, mas em nenhum deles esta ação foi iniciada.	Os municípios desta região não registram esta estratégia	Os municípios desta região não incluem esta estratégia nos seus planos	Um município desta região registra esta estratégia. Ichu, em desenvolvimento.	Dois municípios desta região registram esta estratégia que não foi iniciada. Dois outros desenvolvem esta estratégia. Santa Cruz de Cabrália informa que foram feitos debates a respeito da BNCC e adequação da proposta pedagógica sem dizer sobre articulação com núcleos de pesquisa. Os outros municípios não incluíram essa estratégia nos seus PME.
1.14 incentivar e apoiar todos os Municípios para que a sua política pública para a Educação Infantil esteja consolidada até 2019, em acordo com a legislação vigente	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado
1.15 estimular e apoiar a formulação, pelos Municípios, das propostas pedagógicas para a Educação Infantil, observando as orientações e a legislação educacional em vigor para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 05	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC. Sobre a elaboração de proposta pedagógica apenas o município de Varzedo relata quais as escolas e creches que ofertam a educação	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC. Sobre a elaboração de proposta pedagógica poucos municípios citam-nas em termos de reforma curricular.	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC. Sobre a elaboração de proposta pedagógica poucos municípios citam-nas em termos de reforma curricular, mas de forma muito tímida	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC. Sobre a elaboração de proposta pedagógica apenas um dos quatro municípios cita esta estratégia em elaborar proposta curricular em todas as escolas	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC. Sobre a elaboração de proposta pedagógica poucos municípios citam-nas em termos de reforma curricular. Eunápolis informa que orienta a proposta e Itagimirim

(cinco) anos de idade, até o fim do terceiro ano de vigência deste PEE-BA	infantil que têm PPP atualizado/revisado				informa que está em andamento a implantação da proposta curricular.
1.16 fomentar a avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base nos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil orientados pelo MEC, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes, a partir do segundo ano de vigência deste PEE-BA	Três municípios inseriram esta estratégia mas não as iniciaram.	Estratégia que não tem realce nos relatórios analisados. Apenas no município de Mirante encontrou-se esta informação: - *Sobre a estratégia de avaliação das condições de funcionamento das escolas, o Conselho Municipal de Educação faz vistorias nas escolas anualmente e emite relatórios e pareceres à SEMEC dando ciência das condições da escola em todos os aspectos.*	Estratégia não incluída ou se incluída, sem desenvolvimento na forma como é concebida	Esta estratégia não é colocada na maioria dos municípios. Apenas Barrocas assim o faz.	Em três municípios é informado que esta estratégia está em andamento, mas não esclarece como esta avaliação está sendo feita
1.17 estimular o acesso à Educação Infantil das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nesta etapa da Educação Básica	Cinco municípios informaram que proporcionaram este acesso.	Alguns municípios incluem essa estratégia, em desenvolvimento. O município de Mirante assegura esta preocupação mas sem muito sucesso: *As crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento estão inseridas em classe regular, comum, mas o município ainda não oferece acompanhamento que assegure a educação bilíngue...*	Nos municípios dessa região não se detecta ações previstas quanto a esta estratégia.	Os municípios dessa região incluem essa estratégia em desenvolvimento	Somente dois municípios desenvolvem estratégia de garantir o acesso a E. Infantil a crianças com necessidades especiais. Eunápolis fez parceria com o CAEEDE

1.18 dispor orientações estruturadas sobre a alimentação escolar adequada para todas as crianças atendidas nas instituições de Educação Infantil, do campo e urbanas, públicas e conveniadas	Fraco desempenho dos municípios. Santo Antonio de Jesus informa que o cardápio da Ed. Infantil tem sido construído por nutricionista observando os valores nutricionais nas refeições servidas	Pouco aparece nos relatórios. Em Encruzilhada *busca oferecer uma boa alimentação aos educandos, apesar de o recurso ser muito pequeno,* A alimentação na educação infantil é feita com vistoria e acompanhamento de nutricionista	Estratégia pouco considerada nos PME com poucas referências nos relatórios	Nenhuma menção sobre esta estratégia nos municípios dessa região.	Sem registros nesta região
1.19 estimular a criação e a ampliação do acervo literário, de materiais e objetos educativos, de jogos, de instrumentos musicais e de tecnologias educacionais nas escolas de Educação Infantil, para garantir à criança o acesso a processos de construção, articulação e ampliação de conhecimentos e aprendizagens em diferentes linguagens	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC. Nos relatórios não são feitas referências. Varzedo relata que desenvolveu ações de aquisição de material escolar. Santo Antonio de Jesus relata que a SME adquiriu com recursos próprios o livro didático para a pré-escola	Não houve registro sobre esta estratégia	Apenas um município, Remanso, faz menção à aquisição de brinquedos, material pedagógico, jogos e espaços de lazer, como estratégia em desenvolvimento	Nenhuma menção sobre esta estratégia nos municípios dessa região.	Não houve registro sobre esta estratégia
1.20 promover o desenvolvimento de projetos e ações, em caráter complementar, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade, articulando as áreas de educação, saúde e assistência social.	Apenas Santo Antonio de Jesus trata desta questão: "A intersetorialidade entre os órgãos do governo (Saúde, Assistência, etc.) precisa ser melhor efetivada. O Programa Saúde na escola, BPC, e outros programas precisam ser mais bem	Não houve registro sobre esta estratégia	Não houve registro sobre esta estratégia	Não houve registro sobre esta estratégia. Apenas dois municípios mencionam uma estratégia de estimular a educação em tempo integral	Não houve registro sobre esta estratégia

	articulados pelas secretarias”				
1.21 promover a colaboração da Secretaria da Educação com os Municípios na elaboração de proposta de diretrizes curriculares para a Educação Infantil, precedida de consulta pública, e no encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação das propostas das redes municipais que não se constituem como sistema, até o final do primeiro ano de vigência deste PEE-BA	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual. Sem registros	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado. Sem registros	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual. Sem registros	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual. Sem registros	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado. Sem registros
1.22 estruturar, até o fim do primeiro ano de vigência do PEE-BA, um setor específico na Secretaria da Educação para tratar da orientação sobre os assuntos da Educação Infantil	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual. Sem registros	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado. Sem registros	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual. Sem registros	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC estadual. Sem registros	Estratégia a ser desenvolvida pela SEC do Estado. Sem registros

Fonte: Estratégias do PEE/BA (2016) e registro de ações correlacionadas nos PME dos Territórios de Identidade do Recôncavo, do Sudoeste da Bahia, do Sertão do São Francisco, do Sisal e da Costa do Descobrimento.

1.4 RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META 1 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

As etapas de proposição e materialização das estratégias dos planos de educação são processos diferentes e complexos e nem sempre ocorrem de forma harmônica, portanto requerem condições objetivas que assegurem o cumprimento do que foi planejado (DOURADO, GERALDO JR e FURTADO, 2016). Seguindo este pressuposto, não se pode ter a expectativa de que haja correspondência imediata entre as estratégias do PEE/BA e as estratégias dos planos municipais. Primeiro porque a elaboração de um plano pela esfera estadual requer estratégias mais gerais, considerando o conjunto do Estado, mesmo levando em conta as metas correspondentes aos níveis, etapas e modalidades da educação cuja responsabilidade direta não incide sobre esse ente federado, mas que devem atender à legislação pertinente, já que esse ente federado (Estado) deve coordenar as políticas de todo o seu território.

Segundo, porque cada região, município e cada comunidade têm necessidades específicas que levam a propor ações também específicas, além das propostas gerais que devem atender às políticas em nível nacional e estadual. Neste sentido é comum aparecer com mais vigor nos planos municipais estratégias que atendam de forma mais próxima às especificidades locais dos sistemas de ensino e revelam as políticas próprias traçadas nesse nível. E, em terceiro lugar, porque algumas estratégias formuladas para os planos estaduais pressupõem sua realização pelo próprio governo estadual como, por exemplo, o estabelecimento de diretrizes, normas, procedimentos gerais ou ações de apoio, estímulo e assessoramento aos outros entes federados. Esta é a razão porque existem registros, no quadro acima, de estratégias do PEE/BA sem a implementação nos municípios.

Deve-se assinalar, no caso do presente estado, que muitos municípios baianos elaboraram e até aprovaram seus planos antes ou até de forma concomitante à elaboração e aprovação do PEE/BA que ocorreu em 11 de maio de 2016. Além disso, a articulação para a construção e orientação do monitoramento dos planos de educação se deu de forma linear entre União (através da SASE/MEC) e os municípios, sem maior participação dos estados. Isto pode explicar a forma como a elaboração das metas e estratégias dos seus planos teve uma influência direta da redação do PNE. No entanto podemos observar algumas correspondências entre as estratégias do PEE/BA e as dos PME, mesmo que a implementação das ações não apareça a contento nos municípios. Para a meta 1 foram recorrentes ações planejadas de:

1) levantamento da demanda (inclusive através do projeto Busca Ativa), mas nem sempre os municípios conseguiram efetivar tendo como justificativa a falta de recursos;

2) atenção às populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais que poucos municípios conseguiram efetivar; programas de reestruturação física e aquisição de equipamentos, principalmente na expectativa de conseguir apoio do governo federal para a construção e adequação de estabelecimentos de ensino para pré-escolar e creches, com pouquíssimos casos de implementação. Os municípios relatam dificuldades financeiras e ausência de apoio dos outros entes federados;

3) atendimento às especificidades da Educação Infantil, mesmo que alguns municípios incluem estratégias nesse sentido, as ações são muito tímidas, principalmente para as escolas do campo;

4) formação dos profissionais da educação todos os municípios registram estratégias, mas a sua execução não aparece de forma clara. São feitas adesões a alguns programas mas, sem um ordenamento adequado nas políticas das municipalidades;

5) outra estratégia que aparece com menos frequência é o empreendimento da avaliação da Educação Infantil, atendendo aos parâmetros nacionais. Mesmo que alguns municípios incluam esta estratégia não conseguem desenvolvê-la.

6) a estratégia sobre o atendimento ao público da Educação Especial constante no PEE/BA também está presente em boa parte dos PME analisados. Os sistemas municipais se apresentam muito atentos para a oferta adequada para essa demanda.

Nas demais estratégias do PEE/BA não distinguimos correspondência significativa nos planos dos municípios analisados em todos os territórios considerados.

Fica evidenciado que os desafios são muitos para consolidação das políticas públicas voltadas para a Educação Infantil, principalmente no que se refere aos recursos financeiros, uma vez que estamos passando por períodos instáveis na economia do país e que a principal fonte de recurso da educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) está com previsão para sua reformulação. Por outro lado, não se observa ações contundentes da União e do Estado num esforço de exercitar regime de colaboração.

Para a superação das dificuldades em torno do cumprimento das estratégias, de forma conjugada entre os entes federados de modo a atingir a meta conforme estabelecem os planos, torna-se necessário uma mobilização social articulada aos responsáveis pela avaliação e

monitoramento e às autoridades locais para discutirem os ajustes necessários de modo a garantir o direito da população dos zero aos cinco anos, seja na pré-escola, universalizando o atendimento, seja nas creches, ampliando as oportunidades, de modo a que os planos elaborados se tornem realidade.

2 META 2 - ENSINO FUNDAMENTAL

> **Meta 2 do PEE/BA - Universalizar o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (catorze) anos e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PEE-BA (BAHIA, 2016).**

> **Meta 2 do PNE - Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (BRASIL,2014).**

2.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES

Inicia-se a análise dos indicadores dos territórios de identidade comparando-os com os relativos ao Estado como um todo. Conforme a fonte TCEduca - Sistema de Monitoramento dos Planos Educacionais dos Tribunais de Contas, o percentual da população de 7 a 14 anos que frequenta a escola (Indicador 2A), no Estado da Bahia nos três anos (2016, 2017 e 2018) ficou em torno dos 80%. Segundo cálculos da SEI/SEPLAN, com dados da Pnad Contínua do IBGE, o percentual da população de 16 anos com pelo menos o Ensino fundamental concluído (Indicador 2B), nesses mesmos três anos, girava em torno dos 60%. Analisamos a seguir os dados dos municípios selecionados nos territórios da amostra a partir do indicador fornecido pelo TCEduca, pois não foram conseguidos dados sobre o segundo indicador, por município.

Esta análise, considerando os municípios por território de identidade nos oferece o seguinte cenário:

Território do Recôncavo

Com respeito à universalização do Ensino Fundamental (Meta 2), dos sete municípios analisados, quatro deles se encontram próximos a conquistar esse alvo. São eles: Dom Macedo Costa, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu e Salinas da Margarida. No entanto, Muniz Ferreira e Varzedo não chegaram a 80% de atendimento, indicando que quase um terço da demanda não tem sido atendido na série de anos estudada. O município de Nazaré se aproxima do indicador

do Estado. Lembramos que indicadores pormenorizados em nível dos municípios selecionados dos cinco territórios referentes aos três anos se encontram no Apêndice 1 deste documento.

Território do Sudoeste da Bahia

Sobre o ensino fundamental, percebem-se déficits consideráveis. O município de Maetinga é o que se encontra mais próximo dessa meta (em média 90% de atendimento nos três anos). Outros têm indicadores que se situam próximos ao do Estado como um todo: Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Licínio de Almeida e Mirante. Percebe-se que neste território existem municípios onde serão necessárias medidas para fazer valer a determinação de atendimento total à população de 6 a 14 anos nessa etapa de ensino, especialmente Cordeiros, Condeúba, Guajeru, Tremedal e Encruzilhada. Esses municípios apresentaram percentuais de atendimento em 2018, respectivamente, de 65%, 72%, 62%, 73% e 70%.

Território do Sertão do São Francisco

Também se percebem déficits nessa região, numa perspectiva de universalização do Ensino Fundamental. Juazeiro e Remanso se encontram mais próximos dessa meta. Campo Alegre de Lourdes, Sobradinho e Uauá se encontram próximos à taxa do Estado. Sento Sé se encontra abaixo dos 80%.

Território do Sisal

Nos municípios desta região também se percebem déficits preocupantes, chamando a atenção o município de Monte Santo com menores índices de atendimento, com 78%, 76% e 72% nos três anos considerados. Barrocas, no entanto, ressalta-se com os melhores índices nos três anos analisados, bem próximo da universalização (95%, 94% e 92% nesses anos). Conceição do Coité e Ichu também caminham juntos rumo à universalização do atendimento a população de 6 a 14 anos.

Território da Costa do Descobrimento

Sobre esta etapa de ensino, também se percebem nesse território déficits significativos. Belmonte, Eunápolis, Itabela e Santa Cruz de Cabrália são os que mostram índices mais avançados (em torno de, respectivamente, 80%, 92%, 84% e 89% de atendimento). No entanto ainda distantes de universalizar o atendimento, Guaratinga e Itagimirim necessitam realizar

muitos esforços para atingir esta meta. Esses municípios apresentam os seguintes percentuais em 2018: 70% e 76%, respectivamente.

2.2 NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO REALIZADO PELOS MUNICÍPIOS

Os relatórios de monitoramento dos PME desses municípios indicam o andamento das estratégias desta meta. O número de estratégias para o desenvolvimento da meta é muito variado entre os municípios. Apurados os dados por territórios de identidade temos:

Tabela 3- Status das estratégias da meta 2 dos PME nos municípios selecionados em números absolutos

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	123	32	56	35
Sudoeste da Bahia (13)	181	22	132	27
Sertão do São Francisco (7)	103	15	68	20
Sisal (5)	54	9	40	5
Costa do Descobrimento (7)	84	10	61	13

Fonte: Relatórios dos municípios.

Tabela 4 - Status das estratégias da meta 2 dos PME nos municípios selecionados, em números percentuais

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	100,0	26,0	45,5	28,5
Sudoeste da Bahia (13)	100,0	12,2	72,9	14,9
Sertão do São Francisco (7)	100,0	14,6	66,0	19,4
Sisal (5)	100,0	16,7	74,1	9,2
Costa do Descobrimento (7)	100,0	11,9	72,6	15,5

Fonte: Relatórios dos municípios. Elaboração própria.

Com relação aos municípios analisados do Recôncavo, nesta Meta 2, mesmo tendo um nível de quase metade das estratégias iniciadas, sem podermos saber em que medida estão avançando para o cumprimento, quase 30% das estratégias não foram iniciadas, chamando a atenção o município de Salinas da Margarida, com o número de 14 em relação ao total de 24 estratégias. Em alguns relatórios foram apontadas dificuldades de funcionamento da rede escolar como carência de mobiliário, melhor ordenamento da rede e melhores instalações nas escolas, neste caso necessitando de mudanças estruturais, sobretudo para o atendimento aos alunos dos anos finais do ensino fundamental; dificuldades em adotar, na rede, o ciclo de

aprendizagem vez que os professores não se apropriaram da proposta; poucas ações de formação de professores, quase sempre limitada às Atividades Complementares (AC) ou jornadas pedagógicas.

Quanto ao Território do Sudoeste da Bahia**,** o município de Encruzilhada se destaca em termos de número de estratégias formuladas para esta meta, com uma proporção significativa delas em desenvolvimento (21 de 27). Percebe-se uma quantidade importante de estratégias não iniciadas nesta região, chamando a atenção o município de Mirante com a maior proporção (7 de 19).

Outro ponto que merece destaque nesta pesquisa aponta para o que dizem algumas equipes municipais sobre o cumprimento das estratégias de seus planos. A utilização dessas narrativas demonstra possibilidade de incorporar ao trabalho uma riqueza de informações que um instrumento fechado não daria conta, como também elucidam o modo como essas equipes de monitoramento compreendem a política educacional e a sua execução, trazendo à tona experiências, princípios, significados e prioridades.

Comentários gerais das equipes municipais esclarecem situações diversas sobre a implementação das estratégias.

- O município de Aracatu do Território do Sudoeste da Bahia expõe as dificuldades que levam o município a não atender esta meta com eficiência:

> O fato de termos cem por cento do alunado dentro da escola, isso não reflete na conclusão do Ensino Fundamental. Isto também não significa que a qualidade do ensino esteja satisfatória, é preciso investir cada vez mais na formação continuada dos professores, no acompanhamento sistematizado pelos coordenadores e no envolvimento da família para atingirmos o ensino que realmente desejamos. Quanto ao analfabetismo, é possível verificar a redução do número de analfabetos.

- Para o relatório de Barra do Choça

> O município vem trabalhando para universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos. Porém, garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até 2025 tem sido um grande desafio para todas as instituições.

Para Caraíbas

> A Rede Municipal de Ensino possui o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos universalizado para atender toda a população na idade de 6 a 14 anos. No entanto, ainda enfrenta e o problema da distorção idade-série.

Em relação ao município de Condeúba

> A oferta do ensino fundamental de 09 anos foi implantada no município regularmente, porém, o início da vida escolar da população do município ocorria tardiamente, em virtude de dificuldades como interesse da família e difícil acesso à escola para as crianças do Campo, aumentando os índices de distorção idade-série no município.

- O relatório de Encruzilhada registra

> O incentivo e a busca são constantes, para isso o município implantou em 2017 o Projeto Rede de Leitura no mês de março que tem sua culminância com o Projeto Semana da Criança (...) As escolas fazem apresentações baseadas nas leituras e trabalhos desenvolvidos. No decorrer do ano letivo os professores da educação infantil e dos anos iniciais participaram das formações em serviço por meio do PNAIC. Os coordenadores e formadores locais realizaram monitoramento pedagógico na sede e zona rural na pré-escola e turmas de alfabetização. Como proposta de continuidade ao PNAIC, o PACTO Bahia foi aderido pelo município e os trabalhos de acompanhamento e monitoramento foram efetivados com sucesso nas unidades escolares.

- Sobre Guajeru foi informado

> A Rede Municipal de Ensino já possui o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos universalizado para atender toda a população na idade de 6 a 14 anos. No entanto, o sistema de ensino enfrenta há décadas o problema da distorção idade-série de uma parcela significativa dos estudantes, o que vem sendo combatido com a implantação de programas da aceleração da aprendizagem, caso dos projetos Tempo de Aprender e Tempo Juvenil.

- O depoimento do município de Licínio de Almeida revela

> Muitos alunos nessa faixa etária deixam de frequentar a escola porque os pais saem para trabalhar e não tendo outro responsável pelas crianças, alguns filhos acabam não tendo o compromisso de ir à escola. Em outros casos, os alunos acabam abandonando a escola para trabalhar.

- Planalto assim se expressa sobre o cumprimento desta meta

> A universalização desta meta poderá ser alcançada até o final da vigência deste plano, pois o município tem apresentado algumas soluções para os impasses que dificultam a entrada e permanência do aluno na escola, dentre as quais, o transporte escolar urbano, que viabiliza a frequência satisfatória de alunos residentes em bairros mais distantes de suas escolas e a melhoria estrutural dos prédios escolares, as quais recebem manutenção necessária para ofertar segurança, conforto e condições propícias para o desenvolvimento e rendimentos nas atividades escolares. Além disso, há políticas implantadas para a correção do fluxo escolar como o ACELERA e EJA. É muito preocupante a evasão escolar, sendo necessária uma política mais eficaz para se resolver essa problemática (...) A EJA está numa situação mais crítica.

Os relatórios dos municípios do Território Sertão do São Francisco também oferecem informações importantes sobre o andamento das estratégias da meta 2 dos seus PME. Aqueles com maior número de estratégias para essa meta são: Juazeiro, Remanso e Uauá. Em geral, o nível de realização das estratégias tem sido bom, com número significativo de estratégias que são coincidentes com o PEE/BA.

Chamam a atenção algumas ações dos seguintes municípios, conforme os motivos apresentados:

- Juazeiro, por demostrar uma preocupação com a reforma curricular, acompanhamento da aprendizagem dos alunos, educação contextualizada para o campo, elaboração do PPP nas escolas, formação de professores do campo e muitas ações voltadas para a educação ambiental, pelo menos nove estratégias neste sentido.

- Pilão Arcado, ao observar no relatório que o atendimento para o alcance desta meta nessa faixa etária de 6 a 14 anos ocorre em escolas nucleadas, onde parte desse alunado é da zona rural. Uma pequena quantidade dessa população se encontra fora da escola precisando reativar o programa Busca Ativa. O município precisa estruturar mecanismos para a correção do fluxo escolar, pois somente uma pequena parcela dos alunos consegue concluir o curso na idade certa.

- O relatório do município de Remanso ressalta as dificuldades de implementar ações pois grande parte da rede se situa na zona rural, com diferentes realidades. Ainda acrescenta no relatório que uma parte da população da faixa etária não conclui o Ensino Fundamental devido às taxas de reprovação que são altas.

- Sento Sé registra a necessidades de ampliar e melhorar o atendimento com equipes interdisciplinares para atuar nas escolas, formação de professores, acompanhamento individualizado aos alunos com dificuldades.

- O relatório de Sobradinho não especifica as estratégias. No entanto faz comentários sobre o andamento das ações no município que atende a essa meta, especificando os projetos em andamento como Programa Avançar na Aprendizagem, Programa Caminho da Escola, formação continuada em processo, Caatinga, Leitura e Escrita de Textos, Jovens Empreendedores Primeiros Passos.

Ao verificar o andamento das estratégias dos PME do Território do Sisal concluímos que aquelas em desenvolvimento representam uma parte significativa do conjunto deste grupo de municípios. Eis algumas análises, a partir dos comentários apresentados nos relatórios:

- Barrocas – O município precisa realizar estudo para investir recursos financeiros e criação de projetos de intervenção para atingir as estratégias desta meta. As estratégias são muito parecidas ou até iguais as do PNE e mostram uma preocupação com a necessidade de acompanhar os alunos com dificuldades de aprendizagem.

- Conceição do Coité - Há uma atenção para atender aos alunos do campo e quilombolas, assim como o combate ao trabalho infantil que causa evasão e reprovação. Uma das estratégias se refere ao encaminhamento dos alunos ao Centro de Atendimento Especializado. Verifica-se preocupação com o atendimento da demanda de EJA e expansão de salas de recursos multifuncionais. Verifica-se um cuidado para o atendimento a demandas específicas como a população do campo, educação especial e Educação de Jovens e Adultos.

- Ichu - Três estratégias chamam a atenção por se diferenciarem das constantes nos planos de outros municípios: realizar seminários para tratar da questão da indisciplina; abordar, por meio dos conteúdos curriculares, valores éticos e morais; e criar mecanismos para o acompanhamento psicopedagógico dos alunos no turno oposto. Algumas estratégias são quase que exclusivamente cópias das estratégias do PNE. No entanto, outras demonstram dificuldades que a rede enfrenta em termos da condução das aulas. Uma delas é buscar parceria profissional para auxiliar os professores.

- Monte Santo - Quanto à estratégia ligada ao acompanhamento individualizado a alunos com dificuldades, o município dispõe de atendimento psicopedagógico. Porém há necessidade de mais profissionais da área para atender todas as escolas. Para o acompanhamento e monitoramento do rendimento dos alunos, a Secretaria faz parceria com a Secretaria de Ação Social e com o Serviço de Fortalecimento de Vínculos, aulas de ballet, Karatê e feiras de saúde. Também promove formas de acolher os alunos que apresentam dificuldades. Sobre a relação escola e movimentos culturais, as unidades escolares tem promovido atividades que favorecem a criação e difusão da cultura. Sobre o estímulo às atividades esportivas, informa que a estratégia é culminada com o Projeto dos Jogos de Sete de setembro, com competição entre os alunos em diversas atividades. Sobre o atendimento à população do campo, o relatório informa que em torno de 80% dos alunos estudam em suas localidades. O relatório se refere a uma estratégia que trata do atendimento socioeducativo aos alunos através de parceria; mostra preocupação com a população do campo, com a promoção da cultura em direitos humanos, com a qualidade do ensino e com as condições de infraestrutura das escolas.

No que se refere ao Território da Costa do Descobrimento, quanto ao andamento das estratégias dos PME, percebemos que estão em grande parte em desenvolvimento. Muitas delas dizem respeito às estratégias do PEE/BA e do PNE. No entanto as redações são muito parecidas, dando a entender que tiveram orientações semelhantes. Foi comum entre os municípios uma

estratégia voltada a criar mecanismos para o acompanhamento individualizado para os alunos com dificuldades de aprendizagem. A seguir algumas informações retiradas dos relatórios.

- Belmonte - Com relação ao levantamento da demanda através da Busca Ativa, esta não foi realizada. A empresa contratada foi dispensada. O controle da frequência dos alunos é feito em parceria com o Ministério Público e Secretaria de Assistência Social com o objetivo de realizar intervenções. Uma estratégia diz respeito ao fortalecimento do transporte escolar. Através do Programa de Ações Articuladas (PAR), o município adquiriu um veículo. Sobre a proposta pedagógica estão sendo desenvolvidos debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e capacitação de gestores e coordenadores.

- Eunápolis - Elaborado o documento Proposta de Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos, sendo aprovada pelo CME; Acompanhamento aos alunos com dificuldades efetivado através do Programa Mais Educação em contraturno; A Busca Ativa é feita em parceria com Assistência Social através do Centro de Referência Especializada e Assistência Social (CREAS) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); O Programa Novo Mais Educação possibilita a permanência do aluno na escola com alimentação e acompanhamento de suas dificuldades de aprendizagem, com a ajuda da Promotoria Pública e o Conselho Tutelar; Sobre o incentivo à alfabetização bilíngue o Centro de Atendimento Educacional Especializado de Eunápolis (CAEEDE) promove a formação de professores multiplicadores em Libras; O estímulo à participação dos pais é feito em parceria com a Promotoria Pública e o Conselho Tutelar; Em relação ao transporte escolar, uma estratégia propõe a existência de monitores para auxiliar no translado dos estudantes. Apenas 2,37% da frota de escolar da zona rural possuem monitores; Para as atividades esportivas nas escolas a Secretaria de Educação conta com um Departamento de Esportes responsável em realizar tais atividades; O município não contou com orçamento suficiente para a estratégia de assegurar pontos de cultura nos bairros e construir Escolas do Ensino Fundamental com padrão de qualidade a partir de estudos da demanda e garantir o funcionamento.

- Guaratinga - Uma das estratégias diz respeito ao atendimento por uma equipe multidisciplinar para alunos com dificuldades de aprendizagem. O relatório informa que foi criado um Núcleo de Atendimento Educacional Especializado. Mas é necessário ampliar o atendimento. Sobre a relação escola e movimentos culturais, ela é "desenvolvida pelo Projeto Educacional/Oficinas para Alunos na Cultura, cujo tema: Educação, Arte/cultura e Transformação". Apresenta ações voltadas para a melhoria do processo ensino aprendizagem, visando contribuir para promover

a equidade educacional no município. Sobre a promoção de atividades extracurriculares, como certames, concursos visando ao desenvolvimento cultural dos alunos, o relatório informa que em 2018 foi realizado o "Concurso Cultura", apresentado pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

- Itabela - Não iniciou a estratégia de regularização de fluxo escolar. Nem outra que previa realizar mutirões nos bairros para melhorar os índices de evasão. Sobre o combate a discriminação e preconceito, mesmo com a estratégia em andamento, o relatório coloca a observação: "promover parceria com o Núcleo de Educação Especial". Foi prevista e está em desenvolvimento uma estratégia para monitorar individualmente os alunos com problemas de rendimento.

- Itagimirim - São 15 estratégias, muitas de elaboração própria pela equipe municipal. Ações previstas no PEE/BA estão presentes como: levantamento de demanda; oferta às populações do campo, indígena e quilombolas; estímulo a atividades esportivas; alcance de níveis satisfatórios de aprendizagem dos alunos; e estímulo a atividades culturais. As estratégias próprias se referem a: fortalecer parceria com o Conselho Tutelar para acompanhamento dos alunos; parceria com a Secretaria da Saúde e da Ação Social para desenvolver palestras e oficinas sobre drogas e gravidez na adolescência; criar mecanismos para o acompanhamento de matrícula; e movimento social com respeito a incidência de ausências e baixa frequência.

- Itapebi - Foram 12 estratégias. Nove delas relacionam às estratégias do PEE/BA. As estratégias realizadas dizem respeito ao disciplinamento do trabalho pedagógico; oferecimento de atividades extracurriculares, esportivas e culturais. Não foram iniciadas: a atualização da proposta curricular; acompanhamento individualizado a alunos com dificuldades; e desenvolvimento de tecnologias pedagógicas.

- Santa Cruz Cabrália - O relatório informa os programas federais ligados a esta meta: Acompanhamento da frequência escolar dos alunos do programa Bolsa Família; Caminho da Escola; Educação Digital; Mobiliário Escolar; Olimpíadas Escolares; Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar; Programa Nacional do Livro Didático. As estratégias estão em andamento. Uma delas diz respeito à criação de uma disciplina obrigatória "Agroecologia" no currículo das escolas dos assentamentos em parceria com o MST e empresas, promovendo seminários. Sobre a estratégia de criar mecanismos de acompanhamento aos alunos para permanência na escola, através da Busca Ativa foi desenvolvido o projeto "Fora da Escola não

Pode". Sobre a estratégia ligada a tecnologias digitais, no PAR existe a possibilidade do projeto Educação Conectada, sendo que o técnico já recebeu formação para o seu desenvolvimento. Também nas escolas estão sendo feitos encontros para debater a BNCC. A estratégia que se refere à relação escola e movimentos culturais ela é desenvolvida através do Programa Mais Cultura e Novo Mais Educação. O incentivo dos pais para o acompanhamento dos filhos é feito através do projeto "Família na Escola".

A seguir este trabalho se volta a descrever a implementação das estratégias da META 2 do PEE/BA nos municípios. Ou seja, em que sentido as estratégias elaboradas em nível estadual tiveram relação com as estratégias elaboradas e em desenvolvimento nas regiões e nos municípios.

2.3 ESTRATÉGIAS DA META 2 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÒRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES

No Quadro 3 expõem-se as estratégias da Meta 2 do Plano Estadual para identificar em que sentido o monitoramento dos PME registra a afinidade com essas estratégias.

Quadro 3. Correspondência Entre as Estratégias da Meta 2 do PEE/BA e sua Possível Implementação nos Municípios Analisados

Estratégias do PEE/BA	Recôncavo	Sudoeste da Bahia	Sertão do S. Francisco	Sisal	Costa do Descobrimento
2.1 formalizar procedimentos orientadores para que o Ensino Fundamental seja o espaço de aprendizagem e apropriação do legado cultural da nossa civilização e de desenvolvimento das habilidades cognitivas essenciais à atuação livre e autônoma dos indivíduos na sociedade, privilegiando trocas, acolhimento e senso de pertencimento, para assegurar o bem-estar das crianças e adolescentes	Sem registro nos relatórios dos municípios	Nada registrado nos municípios sobre esta estratégia.	Sem registro nos relatórios, possivelmente algumas ações se dirigem para este enunciado, mas nenhuma estratégia dos municípios aponta diretamente para este foco.	Nada registrado nos municípios sobre esta estratégia.	Nada registrado nos municípios sobre esta estratégia.
2.2 realizar parceria entre a Secretaria da Educação - SEC e as Secretarias dos Municípios no fomento ao atendimento socioeducativo	Sem registro nos relatórios dos municípios	Somente Barra do Choça incluiu estratégia parecida que não foi iniciada. Mas acusa o não conhecimento de projetos federais e estaduais para parceria.	Sem registro nos relatórios	Estratégia sem registro nos relatórios	Não existem registros neste sentido

2.3 promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, no campo e na cidade, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE-BA	Seis municípios colocam esta estratégia em seus PME: 3 informam que está em desenvolvimento; um deles registra como concluída. Dois, como não iniciada **E**stratégia fracamente desenvolvida nos municípios	Poucos municípios nesta região desenvolvem esta estratégia. Alguns deles dizem que não conta com recursos financeiros para o seu desenvolvimento. Guajeru se queixa da dificuldade de estabelecer parcerias institucionais para ações conjuntas.	Apenas o município de Pilão Arcado se refere ao Programa Busca Ativa, informando que "uma pequena quantidade dessa população se encontra fora da escola precisando reativar o programa Busca Ativa"	Poucos municípios nesta região desenvolvem esta estratégia.	Poucos municípios nesta região desenvolvem esta estratégia.
2.4 estimular o desenvolvimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades curriculares, seja no âmbito das escolas urbanas, do campo, das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e no atendimento de grupos itinerantes	Dois municípios tem esta estratégia em andamento, um acusa como realizada, um deles, como não iniciada e em 3 deles esta estratégia não aparece. **E**stratégia quase não considerada pelos municípios	Basicamente todos os relatórios apontam dificuldades para realizar esta estratégia. Faltam meios para contratar recursos humanos, principalmente. O município de Mirante informa que esta estratégia está sendo desenvolvida a partir da adesão ao projeto Educação Conectada, mas não tem condições de contratação de técnicos em informática.	Não existem registros nos relatórios desse território sobre esta estratégia.	Sobre a segunda parte desta estratégia, o município de Conceição do Coité desenvolve uma estratégia para assegurar metodologia específica para alunos do campo e comunidade quilombola. Outra proposta é feita por este mesmo município para que sejam desenvolvidas formas alternativas para a educação dos filhos da população itinerante, mas que não iniciada.	Apenas três municípios informam que tem esta estratégia em desenvolvimento
2.5 estimular a oferta do Ensino Fundamental para as populações do campo, indígenas e quilombolas,	Três municípios informam que esta estratégia se encontra em andamento. Em um deles foi realizada. Em outros três, não consta esta estratégia.	Condeúba mostra dificuldades de alcançar o atendimento dos alunos do campo. Licínio de Almeida informa a dificuldade de frequência	Os municípios de Juazeiro, Remanso, Uauá e Pilão Arcado possuem estratégias em desenvolvimento dirigidas a educação do campo,	Os relatórios deste território acusam estas ações como em desenvolvimento.	Quatro municípios dos sete da região desenvolvem esta estratégia. Outro município tem esta

comunidades tradicionais nas próprias comunidades, garantindo condições de permanência dos estudantes nos seus espaços socioculturais	Em geral, o esforço para o atendimento a esses segmentos não tem sido uma constante nos PME	dos alunos do campo à escola, por problemas ligados à família. Planalto mostra preocupação com a evasão escolar.	educação contextualizada e formação de professores do campo, considerando as diferentes realidades.		estratégia, mas não iniciada
2.6 promover a articulação entre os sistemas e redes municipais de ensino e apoiar a elaboração e o encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação, precedida de consulta pública, de proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do Ensino Fundamental, considerado o caráter específico de espaços socioculturais onde se situam as escolas, até o final do primeiro ano de vigência deste PEE-BA	Três municípios colocaram esta estratégia em seus PME, dois deles em desenvolvimento. Em três deles esta estratégia não consta. Na realidade a iniciativa de articulação deve ser do governo do estado.	Estratégia em grande parte de responsabilidade do Governo do Estado apoiado pelo Conselho Estadual de Educação	Estratégia em grande parte de responsabilidade do Governo do Estado apoiado pelo Conselho Estadual de Educação	Estratégia em grande parte de responsabilidade do Governo do Estado apoiado pelo Conselho Estadual de Educação	Estratégia em grande parte de responsabilidade do Governo do Estado apoiado pelo Conselho Estadual de Educação
2.7 Indicar o Conselho Estadual de Educação para propor normativas sobre o acompanhamento e apoio individualizado aos estudantes do Ensino Fundamental com dificuldades de	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado.	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado.	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado.	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado.	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado.

aprendizagem de qualquer natureza					
2.8 fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do êxito escolar dos filhos dos beneficiários de programas de transferência de renda, visando à garantia de condições adequadas para a aprendizagem destes alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude	Esta estratégia aparece com mais frequência nos PME desses municípios e são relatadas como "em desenvolvimento" ou iniciadas. Em dois municípios não aparece. Esta estratégia parece ser mais o cumprimento burocrático de acompanhamento dos programas de transferência de renda das famílias dos alunos.	Quase todos os municípios possuem esta estratégia nos seus planos. Alguns municípios incluem estratégias para o atendimento individualizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Planalto instituiu uma comissão formada pelo MP, Conselho Tutelar, SEC, Secretarias da Saúde e Desenvolvimento Social para acompanhar a permanência e frequência dos alunos.	Do total de 08 municípios, dois desenvolvem esta estratégia, conforme seus relatórios.	Estratégia presente na maioria desses municípios	Quase todos os municípios elegeram esta estratégia nos seus planos e se encontra em desenvolvimento. Existe preocupação em quase todos os municípios para o atendimento individualizado aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Guaratinga tem uma estratégia de criação de uma equipe multidisciplinar para trabalhar com esses alunos.
2.9 fortalecer o acompanhamento e o monitoramento de crianças e adolescentes em situação de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando à garantia de condições adequadas para a aprendizagem desses estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância,	Quase não aparece nos PME desta região. Apenas Salinas das Margaridas tem duas ações que não foram iniciadas. Sapeaçu oferece atividades extracurriculares aos alunos, de reduzir o abandono escolar e prevenção e combate às drogas. Santo Antonio de Jesus incluiu no currículo conteúdos de educação em direitos humanos e Varzedo desenvolve uma estratégia para reduzir as	Não foi frequente neste território esta estratégia. Apenas o município de Encruzilhada incluiu uma estratégia que previa a inserção de conteúdos no currículo sobre direitos humanos, sendo que na maioria das escolas utiliza-se material com leituras para esse fim. Mas não é desenvolvido projetos específicos para tratar do tema.	Algumas ações nos municípios. Remanso busca ampliar e melhorar o atendimento, com equipes interdisciplinares para o acompanhamento individualizado. Em Sobradinho desenvolvem projetos para formação continuada de professores da educação especial - Libras e formação com profissionais do Atendimento Psicopedagógico (API), Centro de Atendimento psicológico (CENAP) e	Em Conceição do Coité foi desenvolvida uma estratégia de combate à exploração do trabalho infantil e em Ichu uma estratégia que prevê a inclusão de conteúdos de formação em valores no currículo da escola. Também em Ichu uma estratégia se liga ao combate a indisciplina. Em Monte Santo também existe uma estratégia de combate à discriminação de qualquer natureza,	Não foi frequente entre os relatórios desta região esta estratégia. Itagimirim desenvolveu uma estratégia de fortalecimento da parceria com o Conselho Tutelar, Secretaria da Saúde e Ação Social para proferir palestras sobre o assunto. Belmonte estabeleceu estratégia cobrindo ações intersetoriais para o combate à violência.

adolescência e juventude	taxas de abandono com projetos socioeducativos.		Atendimento Educacional Especializado (AEE)	reforçada na formação dos professores.	
2.10 sugerir aos Conselhos Estadual e Municipais de Educação a elaboração de normas regulatórias sobre a participação dos docentes e gestores escolares na organização do trabalho pedagógico e das ações de gerenciamento, sobretudo nas responsabilidades adstritas às atividades previstas nos arts. 12, 13 e 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, na programação do tempo e horário da escola para o desenvolvimento dessas ações previstas, com destaque para a adequação do calendário escolar à realidade local, à identidade cultural e à territorialidade	Ação a ser desenvolvida pelas Secretarias de Educação	Ação a ser desenvolvida pelas Secretarias de Educação, juntamente com os seus respectivos conselhos.	Ação a ser desenvolvida pelas Secretarias de Educação, juntamente com os seus respectivos conselhos.	Ação a ser desenvolvida pelas Secretarias de Educação, juntamente com os seus respectivos conselhos.	Ação a ser desenvolvida pelas Secretarias de Educação, juntamente com os seus respectivos conselhos.
2.11 estimular e promover a relação das escolas com	Cinco dos sete municípios analisados tem estratégias relacionadas a esta do	Não existem basicamente registros nos relatórios analisados sobre esta	Não existem registros nos relatórios analisados sobre esta estratégia. Apenas em	Nos relatórios analisados consta esta estratégia em desenvolvimento, não se	Alguns relatórios constam estratégias análogas a esta. Eunápolis propôs a

movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para os estudantes, de forma a tornar as escolas polos de criação e difusão cultural	PEE/BA, sendo que em um deles não foi iniciada. São ações que a própria Secretaria promove como projetos que se desenvolvem na escola	estratégia ou se consta e registrada como em desenvolvimento, não se informa a maneira de implementação.	dois existe uma estratégia em desenvolvimento neste sentido.	informando a maneira de implementação	criação de pontos de cultura nos bairros, mas sem ter iniciada e Belmonte propôs construir bibliotecas e ampliação do acervo, se realização.
2.12 incentivar e promover a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, fomentando o estreitamento das relações entre a escola e a família	Cinco dos sete municípios analisados tem estratégias relacionada a esta do PEE/BA sendo que um deles não iniciou a ação. Nota-se que esta ação é relativamente constante nos PME	Em geral os municípios desenvolvem ações neste sentido. Quase todos incluem estratégias sobre o estímulo da família para acompanhar a vida escolar dos filhos	Basicamente os municípios desenvolvem ações neste sentido. Quase todos incluem estratégias sobre o estímulo às família para acompanhar a vida escolar dos filhos	Esta é uma estratégia sempre presente nos PME que está em desenvolvimento, segundo os relatórios.	Todos os municípios incluem estratégias sobre o estímulo da família para acompanhar a vida escolar dos filhos
2.13 implementar formas de oferta do Ensino Fundamental, garantindo a qualidade, para atender a crianças, adolescentes e adultos de grupos étnicos itinerantes e daqueles que se dedicam a atividades de caráter itinerante ou associadas a práticas agrícolas, entre outros	Não é comum nos PME a preocupação com a oferta a segmentos específicos da população. São poucos (2) que apresentam estratégias sobre isto. Uma estratégia trata de oferta para filhos de povos itinerantes e outra para alunos do campo e quilombolas.	Quando aparece esta estratégia nos relatórios desta região não informa em que sentido ela se desenvolve nos municípios.	Pelo menos três municípios desenvolvem estratégias voltadas às especificidades da educação do campo.	Estratégia já contemplada em outra anterior	Alguns municípios desta região desenvolvem esta estratégia.
2.14 promover atividades de estímulo a múltiplas vivências esportivas dos estudantes, vinculadas a projetos de	Apenas Nazaré dentre os municípios analisados não tem ações relacionadas a esta estratégia. No entanto, em três deles não foram iniciadas.	Nesta região esta estratégia não é enfatizada.	Nesta região não aparece estratégia voltada às vivência esportivas.	Nesta região esta estratégia foi enfatizada em dois municípios	Esta estratégia foi incluída em quase todos os municípios. S. C. de Cabrália tem o projeto Atleta na Escola;

incremento ao esporte educacional nas escolas					Itagimirim tem parceria com a Casa de Cultura
2.15 articular com as Instituições de Educação Superior - IES o desenvolvimento de programas de formação continuada e inicial de professores alfabetizadores, para atender às diferentes demandas da educação - especial, do campo, indígena, quilombola, de jovens e adultos	Esta não é uma preocupação constante nos PME monitorados. Apenas Salinas da Margarida tem uma estratégia de articulação com as IES para formação de profissionais para demandas específicas, mas não discrimina que seja para alfabetizadores.	Esta não é uma preocupação constante nos PME monitorados.	Esta não é uma preocupação constante nos PME monitorados e analisados	Esta não tem sido uma preocupação constante nos PME monitorados.	Esta não é uma preocupação constante nos PME monitorados. No entanto dentre esses municípios foram colocadas nos seus planos a realização de formação continuada. Santa Cruz de Cabrália, por exemplo, informa que a formação se deu com o Pacto e o PNAIC
2.16 estimular que o respeito às diversidades seja objeto de tratamento transversal pelos professores, bem como pelas Instituições de Ensino Superior nos currículos de graduação, respeitando os Direitos Humanos e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância, à luz do conceito de supralegalidade presente no ordenamento jurídico brasileiro	Ações desta estratégia só aparecem em duas estratégias do município de Nazaré e no município de Santo Antonio de Jesus. No entanto são dirigidas a ações na própria rede de ensino, como, por exemplo, na formação dos professores ou garantir no currículo escolar conteúdos sobre este tema.	Nos relatórios analisados desta região ações neste sentido aparecem de forma mais ou menos clara nos municípios de Barra do Choça e Cordeiros, preocupados com a questão do respeito à diversidade, desenvolvimento cultural e respeito aos direitos humanos, todavia relacionando tais temas com os conteúdos curriculares.	Nos relatórios analisados desta região esta estratégia não aparece	Nos relatórios analisados desta região ações neste sentido aparecem de forma mais ou menos clara no município de Monte Santo, preocupado com a questão do respeito à diversidade, desenvolvimento cultural e respeito aos direitos humanos.	Não foram registradas estratégias com este conteúdo nessa região.

2.17 estimular a criação de programas de formação de professores da Educação Básica, em todas as suas etapas, níveis e modalidades, que contribuam para uma cultura de respeito aos direitos humanos, visando ao enfrentamento do trabalho infantil, do racismo e de outras formas de discriminação, respeitando os direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância, à luz do conceito de supralegalidade presente no ordenamento jurídico brasileiro	Somente no município de Salinas da Margarida aparecem ações voltadas a esta estratégia, no entanto, não iniciadas	Nos relatórios analisados desta região esta estratégia não aparece	Nos relatórios analisados desta região esta estratégia não aparece	Nos relatórios analisados desta região esta estratégia colide com a anterior no que diz respeito ao município de Monte Santo.	Não foram registradas estratégias com este conteúdo
2.18 consolidar as normativas relacionadas com as escolas agrícolas, nos termos do disposto pela Lei nº 11.352, de 23 de dezembro de 2008, garantida prerrogativa técnica da pedagogia da alternância para a concepção e organização do	Estratégia a ser implementada pelo Conselho Estadual de Educação. Não aparecem ações nos municípios analisados.	Estratégia a ser implementada pelo Conselho Estadual de Educação. Não aparecem ações nos municípios analisados.	Estratégia a ser implementada pelo Conselho Estadual de Educação. Não aparecem ações nos municípios analisados.	Estratégia a ser implementada pelo Conselho Estadual de Educação. Não aparecem ações nos municípios analisados.	Estratégia de responsabilidade do CEE. No entanto Santa Cruz Cabrália propôs uma estratégia para criar a disciplina Agroecologia. Em mais dois municípios aparece a estratégia relacionada a organização flexível do trabalho pedagógico: Itabela e Itapebi, sendo que neste

currículo nestas escolas, para o Ensino Fundamental					último a estratégia não foi iniciada
2.19 integrar os dados do Censo Escolar da Educação Básica com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, no âmbito da rede estadual	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado
2.20 atender às indicações do SINASE, a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado
2.21 fortalecer o processo de ensino e de aprendizagem com o uso de tecnologias e linguagens multimídia	Varzedo prevê a inclusão digital de alunos, Sapeaçu e Dom Macedo Costa querem adequar recursos tecnológicos a práticas pedagógicas.	Em geral os relatórios não fazem menção a esta estratégia. Apenas um município desenvolve uma ação de estímulo ao desenvolvimento de tecnologias pedagógicas.	Em geral os relatórios não fazem menção a esta estratégia. Apenas Uauá desenvolve uma ação de estímulo ao desenvolvimento de tecnologias pedagógicas.	Em geral os relatórios não fazem menção a esta estratégia.	Foi encontrada uma estratégia análoga a esta em Santa Cruz de Cabrália que incluiu no PAR a possibilidade de financiar o projeto Educação Digital – Escola Conectada

Fonte: Estratégias do PEE/BA (2016) e registro de ações correlacionadas nos PME dos Territórios de Identidade do Recôncavo, do Sudoeste da Bahia, do Sertão do São Francisco, do Sisal e da Costa do Descobrimento.

Outras estratégias apareceram nos PME da região do Sisal: - acompanhamento individualizado para estudantes com dificuldades (quase todos); - adequação do calendário escolar (Barrocas); - estímulo ao ensino de tempo integral (Conceição do Coité); - ampliação da EJA para a população juvenil (C. do Coité); - inseparabilidade do educar e cuidar (Monte Santo); - melhoria de infraestrutura das escolas

Na região do Território da Costa do Descobrimento outras estratégias apareceram: - participação de alunos em atividades extracurriculares para desenvolvimento de habilidades esportivas e culturais; - aquisição de equipamentos e material para laboratório de informática (Belmonte).

2.4 RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META 2 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

Como foi observado na análise da Meta 1 no início deste documento, quando se examinou a correspondência porventura existente entre as estratégias do PEE/BA e o nível de desenvolvimento das ações a elas pertinentes nos planos municipais, também com relação à Meta 2, o mesmo ocorreu. O planejamento dos municípios seguiu mais de perto o estabelecido no PNE e, como o PEE/BA adotou esse mesmo movimento, muitas estratégias são coincidentes. No entanto, o que se ressalta é a dispersão de níveis de desenvolvimento dessas estratégias. Em algumas regiões todos os municípios analisados formularam e desenvolveram determinadas estratégias, enquanto em outras regiões isto não apareceu, denotando até certo ponto uma falta de articulação sistêmica do planejamento educacional no Estado, principalmente com respeito a estratégias fundamentais para o alcance da meta.

Registram-se estratégias no PEE/BA que se baseiam em estímulo aos municípios para determinadas ações, provavelmente a ser feito pelo governo estadual, o que torna difícil avaliar a execução dessas estratégias. De qualquer forma, foram examinadas, independente do estímulo esperado se, nos municípios, as ações constaram assim como o nível das suas realizações. Selecionamos as estratégias que se colocam como fundamentais para o desenvolvimento da meta 2, mesmo considerando que os níveis de realização são muito díspares entre os municípios:

1) quanto ao levantamento da demanda para o ensino fundamental, principalmente a partir do programa Busca Ativa, as referências de realização são fracas. Os municípios se ressentem da falta de apoio e de recursos para o desenvolvimento;

2) sobre o estímulo ao uso de novas tecnologias pedagógicas, alguns municípios incluem estratégias neste sentido, mas o nível de desenvolvimento é muito fraco. Também aqui acusam dificuldades de recursos humanos para o desenvolvimento;

3) com relação ao atendimento a populações específicas (do campo, indígenas, quilombolas, itinerantes) assim como o respeito às suas diversidades, as realizações não são claras. Alguns municípios desenvolvem ações, mas apontam dificuldades para esta oferta. No território do Sudoeste, por exemplo, as equipes dos municípios apontam desafios para conter a evasão dos alunos;

4) nos PME é frequente a inclusão da estratégia de acompanhamento individualizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, denotando fraco nível de rendimento dos alunos em sala de aula. A presença marcante desta estratégia nos PME requer atenção especial aos processos pedagógicos que vem sendo desenvolvidos na escola, muito, provavelmente ligados a alfabetização dos alunos e a formação continuada dos professores, o que não aparece nos relatórios de forma clara.

5) as estratégias de fortalecimento de ações contra preconceito, discriminação e violência entre os alunos nas escolas aparecem em alguns municípios, mais em alguns territórios que em outros, no entanto de forma diversificada, mas tímida.

6) as ações que tentam aproximar a escola dos movimentos culturais são pouco notificadas. Da mesma forma as que se ligam ao estímulo às atividades esportivas da comunidade.

7) as estratégias que dizem respeito à formação dos profissionais da educação estão sempre presentes nos PME, mas sem deixar claras as formas como estas ações são desenvolvidas. Uma delas se refere à articulação com as instituições de ensino superior da região para realizar parcerias, sempre estratégias não iniciadas nos municípios.

8) uma estratégia do PEE/BA é bastante desenvolvida nos municípios. Trata-se da promoção de maior participação das famílias no acompanhamento do processo de aprendizagem dos seus filhos.

Algumas estratégias do PEE/BA são de competência do governo do Estado, como elaboração de normas, diretrizes curriculares, mais especificamente de responsabilidade do Conselho Estadual de Educação, o que não aparece como realizadas nos relatórios de monitoramento dos municípios.

Pelas análises feitas, algumas estratégias carecem de maior atenção por parte das secretarias, escolas e professores. Para que esta atenção seja dada será necessário um nível de articulação maior nos processos de planejamento e avaliação institucional de forma a corrigir fragmentações das agendas e desperdícios de recursos.

Embora tenhamos melhorado o acesso, ainda temos muitos problemas nos municípios dos territórios analisados, em relação à correção do fluxo escolar. Sugerimos que as questões relativas ao acesso deve ter uma relação direta com políticas concretas de construção de novas escolas, contratação de professores, enquanto as questões vinculadas ao fluxo e à correção do mesmo parecem estar mais relacionadas com políticas que interferem no interior da escola, que alteram a organização da escolaridade das crianças e jovens, que redefinem as escolhas metodológicas e propõem programas de formação de professores.

3 META 3 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS E ENSINO MÉDIO

> **Meta 3 do PEE/BA - Expandir gradativamente o atendimento escolar para toda a população dos 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PEE/BA, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (BAHIA, 2016).**
>
> **Meta 3 do PNE - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (BRASIL, 2014).**

Vale a pena ressaltar a fragilidade do termo "Expandir" colocado no início da Meta 3 do Plano Estadual de Educação da Bahia, divergindo fortemente da expressão "Universalizar o atendimento" proposto na Meta 3 do PNE. Em realidade, a escolaridade da população de 15 a 17 anos até o ano de 2016 está garantida pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009. No PNE a universalização constitui expectativa até o período de vigência desse Plano, ou seja, em 2024. A proposição do PNE de alcançar a taxa líquida de 85% até o final de vigência é seguida pelo PEE/BA, levando em conta a vigência deste Plano.

3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES

O indicador 3A - percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola, relativo ao Estado da Bahia como um todo nos três anos de análise (2016, 2017 e 2018) ficou em torno dos 78,0%, segundo a fonte TCEduca - Sistema de Monitoramento dos Planos Educacionais dos Tribunais de Contas. O percentual dessa população que estuda o Ensino Médio, que correspondente a taxa líquida de atendimento (Indicador 3B), nesse período, ficou na casa dos 45,0%, conforme dados desta mesma fonte. Esses indicadores, considerando a realidade dos municípios por território de identidade se apresentam da seguinte forma:

Território do Recôncavo

Quanto à cobertura de atendimento as pessoas de 15 a 17 anos, que é obrigatória pela Emenda nº 59/09 os municípios deste território estão aquém dos resultados esperados da Meta 3. Somente três deles venceram a barreira dos 80% estando próximos dos 100%. São eles: Sapeaçu, Santo Antônio de Jesus e Salinas da Margarida. Outros três estão mais próximos do atendimento fixado, aproximando-se do indicador do Estado: Dom Macêdo Costa, Nazaré e Varzedo. Abaixo desses indicadores está o do município de Muniz Ferreira. Em 2018 o índice não chegava a 70%. Deve-se considerar, no entanto, que grande parte desses alunos que estão sendo matriculados nesta faixa etária não cursa a etapa adequada que é o ensino médio, conforme se vê a seguir.

O atendimento a população de 15 a 17 anos no Ensino Médio é muito reduzido, fruto da ausência de políticas que contribuam para diminuir o atraso escolar. Em quatro municípios o atendimento a esta população no Ensino Médio ficou abaixo de 50%. Em 2018, Dom Macedo Costa (43%) Muniz Ferreira (43%), Nazaré (49%) e Varzedo (44%). Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu e Salinas da Margarida superam os 50%, mas muito próximos a esta marca. Isto mostra a distância que esses municípios se encontram para chegarem a 85% de atendimento projetado para o final da década, conforme o indicador 3B da meta. Indicadores pormenorizados em nível dos municípios referentes aos três anos considerados se encontram no Apêndice 1 deste documento.

Território do Sudoeste da Bahia

No que se refere ao atendimento obrigatório à população de 15 a 17 anos a situação nos municípios dessa região, mesmo que seus indicadores se aproximem da média do Estado, no caso de cinco municípios, é preocupante em termos de déficits: Em 2018, Barra do Choça (75%), Caraíbas (79%), Condeúba (75%), Cordeiros (72%), Planalto (75%). Somente Maetinga exibe para esse ano 96% de atendimento. Sete municípios estão bastante distantes de atender à população nesta faixa etária, sendo alguns com índices acentuados: São eles em 2018: Aracatu (69%), Belo Campo (68%), Guajeru (59%), Encruzilhada (57%), Licínio de Almeida (64%), Mirante (56%) e Tremedal (62%).

Apurando um pouco mais este indicador, buscando a taxa líquida para o atendimento desta faixa etária no Ensino Médio, percebe-se ainda mais a grande distância para o atendimento da meta, nesta etapa da educação básica em se tratando da população desta faixa de idade. Seis municípios apresentam marcas mais nítidas de déficits desse atendimento. Considerando o ano

de 2018 temos: Aracatu (39%), Barra do Choça (34%), Belo Campo (37%), Guajeru (30%), Mirante ((31%) e Tremedal (33%). Mais acentuadamente baixas são as taxas registradas no município de Encruzilhada que teve nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente, 20%, 29% e 20%.

Território do Sertão do São Francisco

Quanto ao atendimento obrigatório à população de 15 a 17 anos (taxa bruta) a situação nesta região apresenta déficits. O município de Campo Alegre de Lourdes chama a atenção pelo baixo indicador (43%, em 2018). Curaçá e Sento Sé tem taxas abaixo da média do Estado. Em 2018, 61% e 63%, respectivamente. Remanso (77%), Sobradinho (78%) e Uauá (73%) se aproximam da média do Estado. Por seu turno Juazeiro está próximo à universalização, com 94% de atendimento nesse ano.

Sobre a taxa líquida em 2018, Curaçá (34%), Sento Sé (32%) e Uauá (45%) tem taxas muito baixas. Em Campo Alegre de Lourdes a taxa líquida não chega a 20% durante os anos de 2016, 2017 e 2018. Registra-se também aqui o município de Juazeiro, com as maiores taxas líquidas durante esses anos: (61,6%, 63,2% e 63,4%).

Território do Sisal

No que diz respeito ao atendimento obrigatório à população de 15 a 17 anos a situação é parecida com a dos municípios das demais regiões. A frequência à escola nesta faixa etária é representativa. No entanto vamos perceber que por conta da defasagem idade-série há uma proporção desses jovens ainda no Ensino Fundamental. Mesmo assim os percentuais de atendimento a essa população que tem o direito assegurado à frequência na escola ficam em torno da média do Estado (78%). Exceção se faz aos municípios de Barrocas (86%) e Conceição do Coité (83%) que tem taxas maiores de atendimento. Quanto à taxa líquida referente ao Ensino Médio os municípios se aproximam da taxa do Estado (45%). Monte Santo, no entanto, apresenta sua taxa abaixo deste patamar (40%).

Território da Costa do Descobrimento

Com relação ao atendimento obrigatório à população de 15 a 17 anos deste território, a situação é de carência. A oferta obrigatória a essa faixa etária em alguns municípios se situa bem distante da política estabelecida, ainda mais porque muitos dos alunos atendidos continuam

no Ensino Fundamental. As taxas de distorção idade-série nessa etapa da educação básica, conforme dados do INEP de 2018 estão situadas nos anos iniciais: zona urbana em 18,3% e anos finais em 37,8%. E na zona rural, nos anos iniciais 22,9% e nos anos finais 45,1%. O município de Eunápolis mostra situação mais confortável neste quesito, mesmo assim com tendência de diminuição da taxa na série de anos considerada: Em 2016, 93%, em 2017, 90% e em 2018, 88%.

Apurando um pouco mais este indicador, buscando a taxa líquida para o atendimento desta faixa etária no Ensino Médio, somente Eunápolis e, secundariamente, Santa Cruz de Cabrália se encontram com taxas mais altas, mesmo assim próxima de 50% de atendimento. Por certo, a defasagem idade/série dificulta aumentar esta taxa. Esta deve ser uma razão de preocupação, pois no PEE/BA, seguindo o PNE espera que ao fim do decênio obtenha-se na Bahia uma taxa líquida de matrícula no Ensino Médio em torno de 85%.

3.3 NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS

Os relatórios de monitoramento dos PME desses municípios indicam o andamento das estratégias desta meta. O número de estratégias para o desenvolvimento da meta é muito variado entre os municípios. Apurados por territórios de identidade temos os seguintes resultados, conforme apresentado nas tabelas 5 e 6:

Tabela 5. Status das estratégias da meta 3 dos PME nos municípios selecionados, em números absolutos

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	63	10	29	24
Sudoeste da Bahia (13)	108	16	60	32
Sertão do São Francisco (7)	62	12	20	30
Sisal (5)	38	01	26	11
Costa do Descobrimento (7)	65	16	35	16

Fonte. Relatórios dos municípios.

Tabela 6. Status das estratégias da Meta 3 dos PME nos municípios selecionados, em números percentuais

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	100,0	15,9	46,0	38,1
Sudoeste da Bahia (13)	100,0	14,8	55,6	29,6
Sertão do São Francisco (7)	100,0	19,3	32,3	48,4
Sisal (5)	100,0	2,6	68,4	28,9
Costa do Descobrimento (7)	100,0	23,9	52.2	23,9

Fonte: Relatórios dos municípios. Elaboração própria.

Na realidade, tornou-se costume considerar esta meta como relacionada ao Ensino Médio, pois trata de uma população considerada público desta etapa da educação. Sendo Ensino Médio, pelas políticas educacionais atuais, a responsabilidade do seu atendimento prioritário é dos governos estaduais, o que não exime os governos municipais de se preocuparem e interessarem pela cobertura da população de jovens acima de 14 anos. Como se observa, o número de estratégias dos PME para esta meta não foi significativo. Relacionam-se mais com o apoio na forma de oferecer ao transporte escolar para os alunos. Mesmo assim, chama a atenção o número de estratégias não iniciadas.

Pelos dados da Tabela 6, pode-se concluir que mais da metade das estratégias desta meta estão em desenvolvimento pelos municípios, com exceção das referentes aos municípios de Sertão do São Francisco, com 48,4% não iniciadas. Deve-se ponderar, entretanto, que esses percentuais são baseados no número de municípios de cada território. Na amostra esses números foram variados em relação ao número dos municípios. De qualquer forma essas evidências devem levar a refletir sobre os cuidados a serem tomados no processo de elaboração das estratégias dos planos. Por conseguinte, é necessário considerar possibilidades ou não de os sistemas de ensino assumirem determinadas estratégias cujas metas não incidem necessariamente sobre as suas obrigações legais. A seguir, destacaremos os dados constantes nos relatórios sobre o desenvolvimento das estratégias e respectivas análises por territórios de identidade.

A análise dos relatórios do Território do Recôncavo sobre a Meta 3, que diz respeito ao atendimento à população de 15 a 17 anos e que teoricamente deveria estar cursando o Ensino Médio, leva a verificar o nível de andamento de suas estratégias, nos seus municípios, apresentando um panorama preocupante. Primeiro porque, mesmo que quase a metade das estratégias corresponde às registradas como iniciadas, em alguns municípios elas nem foram iniciadas. Os municípios de Salinas da Margarida e Sapeaçu registram que nenhuma foi iniciada. Portanto, em alguns relatórios não existem informações e nem registros que

evidenciem como as estratégias estão sendo realizadas. Alguns municípios desenvolvem a Busca Ativa também considerando a população de 15 a 17 anos, inclusive na zona rural e informam que o transporte escolar atende também a alunos da rede estadual, contribuindo para a redução da evasão. Em geral, não existe uma política de correção de fluxo, razão por que um grande quantitativo de alunos se encontra ainda retido no Ensino Fundamental. Deve-se considerar que, segundo o site do TCEduca, a partir dos indicadores considerados, todos os municípios analisados neste estudo, estão em risco de descumprimento da Meta 3 dos seus planos.

Algumas informações colhidas nos relatórios dão conta do nível de desempenho das estratégias desta meta no Território de Identidade do Sudoeste da Bahia. A falta de informações sobre as estratégias levam a considerar que as ações desta meta não estão sendo acompanhadas. Quando existem, são informações consideradas evasivas. Mesmo assim alguns dados foram registrados nos relatórios: Chama a atenção o número de estratégias não iniciadas. Por outro lado, o número de estratégias realizadas/concluídas não nos dá confiança quanto a essa realização. Grande parte foi do município de Barra do Choça que informou que dentre as estratégias registradas como concluídas, existem algumas relacionadas ao currículo do novo Ensino Médio. No entanto esse currículo até no ano de 2019 ainda se encontrava em fase de discussão inclusive no nível do Conselho Estadual de Educação, para a elaboração das diretrizes. As equipes de monitoramento de outros municípios se posicionam quanto ao cumprimento desta meta 3:

- Aracatu

> Apesar de termos a maioria da população de 15 a 17 anos frequentando a escola percebe-se que o número de alunos que frequentam o ensino médio cai muito uma diferença de 33%. O município precisa investir para que esse público consiga frequentar o ensino médio e concluí-lo para alcançar a meta prevista em 2025.

No PME deste município existe apenas uma estratégia para esta meta.

- Caraíbas

> A rede estadual de ensino mantém uma Unidade Escolar sediada na área urbana e há oferta de vagas suficientes para atender a demanda de matrículas no Ensino Médio.

Mas esta oferta atende somente à demanda que a procura, o que não significa que cobre a população de toda faixa etária com direito obrigatório.

Algumas secretarias locais dão apoio aos estudantes matriculados no Ensino Médio em estabelecimentos estaduais. Condeúba e Planalto oferecem o transporte através do programa PETE. Os municípios disponibilizam, ainda, recursos humanos e materiais para o cumprimento do calendário escolar e manutenção do funcionamento da escola estadual. Realiza também a conscientização dos alunos sobre a importância da continuidade dos estudos após o Ensino Fundamental. Salientam que muitos jovens deixam de estudar depois desta etapa de ensino por causa das distâncias da zona rural com relação à sede e por conta dos seus horários de trabalho. Partindo desses e de outros argumentos, as equipes de monitoramento opinam:

- Licínio de Almeida

> Acredita-se que alguns estudantes evadem, devido a diversos fatores, tais como: distorção idade-série, migração para outras regiões, por estarem entrando no mercado de trabalho, falta de interesse dos pais.

- Guajeru

> Por questões socioeconômicas das famílias muitos jovens nessa faixa etária estão fora da escola, sendo o principal motivo a migração para outros estados, principalmente São Paulo, em busca de emprego e geração de renda. Outro fator preponderante a ser considerado é a alta taxa de distorção idade-série observada nessa faixa etária.

Sobre o cumprimento das estratégias dessa Meta 3 no Território de Identidade do Sertão do São Francisco, uma das informações mais presentes nos relatórios é o apoio dos municípios para as ações do sistema estadual. No entanto, foram elaboradas estratégias nos PME que aparecem não iniciadas no monitoramento. Além disso, nos relatórios é informada a situação desta etapa de ensino nos municípios. Como exemplos, Pilão Arcado registra que existem dois colégios estaduais que ofertam Ensino Médio no município, além dos anexos desses colégios e que o atendimento é satisfatório. Ressalta que o município assegura o transporte escolar, em parceria com o Estado; Remanso informa que o município atua de forma articulada com a rede estadual para garantir o atendimento educacional à população desta faixa etária, assegurando o transporte escolar. Por seu turno, o município de Sento Sé informa que a Meta 3 não foi cumprida no município, devido à insuficiência de vagas na zona rural e carência no transporte escolar.

Os relatórios dos municípios do Território de Identidade do Sisal refletem bem as questões ligadas à escolaridade dos jovens nessa faixa etária e quanto ao acesso no Ensino Médio. Na realidade a formação de jovens de 15 a 17 anos é bem problemática especialmente

em municípios do Estado. Os relatórios chamam a atenção sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos, também sobre a evasão e a falta de incentivo aos jovens para darem continuidade aos estudos. Algumas observações sobre o que consta nos relatórios estão a seguir. No Território do Sisal, em cinco municípios, apenas uma estratégia aparece como iniciada.

- Ichu - No que se refere ao Ensino Médio, muitas ações não dependem da execução do município, pois, trata-se de uma etapa de ensino ofertada pela rede estadual, no qual o município tem parceria através da oferta do transporte escolar para os estudantes da zona rural. Um desafio desse nível de ensino é a superação de índices de evasão, bem como o desenvolvimento de atividades culturais numa perspectiva de educação integral.

- Quijingue

> Infelizmente é notório que há muitos jovens nesta faixa etária fora da escola. Muitos deixam as escolas porque não veem perspectiva em continuar a vida escolar, já que muitos não têm condições de se manter em uma faculdade ou ainda que realmente não objetiva um curso superior.

Ao analisar os relatórios dos municípios do Território de Identidade Costa do Descobrimento percebemos, também, as dificuldades que as equipes locais tem de lidar com a questão do acesso e permanência no Ensino Médio por parte dos seus jovens. Por ser o cumprimento desta meta de responsabilidade, em princípio, do governo estadual, os municípios pouco tem a dizer sobre ela. Mesmo assim, mais da metade das estratégias está em andamento, conforme indicam.

- Eunápolis - O Relatório apresenta alguns registros de ações referentes à oferta de Ensino Médio no município, porém não descreve o desenvolvimento das ações de forma que possibilite uma análise objetiva. As informações registradas são superficiais e pontuais.

- Itagimirim, Itabela, Itapebi, Santa Cruz de Cabrália e Guaratinga - Os registros dos relatórios não apresentam evidências de como as ações relacionadas à Meta 3 estão sendo desenvolvidas no município. Diante da ausência de informações, não é possível fazer análise das condições de oferta e do atendimento à demanda do Ensino Médio nessa região.

Vale salientar, segundo técnicos da COPE/SEC, que durante os encontros formativos, promovidos pela Secretaria de Educação do Estado sobre o monitoramento esses municípios são orientados a participar de forma colaborativa, com estratégias em metas cujo município não

tenha responsabilidade direta sobre a ação, como é o caso do Ensino Médio. O que se percebe é que a grande maioria se exime da responsabilidade, em função da mesma ser legalmente do governo estadual e não apresenta estratégias ligadas a essas metas em seus planos e quando apresentam são extremamente superficiais. Não existe uma convergência dessas políticas entre município e estado para resolver as questões dos alunos ligados a esta faixa etária 15 a 17 anos.

A seguir este trabalho se volta a descrever a implementação das estratégias da META 3 do PEE/BA nos municípios, ou seja, em que sentido as estratégias elaboradas em nível estadual tiveram relação com as estratégias elaboradas e em desenvolvimento nas regiões e nos municípios.

3.3 ESTRATÉGIAS DA META 3 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÒRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES

Neste quadro 4 expõem-se as estratégias da Meta 3 do Plano Estadual para identificar em que sentido o monitoramento dos PME registra a afinidade com essas estratégias.

Quadro 4. Correspondência Entre as Estratégias da Meta 3 do PEE/BA e sua Possível Implementação nos Municípios Analisados

Estratégias do PEE/BA	Recôncavo	Sudoeste da Bahia	Sertão do S. Francisco	Sisal	Costa do Descobrimento
3.1 Indicar ao Conselho Estadual de Educação o preparo do ordenamento normativo orientador para que o ensino Médio seja espaço ressignificação e recriação da cultura herdada, privilegiando o apoio e a troca de conhecimentos, para assegurar o bem-estar dos adolescentes e jovens.	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação	A cargo da Secretaria da Educação do Estado	A cargo da Secretaria da Educação do Estado	A cargo da Secretaria da Educação do Estado	A cargo da Secretaria da Educação do Estado
3.2 Fortalecer as iniciativas estaduais de renovação do Ensino Médio, em articulação com os programas nacionais, a fim de fomentar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, nas dimensões do trabalho, das linguagens, das tecnologias, da cultura e das múltiplas vivências esportivas, com destaque para as escolas do campo,	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação. No entanto, o município de Dom Macedo Costa coloca uma estratégia de apoio à escola local de ensino médio no sentido de reestruturação do seu PPP e registra que esta estratégia está em andamento	A cargo da Secretaria da Educação do Estado. Observa-se que dentre as estratégias registradas em Barra do Choça como concluídas, existem algumas relacionadas ao currículo do novo Ensino Médio. Mas estranha-se esta colocação vez que ainda encontra-se em fase de discussão as diretrizes para o Ensino Fundamental no CEE/BA.	A cargo da Secretaria da Educação do Estado. No entanto alguns municípios (5) registram estratégias em andamento relacionadas a esta estratégia do PEE/BA, que estão em andamento.	A cargo da Secretaria da Educação do Estado. Observa-se que dentre as estratégias registradas em alguns municípios alguns desses itens aparecem como: incentivo aos jovens para participação em cursos para aprendizagem das tecnologias, atividades culturais e esportivas. Em Conceição do Coité, Ichu e Monte Santo. No entanto algumas dessas ações não foram iniciadas	A cargo da Secretaria da Educação do Estado. Observa-se que em todos os relatórios dos municípios existem em desenvolvimento estratégias que contemplam apoio aos governos estadual e federal aos programas de renovação do ensino médio, inclusive com extensão à população do campo.

quilombolas, de grupos itinerantes e comunidades tradicionais, nas quais devem ser consideradas as experiências e realidades sociais dos respectivos espaços de vivência dos estudantes					
3.3 Fomentar programas de educação e de cultura para a qualificação social de pessoas de áreas urbanas, do campo, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos que estejam fora da escola ou em defasagem no fluxo escolar	Estratégias de dois municípios se aproximam do estabelecido no PEE/BA. Muniz Ferreira quase que reproduz o texto numa estratégia não iniciada. Varzedo coloca uma ação de "monitorar o fluxo de alunos egressos do ensino fundamental e o ingresso desses no ensino médio, ação não realizada."	Estratégia sem registro nos relatórios dos municípios dessa região	Estratégia a cargo com preferência da Secretaria da Educação do Estado, a não ser nas escolas municipais em relação aos alunos com defasagem. Como por exemplo, o município de Uauá tem em andamento um estratégia neste sentido.	Estratégia que aparece nos relatórios dos municípios dessa região	Estratégia presente nos relatórios dos municípios dessa região, inclusive integrando os jovens de 15 a 17 anos em atividades das escolas de ensino fundamental.
3.4 Estimular a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e dos povos ciganos	Os municípios de Muniz Ferreira e Varzedo colocam estratégias iguais a esta do PEE/BA, no entanto elas não foram iniciadas.	Não foram registradas estratégias neste sentido. Somente um município informa que a preocupação em conscientizar os alunos sobre a importância da continuidade dos estudos após o Ensino Fundamental. Salienta que muitos estudantes deixam de estudar depois do Ensino Fundamental por causa das distâncias da zona rural para a sede e por conta dos horários de trabalho.	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual, mesmo que Remanso tenha uma estratégia voltada para esta ação.	O município de Monte Santo incluiu esta estratégia no seu plano, mas não foi iniciada.	Quatro municípios apoiam as iniciativas do governo estadual e federal, estimulando a população a realizar os cursos. Eunápolis informa: *A rede Estadual de Ensino expandiu a oferta da educação Profissional, através do CETEP-CD (...) que atende alunos de todo território, (...) nos turnos matutino e vespertino (...). O município conta com o IFBA (...) ofertando vagas em curso do Ensino Médio*

					Integrado ao ensino Técnico e somente na modalidade Técnico.
3.5 Integrar, anualmente, as avaliações sistêmicas do Ensino Médio ao funcionamento das unidades escolares respectivas, nas áreas urbanas, no campo, indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, considerando as dimensões pedagógica e administrativa	Não existem estratégias nos relatórios de monitoramento dos municípios que correspondam a esta meta do PEE/BA	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual. Foi comum entre esses municípios estimular a população jovem para a realização do ENEM. Guaratinga estimula os jovens sem o ensino médio a submeter aos exames da CPA para conseguir certificação através exames.
3.6 Articular com os sistemas municipais de ensino a formulação de políticas educacionais que assegurem o direito de aprender dos estudantes e apresentá-las para consulta pública e posterior encaminhamento ao Conselho de Educação competente**,** até o primeiro ano de vigência deste PEE-BA	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual. O município de Campo Alegre de Lourdes tem uma estratégia relacionada a esta.	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual.	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual.
3.7 Ampliar o acesso dos estudantes à cultura corporal e às múltiplas vivências esportivas integradas ao currículo escolar	Muniz Ferreira, e Varzedo apoiam a Secretaria Estadual em projetos que assegurem a valorização da vida e à cidadania, baseada em valores humanos.	Não houve registro nos relatórios sobre este assunto	Não houve registro nos relatórios sobre este assunto	O município de Monte Santo incorpora esta estratégia como em desenvolvimento	Não houve registro nos relatórios sobre este assunto

3.8 Fortalecer o processo de ensino e de aprendizagem, elevando a taxa de aprovação e reduzindo a taxa de abandono escolar, de modo a assegurar aos estudantes a continuidade dos estudos na idade adequada nesta etapa de ensino	Dom Macedo Costa tem uma estratégia em andamento de apoio a programas de correção de fluxo no Ensino Médio Sapeaçu, propôs implementar políticas de prevenção da evasão motivada por preconceito e discriminação (não iniciada)	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual em se tratando de Ensino Médio.	Não houve registro nos relatórios sobre este assunto	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual em se tratando de Ensino Médio.	Pelo menos três municípios apresentam estratégias dirigidas ao combate a evasão: Santa Cruz de Cabrália, Itapebi e Itabela, mas sem especificar a etapa da educação básica.
3.9 Providenciar estratégias que possibilitem a regularização de fluxo aos estudantes do Ensino Médio com distorção de idade, série ou ano, com implicações para a continuidade de estudos na idade adequada	Dom Macedo Costa apoia programa da Secretaria Estadual para correção de fluxo (em andamento). Sapeaçu, tem estratégia não iniciada.. Nazaré não iniciou duas estratégias e pretende mapear os alunos em distorção idade/série para informar à SEC/BA.	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual.	Estratégia presente em alguns municípios de região, com previsão de ações nas escolas de ensino fundamental de correção de fluxo, mesmo que em três deles esta estratégia não tenha sido iniciada.
3.10 Desenvolver procedimentos que assegurem formas de possibilitar a superação das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes do Ensino Médio, nos respectivos componentes curriculares	Três municípios têm estratégias afins ao PEE/BA. Dom Macedo Costa e Sapeaçu tem estratégias de apoio a programas de correção de fluxo: no primeiro em andamento e no outro não iniciada e em Varzedo estava em andamento.	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual.	Eunápolis tem estratégias de interação visando o acompanhamento psicopedagógico aos alunos. S. C. Cabrália propôs incentivar práticas pedagógicas interdisciplinares, de forma flexível e diversificada, aquisição de equipamentos, e laboratórios, formação de Professores a partir da articulação c/ instituições acadêmicas, esportivas e culturais. Realiza Oficinas curriculares na

					temática: Étnico- Racial em parceria com a UFSB. Projeto de Aquaponia desenvolvido no Colégio Estadual Indígena Pataxó em Coroa Vermelha, a por acadêmicos da UFSB do Curso de Bacharel em Saúde.
3.11 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude	Três relatórios analisados registram estratégias de uso da plataforma da Busca Ativa para alunos de 15 a 17 anos, mas apenas em um deles a estratégia estava em andamento.	Poucos municípios possuem estratégia de Busca Ativa, referindo-se também aos alunos nesta idade	Dois municípios possuem estratégia de Busca Ativa, referindo-se também aos alunos nesta idade	Barrocas, Conceição do Coité e Monte Santo possuem esta estratégia. Mas Conceição do Coité não desenvolveu	Estratégia presente e em desenvolvimento em quatro dos seis municípios da região.
3.12 Redimensionar a oferta do Ensino Médio nos turnos diurno e noturno bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes e das comunidades.	Nenhum registro nos relatórios sobre esta estratégia do PEE/BA	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual.	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual. Os municípios de Juazeiro e Remanso colocam uma estratégia relacionada a esta ação do PEE/BA.	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual. Ichu colocou esta estratégia, que não foi iniciada	Aparece esta estratégia em apoio ao governo estadual em Itabela e Itapebi.
3.13 Desenvolver formas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender a adolescentes, jovens e adultos de grupos étnicos e famílias itinerantes, bem como de adolescentes e	Dois municípios apresentam estratégias em andamento. São Antonio de Jesus – Garantir com o governo estadual educação para jovens de 15 a 17 anos com qualidade. Varzedo – apoiar a política do Estado	Cordeiros vem dialogando com o estado acerca da oferta desse nível de ensino, contribuindo com a expansão de oferta. Salienta que assegura o transporte escolar aos alunos do estado e ressalta a garantia da merenda	Estratégia específica para cumprimento do governo estadual	Barrocas vem dialogando com o estado sobre a oferta dessa etapa de ensino, assegurando a expansão da oferta sem especificar quais grupos étnicos Monte Santo inclui uma estratégia de estímulo	Esta estratégia aparece no município de Itapebi, sem indicação sobre sua implementação.

jovens em instituições socioeducativas	na definição de padrões de qualidade na oferta.	escolar e o transporte para os professores.		ao atendimento de alunos de famílias itinerantes.	
3.14 Estruturar políticas de proteção ao estudante contra formas de exclusão, como medida de prevenção do abandono escolar, motivadas por preconceito ou quaisquer formas de discriminação	Cinco dos sete municípios tem estratégias em andamento que relacionam a do PEE/BA. Apenas em um município a ação não foi iniciada.	Não existem registros sobre esta estratégia	Sem discriminar que se trata de alunos do ensino médio, registramos uma estratégia do município Sento Sé, em andamento	Existem registros sobre esta estratégia nos relatórios de Monte Santo e Ichu, como forma de apoio a essas políticas	Aparecem registros sobre esta estratégia nos municípios de Eunápolis, mas não iniciada e Itabela e Santa Cruz de Cabrália, como realizada
3.15 Estimular, por meio de orientação profissional, a participação dos adolescentes e jovens nos cursos das áreas tecnológica e científica, estabelecendo acordos com as IES e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a realização de estágios e visitas técnicas, articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão	Quatro municípios apresentam estratégias relacionada a esta, mas somente em um deles a ação está em andamento. As ações são sempre voltadas a apoiar ou estimular programas.	Não existem registros sobre esta estratégia	O município de Sento Sé propôs uma estratégia que estava em andamento que relaciona a esta ação	Não existem registros sobre esta estratégia	Existem registros sobre esta estratégia em desenvolvimento em Eunápolis, Itabela e Itapebi
3.16 Encorajar o aproveitamento dos estudos feitos em programas complementares como ações de melhoria aos currículos do Ensino Médio, a ser regulamentado por ato do Conselho Estadual de	Estratégia a ser desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado.	Estratégia a ser desenvolvida pelo Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pelo Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pelo Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação do Estado	Estratégia a ser desenvolvida pelo Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação do Estado

Educação, ouvida a Secretaria da Educação no que concerne à orientação quanto aos programas complementares					
3.17 Incentivar a oferta de escolas do Ensino Médio no campo, em espaços quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais, com a criação de escolas ou classes vinculadas	Não existe registro nos relatórios analisados sobre a presença desta estratégia.	Os municípios mostram dificuldades em atingir este público e não apresentam estratégias nesse sentido.	O município de Sento Sé coloca em andamento uma estratégia relacionada a esta	Não existe registro desta estratégia nesta região.	Sem registros nos relatórios dos municípios.
3.18 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda no Ensino Médio, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude	Três municípios apresentam esta estratégia em seus planos. Interessante é notar que nas metas 1 e 2 também é constante esta preocupação. No entanto, este parece ser um expediente burocrático de controle da política social de apoio às famílias que recebem benefícios de programas federais.	Alguns municípios colocam esta estratégia em andamento	O município de Sento Sé coloca em andamento uma estratégia relacionada a esta	Três dos quatro municípios colocam esta estratégia em andamento	Alguns municípios colocam esta estratégia em andamento
3.19 Consolidar as normativas relacionadas com as escolas agrícolas, nos termos da Lei nº 11.352, de 23 de dezembro de 2008, garantida a prerrogativa técnica da pedagogia da alternância para a concepção e organização do currículo nestas	Estratégia a ser desenvolvida pelo Conselho Estadual de Educação.	Estratégia a cargo do Conselho Estadual de Educação	Estratégia a cargo do Conselho Estadual de Educação	Estratégia a cargo do Conselho Estadual de Educação	Estratégia a cargo do Conselho Estadual de Educação

escolas, para o Ensino Médio					
3.20 Implementar, no currículo do Ensino Médio, conteúdos e atividades pertinentes à dimensão trabalho, que não se confunde com a profissionalização, mas aproxima o adolescente e jovem do mundo do trabalho, e articular tais conteúdos com a orientação profissional e o acesso a cursos técnicos e de qualificação profissional	Estratégia específica do governo estadual	Estratégia a cargo do Conselho Estadual de Educação	Estratégia a cargo da Secretaria de Educação do Estado e Conselho Estadual de Educação	Estratégia a cargo da Secretaria de Educação do Estado e Conselho Estadual de Educação	Estratégia a cargo da Secretaria de Educação do Estado e Conselho Estadual de Educação
3.21 Articular a Educação Superior com a Educação Básica, visando ao fortalecimento do currículo, ao desenvolvimento de proficiências e à melhoria dos resultados educacionais	Estratégia específica do governo estadual	Sem registros	Encontramos um registro desta estratégia no município de Juazeiro, em desenvolvimento.	Sem registros	Sem registros
3.22 Assegurar, por meio de normativa do Conselho Estadual de Educação, que o respeito às diversidades seja objeto de tratamento didático-pedagógico transversal no desenvolvimento dos currículos das escolas de Ensino Médio, respeitando os direitos humanos e o combate a	Estratégia específica do governo estadual a partir de parecer e resolução do Conselho de Educação	Estratégia a cargo da SEC e CEE	Estratégia aa cargo do Conselho Estadual de Educação	Estratégia a cargo da SEC e CEE	Estratégia a cargo da SEC e CEE

todas as formas de discriminação e intolerância, à luz do conceito de supralegalidade presente no ordenamento jurídico brasileiro					
3.23 Fomentar o desenvolvimento de programas de formação de professores da Educação Básica em todas as etapas, níveis e modalidades que contribuam para uma cultura de respeito aos direitos humanos. Visando ao enfrentamento do racismo e de outras formas de discriminação e intolerância, respeitando os direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância, à luz do conceito de supralegalidade presente no ordenamento jurídico brasileiro.	Foi observado um registro de estratégia de PME voltada a esta estratégia do PEE/BA. O município de Varzedo colocou em andamento a seguinte: prever a participação de professores do Ensino Médio em cursos de formação de professores da rede municipal.	Não aparecem registros sobre esta estratégia	Os municípios de Juazeiro e Pilão Arcado colocam esta estratégia. No primeiro ela não foi iniciada.	Não aparecem registros sobre esta estratégia	Não aparecem registros sobre esta estratégia

Fonte: Estratégias do PEE/BA (2016) e registro de ações correlacionadas nos PME dos Territórios de Identidade do Recôncavo, do Sudoeste da Bahia, do Sertão do São Francisco, do Sisal e da Costa do Descobrimento.

3.4 RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META3 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

É de se observar que grande parte das estratégias do PEE/BA incide sobre ações do governo estadual, pois trata quase que exclusivamente da etapa do Ensino Médio. Mesmo que a Meta 3 incida sobre a escolaridade dos alunos da faixa etária dos 15 aos 17 anos, estando cursando o Ensino Fundamental, a concentração das estratégias diz respeito ao Ensino Médio, propriamente dito. Ainda que os municípios elaborem estratégias correspondentes a essa meta, sempre aparecendo a disposição para apoiar a rede estadual que oferece essa etapa de ensino, também nos planos municipais as ações programadas recaem sobre a oferta dessa etapa.

Como analisado na Meta 2 neste documento, o atendimento à essa faixa de idade também é recorrente no Ensino Fundamental, fruto da distorção idade x série mencionada nas análises dessa meta e foi um dos aspectos fartamente presente no monitoramento dos PME analisados. Dada essa concentração das estratégias da Meta 3 no atendimento da demanda do Ensino Médio, detectamos, pelo menos, dezenove das vinte e três estratégias elaboradas no PEE/BA como de responsabilidade do sistema estadual de ensino, ou seja, a serem implementadas pela Secretaria de Educação do Estado e em muitas delas contando com o apoio, estímulo e contribuição a partir de estratégias formuladas nos planos municipais analisados.

Dentre essas estratégias destacam-se: ordenamento normativo; propostas curriculares; abordagem interdisciplinar no ensino; avaliação do Ensino Médio; programas de associação educação, cultura, dimensão trabalho e esporte nas atividades de ensino; medidas para superar dificuldade de aprendizagem dos alunos; redimensionamento da oferta desta etapa de ensino; fortalecimento do atendimento da demanda do Ensino Médio a comunidades específicas (do campo, indígenas, quilombolas, povos itinerantes); proteção ao estudante contra preconceito, exclusão e, assim por diante. Alguns municípios se posicionam nos seus planos de forma a contribuir e interagir com o sistema estadual de ensino, no entanto muitas estratégias nesse sentido não são iniciadas, denotando problemas de articulação entre os sistemas. Para que se amplie essa postura de contribuição para a efetivação das estratégias do PEE/BA serão necessárias ações de articulação entre a secretaria de educação do Estado e as secretarias municipais. Alguns municípios se ressaltam com estratégias que se dirigem ao público do Ensino Fundamental e Médio, assim como de parceria com outros setores responsáveis: no Território de Identidade Costa do Descobrimento, Eunápolis, por exemplo, visando superar dificuldades de aprendizagem dos alunos, desenvolve ações de articulação com as escolas

estaduais no sentido de oferecer apoio psicopedagógico aos alunos. Santa Cruz Cabrália interage com instituições desenvolvendo atividades conjuntas com um colégio estadual e com a Universidade Federal do Sul da Bahia.

Percebemos, pois, possibilidades de interação entre os sistemas de ensino para proporcionar aos alunos boas práticas, além de expandir as oportunidades da oferta desta etapa de ensino a partir das parcerias entre sistemas. Outra preocupação que precisa ser ressaltada é com a população dessa faixa de idades que não chega a se matricular no Ensino fundamental, o que não é muito ressaltado entre as estratégias desta Meta 3. O Sistema Estadual, juntamente com os sistemas municipais necessitam unir esforços para o atendimento a esse público, fatalmente futura demanda de Educação de Jovens e Adultos se não engrossar o contingente dos evadidos dos sistemas de ensino.

4 META 4 – ESCOLARIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

> **Meta 4 do PEE/BA – Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente nas redes regulares de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados até o último ano de vigência deste PEE-BA (BAHIA, 2016).**

> **Meta 4 do PNE - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).**

A elaboração da Meta 4 do PEE/BA que trata da Educação Especial e Inclusiva toma como ponto de partida o mesmo texto da meta 4 do PNE. A diretriz da meta é a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema regular de ensino muito embora não existam informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que permitam uma análise segura desse grupo. Portanto, a questão não é simplesmente universalizar o acesso à educação básica, mas assegurar a essas pessoas o direito à aprendizagem, segundo suas peculiaridades, garantindo as condições necessárias para o seu desenvolvimento integral.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES

Não se dispõe de indicadores desta meta, por município. Os dados do IBGE para o Estado da Bahia como um todo mostram que o percentual de matrícula dessa população que frequenta classes comuns nos anos de 2016, 2017 e 2018 girou em torno de 95% de atendimento, o que apenas demonstra a proporção de inclusão dos alunos que se matriculam no ensino regular. O indicador, portanto, não possibilita aferir o atingimento da meta, pois para universalizar o

atendimento a informação basilar seria o percentual de pessoas de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que se encontram matriculadas. Tão pouco as fontes oficiais de estatísticas educacionais mostram dados sobre existência de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados que atendem a esse público. Com isto passemos ao segundo item.

4.2 NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS

Os relatórios de monitoramento dos PME desses municípios indicam o andamento das estratégias desta meta. O número de estratégias para o desenvolvimento da meta é muito variado entre os municípios considerados. Somados os dados por territórios de identidade, podemos observar:

Tabela 7. Status das estratégias da meta 4 dos PME nos municípios selecionados, reunidos por território, em números absolutos

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	119	23	42	54
Sudoeste da Bahia (13)	122	10	77	35
Sertão do São Francisco (7)	72	9	54	9
Sisal (5)	54	1	42	11
Costa do Descobrimento (7)	118	13	61	44

Fonte: Relatórios de monitoramento dos municípios.

Tabela 8. Status das estratégias da meta 4 dos PME nos municípios selecionados, reunidos por território, em números percentuais

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	100,0	19,3	35,3	45,4
Sudoeste da Bahia (13)	100,0	8,2	63,1	28,7
Sertão do São Francisco (7)	100,0	12,5	75,0	12,5
Sisal (5)	100,0	1,9	77,7	20,4
Costa do Descobrimento (7)	100,0	11,0	51,7	37,3

Fonte: Relatórios de monitoramento dos municípios. Elaboração própria.

Numa visão panorâmica em torno do nível de realização das estratégias desta meta traçadas nos PME dos municípios analisados dessas cinco regiões, observamos que em termos de andamento o Sudeste, São Francisco e o Sisal se destacam com estratégias em andamento.

Por outro lado o Recôncavo sobressai com quase metade das suas estratégias sem serem iniciadas. Costa do Descobrimento também reúne uma proporção considerável de estratégias não iniciadas. Os relatórios vão expressar, na visão dos membros das comissões de monitoramento, as dificuldades de colocar em prática as ações planejadas levando em conta a complexidade de oferta de educação condizente à demanda da Educação Especial. Devemos ressaltar a luta dos sistemas municipais em atender às especificidades dessa modalidade de educação.

De uma forma geral, os municípios utilizam uma redação contrária ao que reza a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência. Nela retira-se dos documentos sobre essa modalidade de educação a expressão "portador de necessidades especiais", passando a vigorar outra forma de designar esse público - pessoas com necessidades especiais. Deve-se ressaltar que apenas o município de Ichu, aponta em seu relatório o registro de adesão a programas para atendimento a educação especial via Plano de Ações Articuladas. Na realidade, todos deveriam incluir nesse programa ações dirigidas a esse público. Por outro lado, nota-se, ao examinar os relatórios de monitoramento dos PME dos municípios que nenhum dos municípios participantes deste estudo, apresentou estratégias que assegurassem o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação.

As informações colhidas nos relatórios analisados demonstram o nível e as dificuldades de implementação que os municípios sentem na execução dessa meta em seus contextos.

Dos relatórios dos municípios do Recôncavo chama a atenção o número de estratégias da meta 4 definidas nos PME analisados, que supera, em muito, os números de estratégias das metas 1, 2 e 3 desses mesmos municípios. Por certo, a complexidade e diversidade de ações que caracterizam o atendimento a alunos com necessidades especiais e a carência de atendimento justificam isto. No entanto, é grande o número de estratégias não iniciadas, aproximando aos 50%. Um município acusa a dificuldade de informações sobre a demanda desse público e de inexistência de salas multifuncionais. No entanto, em dois municípios existem centros especializados de atendimento, que recebem alunos de todas as redes. Outras dificuldades se prendem à inexistência de programas de formação de professores para o atendimento especializado a esse público. Em um dos municípios registram-se pequenas melhorias do atendimento, do ponto de vista da infraestrutura das escolas e fornecimento de material. Percebe-se a necessidade de apoio às secretarias de educação desses municípios para se avançar no atendimento a esse público específico e bem diverso.

A análise feita nos relatórios dos municípios do Território do Sudoeste da Bahia sobre

essa meta revela as dificuldades de planejamento para essa modalidade de educação. Aparecem muitas estratégias diferentes das do PEE/BA, às vezes em andamento, às vezes sem serem iniciadas. O que denota a necessidade de proposição de ações bem complexas e específicas para o atendimento dos alunos da Educação Especial. São dignas de nota as ações de educação inclusiva que aparecem em várias outras metas dos PME, o que se considera desejado. Outras informações são registradas nos relatórios de monitoramento do Território do Sudoeste que podem ser enfatizadas:

- Aracatu**:**

> É garantido o acesso dos alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais através da matrícula do aluno como preconiza a Lei, no entanto, não se observa ainda a criação e manutenção de políticas públicas que garantam a sua permanência e um ensino de qualidade. A inclusão em si ainda é um processo regado de várias discussões. Quando matriculados nas escolas comuns, muitos desses alunos encontram uma infraestrutura inadequada às suas necessidades. Faz-se necessário repensar sobre a inclusão na educação de Aracatu, mesmo com a implantação de um Centro Multifuncional agregado à Secretaria de Educação.

- Caraíbas:

> A Rede Municipal de Ensino oferta atendimento educacional em classes regulares a todos os estudantes portadores [que procuram]. Todavia é necessário cursos de capacitação que garanta a formação continuada dos profissionais para trabalhar com esses estudantes. É oferecido o Psicólogo da Educação além da parceria com a Secretaria de Saúde Assistência Social. Lembrando que, ainda não é suficiente para atender as demandas.

- Condeúba:

> Os espaços escolares da rede de ensino de Condeúba foram adaptadas para receber alunos portadores de necessidades especiais e atendê-los em suas especificidades apresentadas pela matrícula. A formação de professores ocorre durante as AC's com o suporte pedagógico oferecido pela escola aos professores que realizam esse atendimento. Tem-se buscado parcerias a fim de capacitar toda a equipe escolar para receber alunos e população com necessidades especiais a fim de garantir uma escola democrática e inclusiva.

- Cordeiros relata que o município atende a toda a população com algum tipo de deficiência ou transtorno que procura matrícula. Porém, é importante salientar que existem alunos que não são declarados como tal no Censo Escolar, por resistência da família ou por falta de laudo médico.

– O município de Encruzilhada precisa de ajuda dos governos federal e estadual para implementar grande parte das estratégias. Estão fazendo articulação com as demais secretarias

para desenvolver algumas estratégias. É necessário desenvolver a formação dos profissionais da educação para esta modalidade de educação.

- Guajeru:

> A Rede Municipal de Ensino oferta atendimento educacional especializado nas classes regulares a todos os estudantes portadores de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [que procuram matrícula]. Além do atendimento na rede regular de ensino, os estudantes são encaminhados para o atendimento individualizado nas salas de recursos multifuncionais. Porém, é urgente a promoção de cursos de capacitação que garanta a formação continuada dos profissionais especializados que atuam nessa área.

A equipe do município de Planalto chama a atenção de problemas de atendimento ao publico alvo da educação inclusiva no que concerne a identificação da demanda existente. ...sobre *os alunos com deficiência, alunos com defasagem idade/ano (série) – publico alvo da EJA, é necessário reforçar a divulgação do período de matrículas, de forma a oportunizar o ingresso na escola.*

Dos relatórios dos municípios do território do Sertão de São Francisco foram destacadas as seguintes informações a respeito do andamento das estratégias dessa meta: Verificamos, em geral, nesta região, os esforços empreendidos pelos municípios para cumprir a meta 04 através de suas estratégias, muitas delas relacionadas com as estratégias do PEE/BA. Pelo número de estratégias em andamento (75%) pode-se perceber isto.

O relatório de Campo Alegre de Lourdes registra que a Secretaria Municipal de Educação conta com um Centro de Apoio Pedagógico, que iniciou no ano de 2017 e que tem por finalidade de atender, avaliar e encaminhar os estudantes que apresentam deficiências. Mas não contava, ainda naquele ano de 2018, com profissional especializado para atender deficientes auditivos.

O município de Curaçá informa que toda a população com deficiência na faixa etária de 4 a 17 que procura matrícula frequenta a escola nas classes regulares. Entretanto, não evidencia se existe Atendimento Especializado Educacional - AEE nos turnos opostos para esta população.

Por seu turno Juazeiro, com suas 17 estratégias registra que apenas 01 (uma) estratégia não foi iniciada. Por outro lado o município de Pilão Arcado informa que o atendimento dessa modalidade de ensino (Educação Especial) ocorre de forma tímida. Poucas pessoas estão matriculadas no ensino regular e sem nenhum atendimento especializado.

Já no município de Remanso, segundo o relatório, sua rede escolar conta com um serviço atuante e eficiente de triagem, busca ativa, monitoramento e intervenção para os casos previstos

nesta meta. São realizados principalmente pelas equipes da Sociedade Pestalozzi e pelo Núcleo de Atendimento à Educação Especializada, com estrutura própria de condições e quadro técnico qualificado. A equipe multidisciplinar deste Núcleo desenvolve uma metodologia para localização e triagem de jovens que possam apresentar algum tipo de deficiência ou condição especial e a partir disso iniciar o atendimento diferenciado, articulado com as Secretarias de Saúde e Assistência Social. Em relação à mobilidade existe uma limitação no serviço ofertado, uma vez que somente contam com um veículo adaptado para alunos especiais, à disposição da Sociedade Pestalozzi. Aos poucos as instalações escolares vão recebendo as adaptações arquitetônicas para permitir a completa acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

O Território de Identidade do Sisal demonstra o desenvolvimento das estratégias dessa meta de Educação Especial da seguinte forma:

- Barrocas - Uma das estratégias consiste em fomentar a implantação de uma coordenação de Educação Especial. Outra estratégia diz respeito a diminuir o número de alunos nas turmas em que acolhem pessoas com necessidades especiais. Outra estratégia se relaciona com ações que facilitam a inclusão do estudante no mercado de trabalho.

- Conceição do Coité - O atendimento a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação não tem apresentado avanços significativos no que diz respeito ao indicador 4A e 4B. Percebemos que no período de 2015 a 2016 houve decréscimo das matrículas, porém em 2017 teve-se um número maior de alunos. Porém, observamos avanços significativos em alguns aspectos como a ampliação e reforma dos prédios escolares de modo que funcionem com infraestrutura adequada, atendendo as normas de acessibilidade adequada a esse público além de Salas de Recursos Multifuncionais existentes em várias escolas e do Centro de Atendimento Especializado que atende diversos alunos com deficiência e dificuldade de aprendizagem. As estratégias são bastante relacionadas às do PNE. As que figuram como não iniciadas dizem respeito a: ampliação das equipes de profissionais e a oferta de educação bilíngue.

- Ichu - O relatório informa que sobre os programas suplementares no caso da acessibilidade, o município aderiu ao projeto Escola Acessível no PAR; em termos de articulação da SEC com outros órgãos, há alunos com cegueira em turmas de EJA. Neste caso vem sendo feito um trabalho junto à Secretaria de Saúde. Sobre a necessidade de ampliação das equipes, o

município dispõe no AEE de psicólogo e mediadores de aprendizagem, coordenador de Educação Especial, porém falta o atendimento psicopedagógico. As estratégias que não foram iniciadas dizem respeito a: garantir atendimento especializado em salas de recursos a todos que necessitam criar centros multidisciplinares de apoio à pesquisa e assessoria, revisar os projetos políticos pedagógicos e ampliar a quantidade de profissionais das AEE.

- Monte Santo:

> Sobre a implantação de salas de recursos, algumas escolas receberam equipamentos, materiais e mobiliários e mesmo assim com poucos itens. Mas outras escolas, não. Sobre a garantia de oferta as escolas costumam aceitar os alunos com deficiência, no entanto indicam alguns fatores que dificultam o atendimento adequado, como: falta de formação adequada [dos profissionais] para estarem apto a promover a inclusão e, dentro das potencialidades dos estudantes, garantir também a aprendizagem, falta de laudos médicos informando qual a síndrome, deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem que cada estudante traz dentre outros fatores que comprometem a oferta de fato da inclusão dos educandos.

O município ainda não conseguiu criar o Núcleo de Atendimento de Educação Inclusiva que havia programado. Outra dificuldade reside na formação de professores de Libras. Notamos que o município tem muitas dificuldades de desenvolver as estratégias desta meta, especialmente com relação à disposição de Salas de Recursos Multifuncionais, programas de acessibilidade, formação de profissionais e aquisição de material didático. Mesmo assim consegue manter suas estratégias em desenvolvimento.

As informações sobre o andamento das estratégias da Meta 4 retiradas dos relatórios dos municípios do território Costa do Descobrimento se encontram a seguir

Observamos uma proporção significativa de estratégias propostas e não iniciadas. Algumas justificativas na visão da comissão ressaltam para isto: falta de recursos financeiros dos municípios e de recursos humanos especializados para tratar de uma meta muito complexa para atendimento a uma demanda muito diversificada. Os municípios propõem estratégias necessárias, mas não contam com as condições indispensáveis para cumpri-las. Na elaboração dos PME seguiram as estratégias do PNE razão porque a redação é muito próxima.

- Belmonte - As estratégias seguem as do PNE, sendo que muitas estão em andamento. A maior dificuldade reside em garantir a oferta de educação bilíngue.

- Eunápolis:

> Mesmo tentando ofertar matrícula a todos os que necessitam de Salas de Recursos Multifuncionais, nem todos conseguem ser atendido. As perspectivas de atendimento da estratégia de criação de centros multidisciplinares esbarram na falta de apoio financeiro por parte da União para contratação de profissionais designados para atuar nessas áreas específicas. Sobre a implantação de programas suplementares falta orçamento.

Verificamos que este município elaborou seu plano e faz o monitoramento com muito empenho e cuidado. Mostra o zelo pelo planejamento e execução das ações. Seguindo de perto o PNE estabeleceu 21 estratégias, embora algumas não tenham sido iniciadas. Em termos de cooperação com instituições de pesquisa, o município mantém parcerias com a Associação Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA). Sobre a ampliação da equipe multidisciplinar o município reúne num Centro de atendimento número significativo e diversificado desses profissionais.

- Guaratinga – Observa-se um número representativo de estratégias não iniciadas. Sobre a estratégia que visa a parceria com instituições comunitárias, profissionais e filantrópicas para favorecer a participação das famílias no processo educacional dos seus filhos, o relatório informa:

> Em 2018 houve a parceria com a Igreja Católica, responsável pelo Centro Educacional Frei Eugênio Bonette (CEFEBO), em que a mesma concedeu o espaço físico, por tempo determinado, para o funcionamento do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEEG).

- Itabela - O município apresenta dificuldades de realizar as estratégias. Com relação às Salas de Recursos Multifuncionais acusa que é necessário ampliar o número de salas. Também necessita ampliar o número de profissionais. Para desenvolver a Busca Ativa e favorecer o acompanhamento e monitoramento dos alunos no acesso e permanência carece da participação da Assistência Social. Mesmo elencando um número significativo de estratégias, muitas não lograram a realização. Não puderam criar o Centro multidisciplinar de apoio ao atendimento, implantar programas suplementares como o de acessibilidade e realizar o atendimento a todos que necessitam frequentar as Salas de Recursos Multifuncionais em todas as modalidades, conforme a estratégia formulada.

- Itagimirim – Observamos que foi significativo o número das estratégias não iniciadas, dentre elas: a ampliação do atendimento das crianças de 0 a 3 anos; implantação das salas de recursos;

manutenção e ampliação de programas suplementares; aumento da oferta de transporte, oferta de educação bilíngue e de intérpretes nas escolas com surdos.

A seguir este trabalho se volta a constatar a implementação das estratégias da Meta 4 do PEE/BA nos municípios, ou seja, em que sentido as estratégias elaboradas em nível estadual tiveram relação com as estratégias elaboradas e em desenvolvimento nos municípios selecionados no âmbito dos territórios.

4.3 ESTRATÉGIAS DA META 4 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÓRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES

Neste quadro 5 expõem-se as estratégias da Meta 4 do Plano Estadual para identificar em que sentido o monitoramento dos PME registra a afinidade com essas estratégias.

Quadro 5. Correspondência Entre as Estratégias da Meta 4 do PEE/BA e sua Possível Implementação nos Municípios Analisados

Estratégias do PEE/BA	Recôncavo	Sudoeste da Bahia	Sertão do S. Francisco	Sisal	Costa do Descobrimento
4.1 desenvolver e aplicar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo, as atividades didáticas e o ambiente comunitário, considerando as especificidades educativas do ambiente escolar inclusivo, respeitada a natureza das escolas urbanas, do campo, do *ethos* cultural das comunidades indígenas, quilombolas e dos povos itinerantes;	Apenas o município de Dom Macedo Costa possui uma estratégia em andamento relacionada à esta do PEE/BA	Os relatórios mostram muitas dificuldades de desenvolver as ações de educação inclusiva pela falta de recursos financeiros e materiais. Esta estratégia não aparece dentre as elaboradas nos municípios	Juazeiro e Remanso indicaram estratégias correspondentes nos seus PME que estão em andamento	Esta estratégia não aparece nos municípios analisados	Esta estratégia não aparece dentre as dos municípios analisados
4.2 institucionalizar o combate à discriminação entre grupos sociais diferenciados, de todas e quaisquer fontes diretas ou indiretas de incitação e indução ao preconceito e à discriminação eventualmente presente nos conteúdos curriculares, nas práticas	Apenas o município de Santo Antonio de Jesus tem uma das estratégias que se relaciona com esta ação, que está em andamento.	Não existem registros sobre a realização desta estratégia	Estratégia que não encontra registro nos planos municipais	Registram-se estratégias que tem afinidade com esta nos municípios de Conceição do Coité, Ichu e Monte Santo, estando em desenvolvimento	Somente o município de Itabela prevê a realização de uma estratégia parecida com esta, atrelada ao acompanhamento do acesso e permanência dos alunos.

pedagógicas, nos livros, nos materiais didáticos e nos comportamentos individuais e coletivos no espaço escolar, a fim de coibi-los, cabendo à escola, por meio dos Colegiados Escolares, o zelo, a precaução e o comportamento institucional vigilante e ao Conselho Estadual de Educação o preparo de ato normativo de ação orientadora para esta questão, discutida com os sistemas de ensino;					
4.3 ampliar a implantação de salas de recursos multifuncionais, até o sexto ano de vigência deste Plano, em parceria com o Governo Federal, bem como fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas, das comunidades quilombolas e em áreas onde vivem povos de comunidades tradicionais;	Quatro municípios incluíram esta estratégia nos seus planos, sendo que em dois deles a ação não foi iniciada. Em alguns municípios não existem salas funcionais. Noutros existem Centros de Atendimento Especializado que recebe alunos de todas as redes. Em alguns municípios não foi feita formação apropriada para esse atendimento. Somente em um deles esta formação aconteceu.	Sobre a ampliação de salas de recursos, existem poucos indicativos. Alguns municípios fazem adaptações. Mirante, por exemplo informa que a sala tem condições muito precárias. Sobre a formação de professores, existem muitas carências, sem condições financeiras para fazer. Três municípios desenvolvem esta estratégia e em dois deles ela não foi iniciada. Encruzilhada fez adesão para executar o projeto Escola Acessível.	Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Remanso desenvolvem estratégias relacionadas a esta.	Sobre a ampliação de salas de recursos, os municípios informam que as estratégias estão em desenvolvimento	Sobre a ampliação de salas de recursos, existem poucos indicativos. Todos os municípios colocaram esta estratégia, mas quase sempre sem condições de desenvolvimento.

4.4 direcionar orientações para o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente na própria unidade escolar, ou em serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, para todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e, quando possível, o estudante, no prazo de vigência deste PEE-BA;	Em apenas dois municípios tem ações programadas para esta estratégia, que se encontra em andamento.	Dois municípios tem esta estratégia em andamento enquanto que em dois ela não foi iniciada. O município de Encruzilhada ressalta a necessidade de formação dos profissionais para atender a esse alunado, ao longo de todo o plano.	Apenas um município desenvolve esta estratégia, sem maiores informações	Os municípios tem esta estratégia em andamento. Barrocas incluiu no relatório a estratégia em desenvolvimento da criação de uma coordenação da Educação Especial. Ichu incluiu esta estratégia que não foi iniciada e Monte Santo informa que ela está em desenvolvimento. .	Estratégia constante em todos os municípios mas sem o cumprimento por falta de condições físicas.
4.5 promover a articulação intersetorial para estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social,	Dois municípios colocaram estratégias relacionadas a esta. Mas não iniciadas.	Em seis municípios é indicada esta estratégia. Quatro em andamento. Informam que está sendo articulada reunião para que as demais secretarias façam adesão às ações que tem expectativa de trabalho interinstitucional.	Sento Sé e Remanso são os municípios que desenvolvem estratégias relativas a esta do PEE/BA	Em três dos quatro municípios é indicada esta estratégia. Em dois ela está em andamento.	Em pelo menos três municípios é indicada esta estratégia, com relativo sucesso.

pedagogia, psicologia e tecnologia assistiva, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades;					
4.6 incentivar a participação de sistemas e instituições públicas de educação nos programas suplementares de acessibilidade em que se incluem, a adequação arquitetônica, a oferta de transporte acessível, a disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva;	Quase todos os municípios em análise incluem estratégias relacionadas a esta, algumas iniciadas e em desenvolvimento. As maiores preocupações giram em torno do transporte e da acessibilidade dos alunos. Somente não se sabe em que nível esta ação cobre as necessidades	Boa parte dos municípios informa ter esta estratégia em andamento, enquanto dois deles tem a estratégia no plano mas não iniciada.	Remanso, Juazeiro e Sento Sé possuem estratégias em desenvolvimento relacionadas a esta do PEE/BA.	Boa parte dos municípios informa ter esta estratégia em andamento.	Boa parte dos municípios informa ter esta estratégia em andamento, mas em alguns ela é registrada como não iniciada.
4.7 estimular a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do que dispõe o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e	Três municípios colocaram esta estratégia em seus planos. No entanto não foram iniciadas: Salinas da Margarida, Dom Macedo Costa e Sapeaçu.	Três municípios tem esta estratégia em andamento e três não iniciada.	Sento Sé e Remanso possuem esta estratégia em desenvolvimento	Três municípios tem esta estratégia sendo dois em andamento e um não que não foi iniciada.	É constante nos PME esta estratégia. No entanto em alguns ela é registrada como não iniciada.

os arts. 24 e 30 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, bem como a adoção do Sistema *Braille* de leitura para cegos e surdos-cegos;					
4.8 fortalecer a oferta de Educação Inclusiva, combatendo a exclusão de pessoas com deficiência no ensino regular e assegurando a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;	Os municípios de Varzedo e Salinas incluíram esta estratégia em seus planos e acusam realização de suas ações.	Somente dois municípios registraram esta estratégia. Em um ela está em andamento e em outro foi concluída	Destaques para esta estratégia em Juazeiro, Sento Sé e Campo Alegre de Lourdes	Os municípios registraram esta estratégia em desenvolvimento	Esta estratégia está sempre presente nesses municípios, registrada como em andamento.
4.9 acompanhar e monitorar o acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de	Quatro municípios acusam a inclusão desta estratégia. Dois informam que está em andamento, um, realizada e um, não iniciada. Esta estratégia é recorrente nas outras metas dos planos. Não se sabe se as ações cobrem todo o conteúdo, pois trata de monitorar sobre a permanência, combate a discriminação, preconceito e violência.	Em dois municípios esta estratégia se encontra em andamento e em outros dois ela não foi iniciada. O município de Mirante desenvolve um acompanhamento dos alunos com relatórios bimestrais.	Não existem registros sobre esta estratégia nos relatórios dos municípios desta região	Os municípios incluem esta estratégia se encontra em andamento	Estratégia também presente nesta região.

discriminação, preconceito e outras formas de violência, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, de saúde e de proteção à infância, à adolescência e à juventude;					
4.10 fomentar o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, que requeiram medidas de atendimento especializado;	Varzedo programou uma estratégia semelhante, mas não realizada e em Sapeaçu ela foi iniciada	Em Licínio de Almeida e em Mirante aparece em desenvolvimento.	Não existem registros sobre esta estratégia nos relatórios dos municípios desta região	Em um dos municípios aparece, mas que não foi iniciada.	Cinco municípios apresentam esta estratégia em desenvolvimento.
4.11 promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com a finalidade de desenvolver modelos voltados para a	Varzedo, Santo Antonio de Jesus e Salinas da Margarida incluíram esta estratégia nos seus planos. No primeiro é informado que a estratégia foi realizada e nos outros municípios não foi iniciada	Praticamente esta estratégia não foi desenvolvida nessa região. Num município foi registrado que está sendo articulada reunião para que as demais secretarias façam adesão às ações que tem expectativa de trabalho interinstitucional.	Pelo menos três municípios desenvolvem estratégias conforme esta do PEE/BA	Estratégia já contemplada em outra acima	Itabela e Eunápolis desenvolvem ações de articulação com as demais secretarias na expectativa de trabalho interinstitucional.

continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos - EJA com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral;					
4.12 estruturar, até o fim do quinto ano de vigência do PEE-BA, a ampliação das equipes de profissionais da educação para o atendimento educacional especializado, com professores, pessoal de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de LIBRAS, a fim de estruturar o serviço de Educação Especial nas escolas, para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades;	Apenas Nazaré incluiu esta estratégia no seu plano. Mesmo assim, não foi iniciada. A questão do prazo de realização da estratégia ser de até o quinto ano de vigência do plano não comprometeria a implementação do PEE neste momento. No entanto, esta estratégia não foi sequer considerada.	Em cinco municípios desta região se encontra esta estratégia em desenvolvimento	Mesmo com as dificuldades de desenvolver ações nesse sentido, Juazeiro e Remanso desenvolvem estratégias nesta direção	Em dois dos municípios desta região se encontra esta estratégia em desenvolvimento	Em quatro municípios desta região se encontra esta estratégia em desenvolvimento

4.13 definir, no segundo ano de vigência deste PEE-BA, indicadores de qualidade e políticas de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições de ensino, públicas e privadas, que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, sob o aval do Conselho Estadual de Educação;	Varzedo colocou esta estratégia que não foi realizada	Somente um município teve esta estratégia registrada e em desenvolvimento	Estratégia a cargo do Conselho Estadual de Educação	Esta estratégia é colocada no município de Barrocas como em andamento. E m Conceição do Coité, ela aparece com o verbo "aplicar". No entanto não foi iniciada.	Em quase todos os municípios foi incluída esta estratégia registrada em desenvolvimento
4.14 promover iniciativas, em parceria com o Ministério da Educação e órgãos de pesquisa, demografia e estatística, no sentido de obter informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, na faixa etária de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;	Nazaré e Santo Antonio de Jesus informam que tem esta estratégia e que ela está em andamento.	Nada a registrar sobre esta estratégia nos municípios	Curaçá, Sento Sé e Remanso tem estratégias relacionadas, sendo que no último município ela não foi iniciada.	Nada a registrar sobre esta estratégia nos municípios	Em dois municípios da região inclui esta estratégia, no entanto ela não se apresenta como em desenvolvimento.
4.15 incentivar a inclusão, como temática formativa, nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em	Não há registro desta estratégia nos planos analisados desta região	Dois municípios colocam esta estratégia mas que não foram iniciada.	Mesmo não sendo área de atuação precípua dos governos municipais e sim da instância estadual e federal como fomentadora de formação de profissionais, pelo menos	Nada a registrar sobre esta estratégia nos municípios.	Sem registros

nível de Pós- Graduação, observado o disposto no *caput* do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais técnicos relacionados com o atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades;			um município da região estabeleceu estratégias neste sentido. Foi o caso de Juazeiro. Neste município existe um numero expressivo de instituições de educação superior que oferecem cursos de formação de professores		
4.16 promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados na rede pública de ensino;	Dom Macedo Costa tem uma estratégia semelhante que está em andamento. Mais três outros municípios dessa região incluíram-na nos seus planos. No entanto não as iniciaram.	Quatro colocaram esta estratégia em seus planos. Em três deles, em andamento e em um ela não iniciada.	Os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Juazeiro e Remanso estabeleceram estratégias relacionadas a esta do PEE/BA, que estão, segundo seus relatórios, em andamento	Um município apresenta esta estratégia, mas não iniciada.	Quatro colocaram esta estratégia em seus planos. Em geral, não iniciada.
4.17 disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e	Não existem registros dessa estratégia no grupo de planos analisados	Estratégia sem registro	Curaçá, Juazeiro e Remanso elaboraram estratégias neste sentido,	Estratégia sem registro	Estratégia sem registro

formação continuada de professores, apoio técnico e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e do campo;			sendo que deste último município não foi iniciada		
4.18 desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, com o aval do Conselho Estadual de Educação, em comum acordo com os Conselhos Municipais de Educação.	Salinas da Margarida incorporou esta estratégia mas não desenvolveu.	Estratégia sem registro	Estratégia sem registro nos relatórios.	Estratégia sem registro	Estratégia que aparece nos relatórios, mas sem indicação de desenvolvimento.

Fonte: Estratégias do PEE/BA (2016) e registro de ações correlacionadas nos PME dos Territórios de Identidade do Recôncavo, do Sudoeste da Bahia, do Sertão do São Francisco, do Sisal e da Costa do Descobrimento.

Outras estratégias incluídas pelos municípios:

O Território do Sisal: - criar centros ou núcleos de atendimento especializado; - atender a demanda manifesta; - revisar projeto pedagógico.

O Território da Costa do Descobrimento: - contabilizar a matrícula dos alunos com atendimento especializado para fins de repasse do FUNDEB; - promover a universalização do atendimento às crianças de 0 a 3 anos. (quase sempre não iniciada); - criação de Centros Interdisciplinares (não iniciada); - reestruturação das escolas.

4.4 RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META 4 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

As estratégias dos PME analisados nos municípios tocam de perto as do PEE/BA. No entanto sua implementação deixa a desejar, muito pelas dificuldades estruturais existentes, como indisponibilidade de recursos financeiros e carências dos sistemas em termos de pessoal especializado para trabalhar com essa demanda da Meta 4. Algumas estratégias do PEE/BA, mesmo constantes nos PME, não foram iniciadas por essas justificativas. Outras indicam a necessidade de que o próprio governo estadual tome as iniciativas, como, por exemplo, em termos de apoio ao desenvolvimento de tecnologias pedagógicas conforme especificidades desse público; estabelecimento de indicadores para avaliação e supervisão da Educação Especial cuja atuação do Conselho Estadual de Educação é esperada; fomento de pesquisas interdisciplinares para políticas intersetoriais; orientações para o uso das salas de recursos multidisciplinares dentre outras.

Algumas estratégias dessa meta do PEE/BA foram mencionadas nos relatórios dos municípios: a) no que se refere à ampliação de Salas de Recursos Multifuncionais e promover formação continuada de profissionais para esse atendimento, os relatórios acusam muitas dificuldades. Nem sempre esta estratégia foi iniciada. Alguns municípios fazem adaptações físicas para compor essas salas. Alguns municípios tem Centro de Atendimento Especializado que atende aos alunos de diversas escolas. A questão da falta de formação de profissionais é sempre enfatizada, especialmente com relação à educação bilíngue para alunos surdos e mudos; b) sobre a promoção da articulação intersetorial para criar os centros multidisciplinares de apoio e assessoramento ao professor para lidar com esse público, alguns municípios tem implementação; c) com relação ao incentivo aos programas suplementares de acessibilidade e tecnologias assistivas, os municípios se apresentam preocupados e atentos. No entanto, suas

estratégias não foram iniciadas e mesmo aquelas que estão em desenvolvimento não cobrem as reais necessidades; d) com respeito à ampliação das equipes de profissionais, os municípios mostram muitas dificuldades, especialmente no que se refere a tradutores e intérpretes de Libras.

Verifica-se a existência de muitos desafios para os sistemas municipais com relação à oferta da educação para o público da Meta 4, pela complexidade do seu atendimento, diversidade de situações, carência de pessoal especializado, falta de recursos para construção das salas especiais de atendimento, sobretudo formação continuada dos profissionais da educação. A interação com outros setores governamentais, especialmente na área de Saúde e Assistência Social é fundamental para minorar as dificuldades encontradas pelos sistemas. Outra grande dificuldade se encontra na identificação das pessoas que necessitam de atenção e oportunidades. Somente um levantamento cuidadoso, em nível local pode realizar o diagnóstico desse alunado.

5 META 5 – ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Meta 5 do PEE/BA - Mobilizar esforços para alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental (BAHIA, 2016).

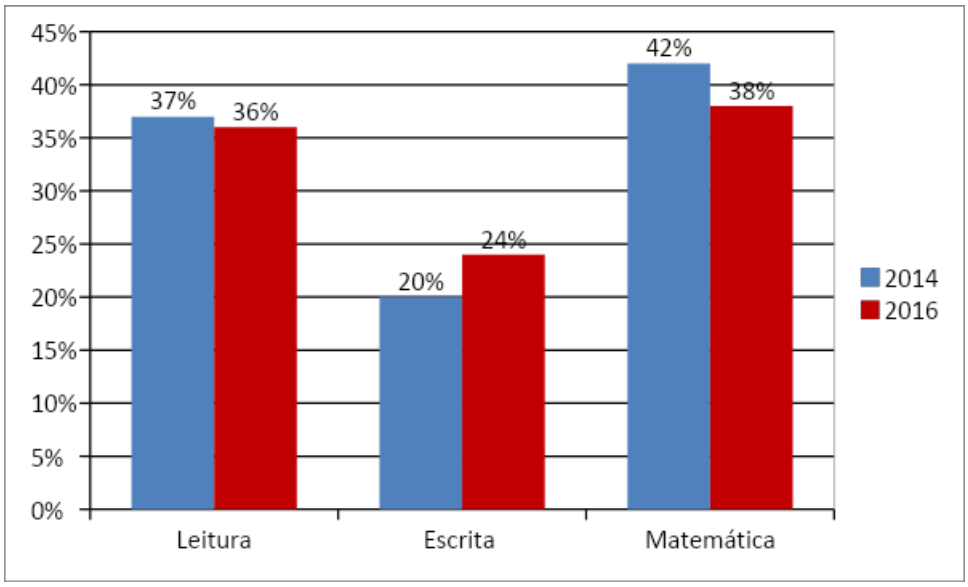
Meta 5 do PNE - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental (BRASIL, 2014).

Os indicadores oficiais para esta meta se baseiam nos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) estruturada em testes de larga escala aplicados aos alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental, considerando as áreas da Leitura, Escrita e Matemática. Esses testes medem os níveis de alfabetização e letramento das crianças. Estabelecendo 4 (quatro) níveis para a Leitura e Matemática e 5 (cinco) níveis para a Escrita tais resultados são classificados segundo as seguintes categorias:

- ⇒ em Leitura, as categorias Insuficiente (Elementar – Nível 1 e Básico - Nível 2) , Suficiente (Adequado – Nível 3 e Desejável (Nível 4);
- ⇒ em Escrita as categorias são: Insuficiente, (Elementar – Nível 1, 2 e 3), Suficiente (Adequado – Nível 4) e Desejável (Nível 5);
- ⇒ em Matemática fazem parte as categorias: Insuficiente, (Elementar – Níveis 1 e 2), Suficiente (Adequado – Nível 3) e Desejável (Nível 4) (INEP, 2013).

A porcentagem de alunos que se situaram no Nível 1 em leitura, escrita e matemática demonstra considerável insuficiência no desempenho nas áreas consideradas. Para o estado da Bahia, os indicadores em 2014 e 2016, anos nos quais foram aplicadas as avaliações em larga escala são, os seguintes:

Gráfico 1 - Proporção de alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental que participaram da ANA em 2014 e 2016, que obtiveram o Nível 1 de proficiência nas áreas da Leitura, Escrita e Matemática no estado da Bahia



Fonte: MEC/INEP, (2018).

Percebemos grandes proporções de crianças no terceiro ano com insuficiência no processo da alfabetização e letramento, especialmente com relação à leitura e matemática. Mas, notamos que houve decréscimo no percentual dos alunos do nível 1 em 2016 em relação a 2014. Porém, ~~o~~bservamos que na escrita houve um aumento do percentual de alunos no nível 1 em 2016 em relação ao ano de 2014. Isto posto, significa dizer que um maior número de crianças ficou sem avançar no processo da escrita. Na leitura e em maior grau na matemática, os indicadores são mais acentuados em termos de insuficiência na aprendizagem. Detalhamos mais adiante estes indicadores, considerando os dados de 2016, por município nos Territórios de Identidade do Recôncavo, do Sudoeste da Bahia, do Sertão do São Francisco, do Sisal e da Costa do Descobrimento pela gravidade que se mostra esta situação em termos de baixa aprendizagem dos alunos nessas habilidades que são fundamentais para o rendimento nas demais áreas do conhecimento.

Antes de apresentar as informações colhidas nos relatórios de monitoramento dos municípios sobre essa meta, consideramos importante reportar às medidas estabelecidas nos últimos anos na política educacional do país voltadas ao apoio à alfabetização das crianças. Nesse contexto, destacamos a descontinuidade da política de alfabetização até então adotada no país uma vez que o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade (PNAIC)[1] foi criado e

[1] O PNAIC se constituía um programa federal de formação de professores alfabetizadores.

implementado para atender a Meta 5 do PNE. Em 2018 foi vinculado ao PNAIC o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), instituído pelo Ministério da Educação (MEC) pela Portaria nº 142/2018, com o objetivo fortalecer e apoiar técnica e financeiramente as unidades escolares no processo de alfabetização de estudantes regularmente matriculados nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental (BRASIL,2018). Todavia informamos, a partir dos dados colhidos nos relatórios de monitoramento dos PME, que o Programa Mais Alfabetização, mesmo com o repasse de recursos em 2019, não teve uma repercussão esperada no contexto da alfabetização das crianças, vez que faltava uma política mais consistente para este fim.

Em 2019, emerge uma nova política para atender a Meta 5, denominada de Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 e conduzida pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF). Para atender essa política é implementado o Programa Tempo de Aprender, cujo propósito é enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização no país sendo destinado à pré-escola e ao 1º e 2º ano do Ensino Fundamental das redes públicas estaduais, municipais e distrital. As bases teóricas desse programa têm sido intensamente criticadas pela comunidade acadêmica, uma vez que contrariam o acúmulo de conhecimento teórico até então disponibilizado na formação de professores sobre as condições de aprendizagem na alfabetização e letramento das crianças. Além do mais o Programa Tempo de Aprender já não mais trata da alfabetização até o 3° ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2019). Com isto esse programa não está em sintonia com a Meta 5 do PNE, e consequentemente do PEE.

E ainda, sobre a nova política de Alfabetização, o relatório de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) (2020), afirma que:

> Em sua estrutura organizacional, o MEC instituiu a Secretaria de Alfabetização (Seal), que é responsável, dentre outras coisas, por 'promover a melhoria da qualidade das métricas do PNE relativas às metas da alfabetização, em articulação com outros órgãos governamentais'. A partir do relatório do Inep não é possível verificar se as ações adotadas pela Seal/MEC, no exercício de 2019, contribuíram para a redução das taxas de analfabetismo na região Nordeste, no Acre e no Tocantins. Desse modo, não se pode afirmar se os instrumentos utilizados pela Seal/MEC estão se mostrando adequados ou carecem de aprimoramento (BRASIL, 2020 p 24.).

Destacamos que a ANA também sofreu descontinuidade impactando diretamente na estratégia 5.2 do PNE que afirma que se deve,

> Instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental (BRASIL,2014).

De acordo ao Relatório do 3° Ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 a aplicação da ANA que deveria ocorrer em 2018 foi cancelada e a Portaria Inep n° 366, de 29 de abril de 2019, determinou que o processo de avaliação da alfabetização ocorresse por amostragem no 2° ano do ensino fundamental, em 2019 (BRASIL, 2020).

Assim, a ANA foi integrada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 2017, denominado Saeb Censitário para atender a 3ª série do Ensino Médio, sendo aberta a possibilidade de adesão das escolas privadas com oferta da última série do Ensino Médio. E, em 2019, designado como Novo Saeb, ele passa por uma reestruturação para se adequar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se torna a referência na formulação dos itens do 2º ano (língua portuguesa e matemática) e do 9º ano do Ensino Fundamental, no caso dos testes de ciências da natureza e ciências humanas, aplicados de forma amostral. Nesta fase já é previsto um movimento rumo à avaliação na Educação Infantil, descaracterizando os objetivos anteriormente adotados na ANA.

> A avaliação da alfabetização passa a ser realizada no 2º ano do ensino fundamental, primeiramente de forma amostral. Começa a avaliação da educação infantil, em caráter de estudo-piloto, com aplicação de questionários eletrônicos exclusivamente para professores e diretores. Secretários municipais e estaduais também passam a responder questionários eletrônicos (BRASIL, 2019, n.p.).

Deste modo, o Novo Saeb não contemplou o 3° ano do Ensino Fundamental, conforme aponta a meta 5 do PNE. Ressaltamos porém que o Novo Saeb não realizou a avaliação da Educação Infantil e nem do 2º ano do Ensino Fundamental. Foram realizadas avaliações apenas de alunos do 6° e do 9° ano do Ensino Fundamental, e mesmo assim, de forma amostral.

No que tange à análise correspondente à Meta 5 do conjunto dos municípios estudados a partir dos seus relatórios de monitoramento dos seus PME, apresentamos os indicadores dos níveis de alfabetização das crianças, referente ao ano de 2016, sempre analisando a percentagem de alunos situados no nível 1 (o mais baixo) de proficiência nas três habilidades: leitura, escrita e matemática.

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES

Território do Recôncavo

Quanto à leitura, somente Dom Macedo Costa apresenta situação mais vantajosa que a média do Estado, com proporção mais baixa. Chama a atenção no ano de 2016 os municípios de Sapeaçu (46%) e Varzedo (43%) com proporções de alunos com níveis de proficiência na leitura muito baixos. Os outros municípios apresentam indicadores próximos ao do Estado (36%).

No que se refere à escrita, novamente Dom Macedo Costa possui percentual mais baixo no nível 1 de proficiência, seguido do município de Muniz Ferreira. Os demais municípios apresentam indicadores próximos ao do Estado (24%, em 2016).

Em relação à matemática os municípios do Recôncavo confirmam a tendência do Estado. As proporções são maiores de alunos com deficiência na aprendizagem da matemática do que na leitura e escrita, ressaltando os municípios de Muniz Ferreira (40%) e Sapeaçu (51%) em se tratando do percentual de alunos com o nível 1 de aprendizagem.

Indicadores pormenorizados em nível dos municípios referentes aos três anos considerados se encontram no Apêndice 1 deste documento.

Território do Sudoeste da Bahia

Quanto à leitura, alguns municípios dessa região se apresentam até melhor situados, chamando a atenção Condeúba e Licínio de Almeida com poucos alunos com nível 1 de aprendizagem. Por outro lado em três municípios as proporções de alunos com esse nível são significativas: Barra do Choça (43%), Belo Campo (41%) e Caraíbas (47%).

No que se refere à escrita, os municípios dessa região também se colocam em melhor situação. Condeúba, Cordeiros e Licínio de Almeida possuem poucos alunos do terceiro ano com nível 1 de aprendizagem.

Já com relação à matemática, os indicadores são menos positivos, mesmo que Condeúba e Licínio de Almeida demonstrem situação mais vantajosa. No entanto Aracatu (45%), Barra do Choça (45%), Belo Campo (47%) e Caraíbas (48%) ressaltam com indicadores preocupantes, uma vez que quase a metade dos alunos foram avaliados com o nível 1 de aprendizagem nesta habilidade.

Território Sertão do São Francisco

Sobre a habilidade da leitura Juazeiro e Uauá têm menores proporções de crianças situadas no nível 1 de aprendizagem. Em outro extremo temos com proporções representativas

neste indicador os municípios de Pilão Arcado (41%), Remanso (43%) e Sento Sé (42%), em se tratando do percentual de alunos com o nível 1 de aprendizagem em leitura.

No quesito da escrita, Juazeiro e Uauá continuam com as menores proporções de alunos no nível 1, não ressaltando outros municípios com proporções acentuadas.

Em referência a Matemática as tendências são as mesmas. Juazeiro e Uauá com melhores situações e Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé com indicadores preocupantes.

Território do Sisal

Quanto à leitura, grande parte dos municípios se aproxima do indicador do Estado (36% de crianças no nível 1 de aprendizagem). Ressaltam os municípios de Ichu (62%) e Monte Santo (49%) de alunos no terceiro ano com nível 1 de aprendizagem na leitura.

Com relação à escrita, a tendência é a mesma, ficando o município de Ichu com o mais acentuado indicador (56% de crianças ainda no nível 1 de aprendizagem)

E quanto à matemática, nesta região a maioria dos municípios apresentou percentuais acentuados de alunos no nível 1 de aprendizagem: Conceição do Coité (42%), Ichu (65%), Monte Santo (51%) e Quijingue (42%).

Território Costa do Descobrimento

Em termos de leitura, Santa Cruz Cabrália se apresenta com indicador em melhores condições de aprendizagem dos alunos, sendo que os outros municípios se aproximam do indicador do Estado. No entanto outros municípios desta região apresentam indicadores baixos da aprendizagem da leitura: Belmonte (50%), Guaratinga (43%) e Itabela (54%, com o nível elementar).

No que diz respeito à habilidade da escrita, os municípios tem indicadores próximos ao indicador do Estado. Somente Santa Cruz Cabrália se situa em melhor posição se comparado seu indicador à média do Estado nos dois anos considerados.

Quanto à aprendizagem da matemática, como em todas as regiões e municípios analisados os percentuais de alunos com o menor nível de proficiência são preocupantes. Belmonte tem 56%, Guaratinga, 44% e Itapebi 58% de alunos com esse nível de aprendizagem. Santa Cruz Cabrália aparece com situação mais amena sobre este aspecto.

5.2 NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS, CONFORME O MONITORAMENTO FEITO PELOS MUNICÍPIOS

Os relatórios de monitoramento dos PME desses municípios indicam o andamento das estratégias desta meta.

Tabela 9. Status das estratégias da Meta 5 dos PME nos municípios selecionados

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	63	12	41	10
Sudoeste da Bahia (13)	102	18	71	13
Sertão do São Francisco (7)	51	10	38	03
Sisal (5)	36	08	22	06
Costa do Descobrimento (7)	59	13	38	44

Fonte: Relatórios de monitoramento dos municípios.

Tabela 10. Status das estratégias da Meta 5 dos PME nos municípios selecionados, em percentuais

Território de Identidade (Nº de municípios)	Total de estratégias	Realizadas	Iniciadas ou em andamento	Não iniciadas
Recôncavo (7)	100,0	19,0	65,1	15,9
Sudoeste da Bahia (13)	100,0	17,6	69,6	12,9
Sertão do São Francisco (7)	100,0	19,6	74,5	5,9
Sisal (5)	100,0	22,2	61,1	16,7
Costa do Descobrimento (7)	100,0	8,5	64,4	27,1

Fonte: Relatórios de monitoramento dos municípios. Elaboração própria.

Numa visão panorâmica em torno do nível de realização das estratégias desta região notamos que o Território do Recôncavo, do Sudoeste e Sertão do São Francisco tem maior proporção de estratégias iniciadas e em desenvolvimento. Dentre esses municípios aqueles que apresentam maiores percentagens de estratégias não iniciadas ficam na Costa do Descobrimento. Analisando o cumprimento das estratégias de forma particular com um olhar no comportamento das ações por município das regiões, temos:

Território do Recôncavo

Os municípios de Sapeaçu e Santo Antônio de Jesus se destacam em termos de números de estratégias contidas nos seus PME para atender a essa meta e em grande parte em andamento ou iniciada. No entanto observamos que nos outros municípios dessa região esta meta possui uma quantidade diminuta de estratégias. Em relação às outras metas do PEE/BA analisadas nesses municípios esta meta possui número bem menor de estratégias, só comparável ao número

da meta 3 que trata do atendimento à população de 15 a 17 anos, focalizando mais o Ensino Médio, cuja prioridade da oferta é atribuída a rede estadual de ensino. Este é um ponto que merece atenção pois esta meta trata de questão fundamental para o desempenho das crianças no seu percurso escolar, qual seja a relacionada ao domínio da leitura, escrita, imprescindível para o avanço da aprendizagem na educação básica.

Nos municípios desse território a situação fica mais amena com relação à habilidade na escrita. No entanto medidas devem ser efetivadas com relação à leitura e, principalmente, matemática. Algumas observações colhidas nos relatório são importantes: um deles chama a atenção de que no município é necessário melhorar muito a proficiência dos alunos nessas áreas; outros informam que o município está em processo ou aguardando as reformas decorrentes da implementação da BNCC. E isto nos instiga a verificar em que sentido esta implementação beneficiará as ações de alfabetização das crianças. E em que sentido serão oferecidos programas de formação continuada dirigidos aos alfabetizadores de modo a dar apoio a suas ações nesses municípios.

Além disso, é de se questionar como as ações da alfabetização das crianças ficam diante da decisão de se fixar o segundo ano como limite da aquisição dessas habilidades. Por seu turno, vale lembrar que o município de Salinas da Margarida não colocou esta meta no seu PME. O município de Sapeaçu informa que continua com o PNAIC e que tem feito um esforço para melhorar as condições do ensino: na Educação Infantil, na formação e valorização dos professores, em especial dos alfabetizadores, na consolidação da educação integral no Infantil e no fundamental. Mas informa que os desafios são grandes e que é necessário lançar mão de estratégias de caráter suplementar.

Território do Sudoeste da Bahia

Em geral, foram poucas as estratégias estabelecidas pelos municípios dessa região para esta meta. E quase a maioria dos PME reproduz as metas do PNE, com redações idênticas. Uma estratégia comum em desenvolvimento nos municípios foi o acompanhamento individualizado dos alunos com dificuldades de aprendizagem Apresentamos a seguir as impressões das equipes municipais sobre a implementação desta meta, impressões estas que podem ser estendidas para outros municípios:

- Encruzilhada

> Essa é uma grande preocupação por parte do município, alfabetizar suas crianças até o final do 3º ano e por essa razão procura garantir que algumas estratégias sejam atendidas o mais breve possível como a capacitação dos docentes, monitores nas salas de aula e aulas em turnos opostos para que a alfabetização ocorra na idade certa. A implementação de projetos que visam a melhoria da leitura escrita e da matemática é outro foco do município, um desses exemplos é o projeto Rede de Leituras que foi abraçado por todos com grande êxito desde sua implantação no ano de 2017. Acredita-se que há muito a ser feito para que se possa atingir essa meta, mas a busca por melhorias é a meta a ser alcançada.

O relatório informa que a alfabetização municipal segue as orientações das formações oferecidas pelo Pacto Bahia e PNAIC; para implementar a estratégia de garantia da alfabetização de pessoas deficientes, o município está encontrando grande dificuldade na capacitação do docente na formação bilíngue de pessoas surdas, pois não possui docentes capacitados ou que queiram se capacitar na área.

Uma das iniciativas do município para esta meta é garantir a participação de um monitor em cada turma de alfabetização. O relatório mostra o grande número de estratégias não iniciadas.

- Guajeru – Para a equipe municipal as estratégias desta meta não puderam ser suficientemente desenvolvidas, por motivos financeiros. O município vem sofrendo uma crise financeira, o que leva a que as metas fiquem apenas "no papel" segundo o relatório.

> Historicamente o Sistema Municipal de Ensino enfrenta enormes desafios em relação a alfabetização de crianças na idade certa. Os índices de proficiência em leitura e escrita revelam que a maioria dos estudantes nessa faixa etária não apresenta uma alfabetização satisfatória, dentre os motivos dessa problemática, cita-se a falta de um acompanhamento familiar mais efetivo aos educandos e práticas pedagógicas ineficientes de alguns docentes que atuam na primeira etapa do Ensino Fundamental. Em contrapartida, o município aderiu a programas dos governos estadual e federal, exemplo do Pacto e Pnaic/PNAlfa, que tem favorecido alunos, professores, gestores escolares e pais na busca da consolidação de aprendizagens e melhoras nos índices de alfabetização.

- Mirante

> O município já instituiu uma política de alfabetização devidamente legalizada; já instituiu a AMACI (Avaliação Municipal no Ciclo Inicial) que é aplicada duas vezes no ano, no início e no final; oferece formação continuada através de métodos próprios e participa das formações de iniciativa estadual e federal; as escolas do campo recebem o mesmo tratamento das escolas urbanas, diferenciando às vezes nas sequências didáticas.

- Planalto

> O município tem se esforçado para promover e fortalecer ações que viabilizem a

> alfabetização de todas as crianças, como propõe a meta. Para isso, observando este grande desafio a ser alcançado até o final de 2024, o município de Planalto tem investido em formações continuadas para professores, por meio do Programa PACTO pelos Municípios e demais profissionais da educação, bem como estruturando os espaços educacionais para que haja condições de atender as demandas apresentadas. Em 2018, iniciou o PMALFA – PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO.

Observamos que suas estratégias são coincidentes com as do PNE, cobrindo o essencial em termos de planejamento. Demonstra atenção nesses relatórios a referência à contratação de profissionais como psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo para atendimento nas escolas.

Território do Sertão do São Francisco

Os municípios analisados deste território demonstram dificuldades para implementarem essa meta. São poucas as estratégias se comparada as de outras metas, além da carência de informações sobre o seu andamento. As ações se reduzem em formação de alfabetizadores, avaliação do processo de aprendizagem do ciclo, conforme orientações operacionais e adesão a alguns projetos, dentre eles o Mais Alfabetização e o Programa Inovação Educação Conectada.

Território do Sisal

A região apresenta uma proporção acentuada de estratégias em desenvolvimento. São observações retiradas dos relatórios:

- Barrocas - Com a implantação do NALFA – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização e Letramento no município todas as estratégias da Meta 5 estão tendo andamento de forma efetiva. Tem estratégias sobre formação de professores, avaliação diagnóstica, garantia de material pedagógico para as classes de alfabetização, organização de conteúdos que favoreçam a alfabetização, que valorizam a identidade local, elaboração de proposta pedagógica com visão transversal e longitudinal. Uma estratégia importante é a que se refere à criação de uma equipe de professores alfabetizadores, evitando a troca de professores de 1º ao 3º ano.

- Conceição do Coité

> Tais dados apresentados nos indicadores dessa meta nos proporciona um olhar aguçado para os estudantes do Ciclo de Alfabetização desse município, permitindo reflexões sobre cada hipótese de leitura e escrita e sobre o processo da alfabetização matemática. Foi possível perceber que mesmo havendo avanços para o cumprimento dessa meta, ainda é preciso melhorar as ações para que a meta seja alcançada dentro do prazo estabelecido nesse PME. Com relação a análise das treze estratégias realizadas em 2018, foi constatado que uma delas não foi realizada, quatro estão em andamento e oito já foram realizadas. Vale ressaltar a impossibilidade da atualização dos dados por ausência de informações, mas diante das observações nas estratégias foi possível perceber a possibilidade de avanços para o alcance da meta.

Este município apresenta as estratégias importantes que constam no PNE e as desenvolve. Só não foi possível realizar aquela que trata de criar uma política interna de seleção de professores alfabetizadores. Uma estratégia interessante consiste na promoção da formação continuada de forma integrada entre professores atuantes na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização, não esquecendo em apoiar a alfabetização das crianças do campo e das comunidades, considerando a identidade cultural.

- Ichu - Basicamente as estratégias do PNE são contempladas no elenco de estratégias desta meta no município, agregando algumas que mereceram reelaboração. O relatório informa que a formação continuada tem sido feita pelo PNAIC e Pacto do governo estadual. Uma estratégia que previa a implantação de uma sala de leitura e uma de recursos audiovisuais em cada escola não foi iniciada. Pelo menos quatro estratégias elaboradas no PME não foram analisadas. Elas foram objeto de nota técnica merecendo ser novamente elaborada para ser encaminhada à Câmara de Vereadores para análise e aprovação. Dizem respeito à promoção de visitas domiciliares para facilitar o processo de alfabetização, acompanhamento dos alunos para diagnosticar problemas de aprendizagem, acompanhamento psicológico e requerer ajuda de alunos mais avançados para auxiliar os que oferecem dificuldades.

- Monte Santo - Mesmo sendo este um tópico mais específico para a meta 4 o relatório informa que “As escolas recebem todos os alunos especiais que procuram matrícula, porém não tem condições de fornecer formação bilíngue para os surdos”. As estratégias são iguais aos dos municípios dessa região, como de resto, reproduzindo as do PNE não apresentando esclarecimentos qualitativos sobre o nível de realização.

Território Costa do Descobrimento

Como são relativamente poucas as estratégias para esta meta, o percentual em desenvolvimento se ressalta, mesmo considerando que quase 30% não foram iniciadas. Itagimirim lidera o número de estratégias em desenvolvimento.

- Eunápolis - O município fez no ano de 2018 um censo próprio, por meio do Programa Mais Alfabetização, para verificar os dados, observando alunos do ciclo de alfabetização. Além disto, mantém acompanhamento sistemático da equipe pedagógica, com visitas técnicas às escolas do ciclo, bem como formação continuada para professores alfabetizadores da rede municipal de ensino. Sobre a estratégia de acompanhamento e avaliação para fins diagnósticos, o município informa:

> Além do acompanhamento dos resultados das avaliações externas, são realizados três momentos específicos de avaliação diagnóstica da aprendizagem dos alunos do Ciclo de Alfabetização, sendo os resultados monitorados com registros em instrumentos de tabulação de dados próprios, elaborados pela Secretaria Municipal de Educação. Tais resultados direcionam os temas abordados nas formações e as intervenções necessárias diretamente com o professor em sala de aula. A estratégia de apoio a alfabetização das crianças no campo é informado: "Não existe currículo específico para a população do campo. É oferecido o ensino fundamental regular na zona rural.

As estratégias são muito parecidas com as do PNE, com a preocupação com os processos pedagógicos, formação de professores, implementação das avaliações periódicas, garantia da alfabetização de pessoas com deficiência através do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEEDE). Sobre a estratégia de estruturação de processos pedagógicos o município informa: "Com o objetivo de Estruturar os processos pedagógicos no Ciclo de Alfabetização, a Secretaria Municipal de Educação de Eunápolis tem parceria com o Governo do Estado/Programa Educar para Transformar (Pacto/BA) desde 2011, e a partir de 2013, houve a parceria do Governo Federal pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa". Assim, há constantes formações de professores-alfabetizadores e coordenadores escolares. A partir destas formações há a garantia da certificação, que dará aos mesmos o direito a valorização profissional de acordo com estatuto do magistério, aprovado desde 2005. Uma estratégia diz respeito à adaptação arquitetônica das construções escolares. O município listou uma série de reformas realizadas.

- Guaratinga

> Alfabetizar uma criança significa proporcionar-lhe um contato com o mundo da leitura e escrita. Em nosso município enfrentamos dificuldades mediante a crise vivenciada no país, então diante as dificuldades a equipe pedagógica do Nalfa/Pacto, juntamente com os coordenadores escolares vem buscando a cada dia através de

> estratégias que torne suficientes os níveis de leitura e escrita das nossas crianças, podendo assim alcançar a meta 5 do PME. Os percentuais apresentados através de dados extraoficiais são oriundos de diagnósticos realizados pela Equipe Pedagógica Nalfa/Pacto.

- Itabela - As estratégias se dirigem a ações comuns que constam das estratégias nacionais: elaboração de propostas pedagógicas, formação continuada de alfabetizadores, provimento de material adequado. Uma estratégia não iniciada seria a constituição de plantão pedagógico para práticas inovadoras para os alunos com dificuldades.

- Itagimirim - A observação feita no relatório diz respeito ao apoio a alfabetização no campo. Foi informado que foi desenvolvida uma Formação de Saberes Indígenas. Lançamento do Livro Didático em patxohã, através do grupo de pesquisa atxohã composto pelos indígenas pataxós (professores e pesquisadores BA e MG). Outra estratégia importante é a manutenção de coordenadores pedagógicos para as escolas do campo. São estratégias muito parecidas com as de Santa Cruz de Cabrália, as observações sobre as estratégias são iguais. Cobrem ações também contidas no PNE. O relatório também informa que dentre as ações de apoio ao processo da alfabetização contam com fonoaudiólogos e instrucional de Libras.

- Itapebi - São reduzidas as estratégias para esta meta. Tratam de garantir proposta curricular para a alfabetização de crianças no campo, garantia da alfabetização de pessoas com deficiência, articulação curricular com as estratégias da pré-escola, qualificação de professores e participação em processo de avaliação.

- Santa Cruz Cabrália - As observações no relatório deste município são as mesmas contidas no município de Itagimirim, se reportando a formação em Saberes indígenas e o lançamento do Livro Didático em patxohã. Foram poucas as estratégias, sempre seguindo a maioria das estratégias estabelecidas pelos municípios da região. Informa, ainda, que as capacitações foram feitas a partir do PNAIC e do projeto Mais Alfabetização.

A seguir este trabalho se volta a constatar a implementação das estratégias da Meta 5 do PEE/BA nos municípios, ou seja, em que sentido as estratégias elaboradas em nível estadual tiveram relação com as estratégias elaboradas e em desenvolvimento nos municípios selecionados no âmbito dos territórios.

5.3 ESTRATÉGIAS DA META 5 DO PEE/BA INFORMADAS NOS RELATÓRIOS MUNICIPAIS ANALISADOS E NÍVEL DE SUAS REALIZAÇÕES

Neste quadro 6 expõem-se as estratégias da Meta 5 do Plano Estadual para identificar em que sentido o monitoramento dos PME registra a afinidade com essas estratégias.

Quadro 6. Correspondência Entre as Estratégias da meta 5 do PEE/BA e sua possível implementação nos municípios analisados

Estratégias do PEE/BA	Recôncavo	Sudoeste	Sertão do S. Francisco	Sisal	Costa do Descobrimento
5.1 instituir protocolo de colaboração entre as redes públicas de ensino, com o fito de ampliar e consolidar os processos de alfabetização para as crianças do campo, quilombolas, indígenas, de populações e grupos itinerantes e comunidades tradicionais;	Não existem registros sobre esta estratégia. Tal protocolo, por certo, deve ter a iniciativa do governo estadual, articulando com os governos municipais.	Não existem registros sobre esta estratégia. Tal protocolo, por certo, deve ter a iniciativa do governo estadual, articulando com os governos municipais.	Não há registros sobre esta estratégia nos relatórios dos municípios.	Não existem registros sobre esta estratégia.	Tal protocolo deve ser de iniciativa do governo estadual, articulando com os governos municipais. No entanto em geral, os municípios desta região estabelecem estratégia de apoiar a alfabetização de crianças no campo, embora com dificuldades.
5.2 estimular os Municípios na alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais de grupos étnicos e trabalhadores itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, a serem vinculados a programas de formação continuada de	Todos os relatórios analisados informam estratégias relativas ao processo de alfabetização de crianças nesses segmentos. Estratégias em andamento.	Praticamente todos os relatórios analisados informam estratégias correspondentes a fomentar a alfabetização para as populações do campo e comunidades tradicionais, mesmo que em alguns não iniciaram. Informam estratégias de formação de professores através do PNAIC e do Pacto que no momento da	Não há registro desta estratégia nos relatórios dos municípios.	Praticamente todos os relatórios analisados informam estratégias correspondentes a fomentar a alfabetização para as populações do campo e comunidades tradicionais, mesmo que em alguns não iniciaram. Informam estratégias de formação de professores através do PNAIC e do Pacto, estratégias em andamento.	Estratégia a ser desenvolvida pelo governo estadual. Não há registro nos relatórios desses municípios

professores alfabetizadores;		elaboração do relatório estavam em andamento.			
5.3 desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e de outros grupos étnicos;	Não existem nos relatórios referências a essa estratégia.	Não existem nos relatórios referências a essa estratégia. O município de Mirante informa que as escolas rurais tem o mesmo tratamento que as urbanas, só modificando as sequências didáticas.	Sem registros	Não existem nos relatórios referências a essa estratégia.	Não existem nos relatórios referências a essa estratégia.
5.4 estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem seus respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até, no máximo, o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, tendo como referência a avaliação nacional;	O estímulo deve ser feito pela Secretaria estadual. Dois municípios possuem estratégias de avaliação: um apoiando avaliação nacional. Outro desenvolvendo avaliação diagnóstica própria.	O estímulo, pela estratégia, deve ser feito pela Secretaria estadual. No entanto grande parte dos municípios estabeleceram estratégias sobre avaliação inclusive periódica, que estavam em andamento.	Pelo menos dois desses municípios incluem ações voltadas à avaliação do ciclo de alfabetização e monitoramento do desempenho dos alunos, mas muito timidamente.	O estímulo, pela estratégia, deve ser feito pela Secretaria estadual. No entanto os municípios estabeleceram estratégias sobre avaliação.	O estímulo, pela estratégia, deve ser feito pela Secretaria estadual. No entanto alguns municípios estabeleceram estratégias sobre avaliação diagnóstica, inclusive periódica que estavam em andamento, inclusive para planejar intervenções pedagógicas.
5.5 fomentar o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a aprendizagem dos estudantes, consideradas	Todos os relatórios mencionam esta estratégia. Em três deles suas estratégias não foram iniciadas e nos outros estão em desenvolvimento	Estratégia frequente nos municípios. O município de Encruzilhada informa que em todas as turmas existe um monitor para ajudar na alfabetização das crianças	Em pelo menos um município (Remanso) uma estratégia está em desenvolvimento	Estratégia frequente e em desenvolvimento nos municípios.	Em quatro municípios aparece esta estratégia mas que não logra realização.

as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;					
5.6 promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de Pós-Graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;	Estratégia que espera ser de iniciativa dos governos federal e estadual. No entanto os municípios incluíram nos seus planos tal ação. Mas em pelo menos três deles a estratégia não foi iniciada.	Os municípios apresentam estratégias em desenvolvimento para formação de professores. Só que não consideram a articulação com programas de pós-graduação.	Estratégia que espera ser de iniciativa do governo estadual. No entanto os municípios incluíram nos seus planos tal ação. Alguns deles informaram que as formações foram realizadas dentro do PNAIC e do PACTO estadual.	Os municípios apresentam estratégias em desenvolvimento para formação de professores. Só que não consideram a articulação com programas de pós-graduação.	Os municípios apresentam estratégias em desenvolvimento para formação de professores. Só que não consideram a articulação com programas de pós-graduação.
5.7 apoiar a alfabetização de crianças com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, e seus tempos e necessidades de aprendizagem;	A maioria desse conjunto de municípios tem estratégias neste sentido. Três deles a estratégia está em andamento.	A maioria desse conjunto de municípios tem dificuldades com relação à formação para a Educação Especial. Encruzilhada, por exemplo, apresenta dificuldades para a formação de professores bilíngues para as pessoas surdas.	Estratégia sem registro nos relatórios analisados	Três dos quatro municípios possuem estratégias em desenvolvimento de apoio a alfabetização dessas crianças.	Os municípios tem estratégias em andamento de apoio à alfabetização de crianças com deficiência.
5.8 estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e	Dois municípios reproduzem integralmente esta estratégia e neles está em desenvolvimento. Nos outros municípios ela não consta.	Alguns municípios registram esta estratégia como em desenvolvimento.	Sem registro	Dois municípios registram esta estratégia como em desenvolvimento.	Alguns municípios registram esta estratégia como em desenvolvimento.

valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a continuação e consolidação da alfabetização plena de todas as crianças;					
5.9 promover, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a inseparabilidade das dimensões do educar e do cuidar, considerando a função social desta etapa da educação e sua centralidade que é o educando, pessoa em formação, na sua essência humana.	Não há registros sobre esta estratégia nos relatórios dos municípios.	Não há registros sobre esta estratégia nos relatórios dos municípios.	Não há registros sobre esta estratégia nos relatórios dos municípios.	Não há registros sobre esta estratégia nos relatórios dos municípios.	Não há registros sobre esta estratégia nos relatórios dos municípios.

Fonte: Estratégias do PEE/BA (2016) e registro de ações correlacionadas nos PME dos Territórios de Identidade do Recôncavo, do Sudoeste da Bahia, do Sertão do São Francisco, do Sisal e da Costa do Descobrimento

5.4 RESUMO ANALÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 DO PEE/BA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

Como se pode observar, esta Meta 5 do PEE/BA apresenta um número bem menor de estratégias se comparado ao das demais metas já analisadas neste trabalho. Muitas delas têm correspondência com as estratégias elencadas nos planos municipais, em grande parte ações em desenvolvimento, segundo informações dos relatórios. Na análise que fizermos das estratégias dos municípios detectamos ações concernentes a tais estratégias. Os relatórios informam os grandes desafios e as inúmeras dificuldades de implementação das estratégias de seus planos para conseguirem melhores resultados. Analisando a correspondência entre os planos nos dois níveis de governos observamos ações em desenvolvimento dirigidas ao: estímulo à consolidação do processo de alfabetização das comunidades indígenas, crianças do campo, quilombolas, e outras comunidades; desenvolvimento de tecnologias e práticas para a alfabetização, incluindo avaliações periódicas dos ciclos da alfabetização, formação inicial e continuada de professores alfabetizadores. Uma questão recorrente em termos de dificuldades se liga à formação de professores para a Educação Especial, no esforço de proporcionar alfabetização às crianças com deficiência, mormente em relação a educação bilíngue para os alunos surdos. Diante dos indicadores analisados neste capítulo, pelos desafios dos municípios em contornar as dificuldades verificamos que a Meta 5 necessita ter maior atenção de modo a proporcionar aos alunos da Educação Básica êxito no processo da alfabetização.

6 OUTRAS METAS QUE INCIDEM DIRETAMENTE EM ATRIBUIÇÕES DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO

Com o mesmo material analisado referente às cinco primeiras metas dos planos, a Comissão de Sistematização e Monitoramento do FEEBA explorou as três metas seguintes, já que constituem ações significativas dos sistemas de ensino nos municípios. A apuração das informações dos relatórios de monitoramento dos PME para essas metas focou em analisar, por meio de metodologia simplificada, as formas como as estratégias dessas metas nos planos estão sendo implementadas.

6.1 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

> **Meta 6 do PEE/BA – Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das escolas públicas da Educação Básica, até o final do período de vigência deste PEE-BA (BAHIA, 2016).**
>
> **Meta 6 do PNE - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco) por cento dos(as) alunos(as) da educação básica (BRASIL, 2014).**

Para analisar o cumprimento desta meta antes, porém, é necessário verificar os conceitos que vem sendo considerados no desenvolvimento da educação em tempo integral. Muito diferente da concepção dessa modalidade de educação implementada atualmente na política educacional do país é o conceito de educação integral, inspirado no pensamento de Anísio Teixeira, quando concebia nas suas obras uma educação que deveria garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir em um projeto coletivo compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidade local. (Centro de Referência de Educação Integral)[2].

Esse conceito de educação foi o mesmo que inspirou os educadores identificados como os Pioneiros da Educação Brasileira, ao escrever o Manifesto dirigido à sociedade na década de 1930, ao defender a educação pública para todos, gratuita, laica e de qualidade, com algumas

[2] Conforme citação em "O que é Educação Integral?". Disponível em: www.educacaointegral.org . Acesso em: 05 mai.2020.

experiências levadas a efeito no Brasil. Ressaltamos que nas propostas de educação em tempo integral que se colocam na educação brasileira depois dessas experiências, este conceito não tem correspondência.

O que se observa é a implementação de programas em nível federal, criados a partir de portarias ou decretos, abrindo a possibilidade de ampliação da jornada escolar com atividades complementares no contraturno, a exemplo do Programa Mais Educação e do Programa Novo Mais Educação, sem uma integração curricular que favoreça a formação humana conforme concebida nas definições de pensadores como Anísio Teixeira. Os dados publicados pelo INEP sobre educação em tempo integral incluem, basicamente, nesta modalidade os alunos que estudam em escolas que aderem ao Programa Mais Educação e o Novo Mais Educação, o que não se configura como educação integral no sentido clássico da expressão. Mesmo assim, utilizamos um indicador para o Estado como um todo, elaborado com dados do INEP, a partir do Censo da Educação Básica e que expomos na tabela seguinte. Esses dados tratam da proporção de escolas públicas que oferecem educação em tempo integral, categorizando as escolas por intervalos de percentuais de matrículas oferecidas nessa modalidade.

Tabela 11 – Distribuição de estabelecimentos públicos de Educação Básica do Estado da Bahia, por percentuais de matrículas em tempo integral. 2016, 2017 e 2018

Especificação	2016	2017	2018
Com nenhuma matrícula	71,7	61,9	70,5
Com até 5% de matrículas	3,1	3,0	3,7
Com acima de 5% até 20% de matrículas	3,9	4,5	3,7
Com acima de 20% até 50% de matrículas	6,8	11,4	3,7
Com acima de 50% até 70% de matrículas	3,9	6,9	4,4
Com mais de 70% de matrículas	10,6	12,3	8,8

Fonte: Brasil/INEP – Sinopse Estatística da Educação Básica (2016, 2017 e 2018) Elaboração própria.

Verificamos, portanto, que a educação em tempo integral não vem se tornando realidade no estado nesse início de vigência dos planos educacionais. Quase ¾ das escolas públicas não adotam este tipo de jornada escolar.

Foram consultados nos relatórios de monitoramento dos municípios selecionados os dados sobre o andamento das estratégias referentes a essa meta, buscando evidenciar em que sentido ela vem sendo alcançada.

De um modo geral, os municípios apresentam inúmeras dificuldades de desenvolver estratégias para o alcance dessa meta, devido principalmente à inadequação de estrutura física nas escolas, recursos humanos e em última instância, recursos financeiros. Guajeru, por

exemplo, do Território do Sudoeste da Bahia, informa que para ampliar o tempo da jornada, necessitaria de investimentos adicionais para ampliar os recursos destinados à alimentação escolar, ao transporte para os alunos que na maioria residem na zona rural, além de contratação de pessoal.

Reforçamos as afirmações acima quando foi detectado que as ações desenvolvidas em respeito a essa meta nos municípios pesquisados se derivavam de programas federais, mesmo assim com pequena abrangência. Normalmente os municípios faziam adesão ao Programa Mais Educação, isto até o ano de 2017, desenvolvendo atividades no contraturno. Após este ano, este programa de indução da política de educação integral, foi descontinuado, sendo substituído pelo Novo Mais Educação, com recursos reduzidos, levando a pouca adesão por parte dos municípios, em virtude da mudança de critérios. Alguns municípios não oferecem esta modalidade de educação. E naqueles onde é desenvolvida, muitas estratégias constantes nos PME não foram iniciadas. Outros só têm estabelecimentos que funcionam nos dois turnos na educação infantil, mesmo assim quando se trata de creches.

6.2 RENDIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

> **Meta 7 do PEE/BA – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, tendo com parâmetro o avanço dos indicadores de fluxo revelados pelo Censo Escolar e dos indicadores de resultados de desempenho em exames padronizados, nos termos da metodologia do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB (BAHIA, 2016).**
>
> **Meta 7 do PNE - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as [seguintes] médias nacionais para o Ideb (BRASIL, 2014).**

As informações colhidas sobre os resultados das estratégias desta meta nos relatórios se baseavam mais em comunicar o indicador do IDEB no município, como forma de medir a qualidade do ensino. Sabemos das limitações desse indicador para evidenciar o sucesso do processo de aprendizagem dos alunos. É importante considerar, a partir de discussões constantes na literatura acadêmica, que ele se apresenta diminuto para determinar a qualidade

da educação, vez que no seu cálculo são utilizadas apenas informações dos testes de larga escala aplicados aos alunos e, também, de outros indicadores de fluxo escolar (aprovação e evasão). Somamos a isto o fato de que esse índice não considera o desempenho em outros componentes curriculares importantes para a formação integral do educando, além de não contemplar o desenvolvimento de atitudes, valores, etc., se limitando a aferir nas provas o nível de conhecimento relacionado aos conteúdos nos componentes da Língua Portuguesa e da Matemática.

Mesmo assim, os municípios elaboraram estratégias que se dirigem a melhorar o processo de ensino, mas muitas delas não foram iniciadas ou estão em andamento. Os relatórios, em geral, não informam o estágio do desenvolvimento dessas estratégias. Outros acrescentam informações nesse sentido. O município de Varzedo, do Recôncavo, por exemplo, descreve algumas ações implementadas no município com vista a melhoria do IDEB, a exemplo dos ciclos de aprendizagem instituídos no Ensino Fundamental. O município de Encruzilhada, no Território do Sudoeste da Bahia, informa que tem realizado concursos para professores habilitados em áreas específicas, desenvolvimento de projetos interdisciplinares voltados à leitura, matemática e demais áreas. Planalto, também do Território de Identidade do Sudoeste da Bahia, desenvolve algumas ações para melhorar a aprendizagem dos alunos: aderiu ao Programa Acelera, ao Programa Mais Educação e ao Programa Novo Mais Alfabetização. Mas estas informações não foram constantes nos relatórios analisados. Foi frequente, no entanto, as colocações sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

No geral, quando são informados os indicadores dos municípios, é comum afirmar que no Ensino Fundamental – Anos Iniciais a meta do IDEB foi alcançada conforme programado, enquanto que nos Anos Finais é comum a situação de não atendimento à meta indicada. No Território do Sertão do São Francisco, por exemplo, quase todos os municípios não alcançaram as metas programadas. São raros os municípios que conseguem superar a meta indicada nos três segmentos da educação básica. Como exceção, temos o município Licínio de Almeida, no Sudoeste que conseguiu superar a média nos segmentos do ensino fundamental. No Ensino Médio quase todos os municípios apresentam indicadores abaixo da meta programada.

Verificamos, portanto, até com relação ao que o indicador pretende medir, a situação dos municípios sobre esta meta está muito aquém do planejado. Devemos atentar que grande parte das estratégias que levam a melhoria da qualidade da Educação Básica tem afinidade com as ações que vinham sendo financiadas nos municípios pelos Planos de Ações Articuladas (PAR). Assim, o Relatório de Fiscalização do Tribunal de Contas da União do PNE, cita [...] o

modelo do PAR perdeu sua funcionalidade originária de articular ações de competência das três esferas de governo, direcionadas a um mesmo objetivo, dimensão, área e indicador específico (BRASIL,2020). Verificamos a subtração desses recursos nos últimos exercícios. Mesmo que os municípios continuem a programar ações da Secretaria de Educação por meio dessa plataforma, incluindo estratégias que possam ser desenvolvidas a partir do regime de colaboração entre os entes federados, o montante de recursos liberados não vem sendo repassado nos últimos anos. É importante destacar que o PAR se constitui instrumento em que o governo federal pode exercer a sua função redistributiva e supletiva no que se refere à assistência técnica e financeira aos entes subnacionais, conforme estabelece a legislação.

6.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DE EDUCAÇÃO

> **Meta 19 do PEE/BA – Estimular a discussão sobre a regulação acerca da gestão democrática da educação, com vistas à garantia da sua consolidação associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta ampla à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União, do Estado e dos Municípios (BAHIA, 2016).**
>
> **Meta 19 do PNE - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).**

Não existe indicador apropriado para verificar o cumprimento desta meta a partir dos dados disponíveis nas fontes oficiais. Por outro lado, chama a atenção o enunciado da meta do PEE/BA que prevê um estímulo à discussão acerca da gestão democrática. A meta 19 do Plano Nacional já é mais diretiva em termos de cumprimento do princípio constitucional da gestão democrática da escola pública. As informações que se obtém sobre este aspecto no sistema de ensino são muito subjetivas. Apenas os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2015 para o Ensino Fundamental, a partir dos questionários preenchidos pelo diretor das escolas que participaram dessa avaliação podem fornecer pistas indiretas sobre esta questão. Para o estado da Bahia, o SAEB 2015, conforme informações fornecidas pela COPE/SEC, aponta a perspectiva de gestão democrática nas escolas públicas da seguinte forma:

⇒ 12% dos diretores de escolas públicas da Bahia que oferecem o ensino fundamental foram escolhidos por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho e de consulta pública à comunidade escolar;

⇒ 41% das escolas públicas do ensino fundamental contaram com a participação de profissionais da educação, pais e alunos na formulação dos projetos pedagógicos;

⇒ 20% das escolas públicas contaram com a participação de profissionais da educação, pais e alunos na constituição dos conselhos escolares ou colegiados escolares;

⇒ 92% das escolas públicas de ensino fundamental participantes da avaliação tem o apoio da comunidade para a sua gestão.

Para verificar a implementação das estratégias desta meta nos relatórios de alguns municípios da amostra deste trabalho, foram considerados os seguintes critérios que se baseiam nos pressupostos da gestão democrática da educação pública, conforme a legislação: a) critério democrático no provimento do cargo da direção escolar; b) funcionamento do colegiado escolar e grêmios escolares; c) participação da comunidade escolar na gestão; e participação e funcionamento dos conselhos e fóruns municipais. Foi definido o critério populacional para escolher alguns municípios para compor uma pequena amostra dos territórios de identidade selecionados. Foram consultados, então os relatórios dos seis municípios mais populosos de cada região.

Com relação às ações ligadas ao provimento do cargo de gestor escolar nenhum município estudado estabelece eleições para a escolha dos diretores dos estabelecimentos. As estratégias em desenvolvimento se limitam em criar comissão ou equipe para propor critérios técnicos e de mérito para realizar as indicações, atividade registrada como em andamento. Desta forma, não existem estratégias concluídas neste sentido. O município de Retirolândia, do Território do Sisal, informou que no Plano de Carreira do Profissional da Educação já existem definidos os critérios para a indicação do diretor das escolas. Outra estratégia comum nos planos constitui a formação de gestores e técnicos a partir da participação em programas existentes dessa natureza promovidos por outros entes federados.

Sobre o funcionamento dos colegiados e grêmios escolares, as ações programadas se colocam mais como estímulo e apoio. Geralmente as estratégias estão em andamento, não indicando em que ponto se situa esse desenvolvimento. Os relatórios acrescentam também o estímulo à criação de Associação de Pais e Mestres. Chama a atenção alguns municípios como os do Sertão do São Francisco quanto a este critério de gestão democrática. Eles silenciam

quanto a esse critério de gestão democrática. Assim, não apresentam estratégias voltadas para criação e fortalecimento de colegiados e grêmios.

Em relação à participação da comunidade escolar na elaboração dos programas, do projeto pedagógico e outros documentos, também as estratégias se situam no campo do estímulo, do apoio, às vezes indicando garantia. Entretanto não demonstra resultados dessas ações. As estratégias sempre se apresentam como "em andamento". Outra estratégia que os municípios colocam dentro deste critério constitui o fortalecimento da autonomia pedagógica, financeira e administrativa dos estabelecimentos de ensino. Sempre registradas como "em andamento". Alguns informam esta estratégia como realizada, sem especificar as formas com as quais essa autonomia está sendo concedida.

No que concerne ao apoio e fortalecimento dos conselhos e fóruns municipais, as estratégias em andamento se dirigem também ao apoio e estímulo. Existem ações indicadas para a formação de conselheiros dos diversos conselhos como o Fundeb, o da Alimentação, Conselho Municipal de Educação. Uma estratégia comum finalizada em boa parte dos municípios consiste na constituição de fóruns permanentes de educação, sem maiores informações sobre a sua estruturação e seu funcionamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Sistematização e Monitoramento do Fórum Estadual de Educação da Bahia desenvolveu um significativo esforço para reunir e sistematizar informações importantes sobre a implementação de planos municipais de um grupo de municípios de cinco territórios de identidade do Estado da Bahia, informações estas que podem gerar análises significativas sobre o andamento das políticas educacionais, detalhando o cumprimento das metas e estratégias nos níveis federal, estadual e municipal. Mesmo com relativa abrangência e com insuficiência de dados que demonstrem de forma mais realística indicações em torno de correção de rumos dessas políticas elas podem ser consideradas.

Entretanto a Comissão tem ciência de que é imprescindível que outras metas não focalizadas neste trabalho devam ser analisadas e que em continuidade dos seus estudos necessitem ser incluídas nas próximas análises. A escolha das metas 1, 2, 3, 4 e 5, e de forma simplificada metodologicamente as metas 6, 7 e 19 constituiu uma primeira aproximação da realidade da implementação dos planos, considerando seu caráter mais estruturante no desenvolvimento das políticas no nível municipal.

Nesta direção, queremos ressaltar a necessidade de se verificar diretamente como vem sendo implementadas as estratégias relativas às metas 8, 9 e 10, 11 que incidem sobre, respectivamente, a necessidade de elevação da escolaridade da população de 18 a 29 anos; elevação da taxa de alfabetismo da população de 15 anos e mais; oferta de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio integrada à Educação Profissional; e ampliação das matrículas de Educação Profissional Técnica de nível médio. Não só por conta do grande contingente da população que não concluiu essas etapas e modalidades de educação, tendo este direito assegurado na legislação, como pela carência de ações nos municípios voltadas a população adolescente e jovem que necessita de maior atenção e apoio para a sua formação e engajamento no mundo do trabalho. Os municípios sentem estas carências de forma muito veemente, por estarem mais próximos da população, mas que não podem desenvolver ações de forma direta.

Outro grupo de metas dos planos cuja implementação tem repercussões substantivas na situação educacional dos municípios corresponde a aquele que trata dos recursos humanos que devem atuar nos sistemas de ensino. São as metas 15, 16, 17 e 18, que estabelecem, respectivamente, a garantia de políticas de formação dos profissionais da Educação Básica em nível Superior; ampliação da formação docente da Educação Básica em nível de Pós-graduação e valorização dos profissionais do magistério da Educação Básica em termos de salário e planos

de carreira. Algumas dessas metas são de responsabilidade de outros entes federados, como a questão da formação profissional. No entanto, aquelas voltadas à valorização do profissional da educação são intrinsecamente ligadas a decisões tomadas no nível municipal. Portanto, é imprescindível a análise da execução de tais metas nessas instâncias politico-administrativas.

Também as metas relativas à Educação Superior são de interesse das municipalidades, mesmo que diretamente esses entes federados não têm atribuições legais para executá-las. A meta 12, que incide sobre a elevação das matrículas da Educação Superior, a 13, que trata da elevação da qualificação docente nesse nível e a 14, que estabelece a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu para os professores dos sistemas de ensino são de interesse imediato da política educacional. A questão será como incluir nos planos municipais as expectativas em torno dessas necessidades. Nossas análises conduzem também para essas reflexões: como os municípios podem sentir-se integrados ao planejamento dos demais entes federados de modo a visualizar as metas desses entes na direção das reais necessidades das suas populações, vez que é no cenário dos municípios onde as demandas por educação nos seus diversos níveis, etapas e modalidades se manifestam? como os municípios podem compatibilizar a elaboração e monitoramento dos seus planos com o planejamento e implementação das ações dos demais entes federados, no caso, o seu Estado e a União, para ver cumpridas as atribuições estipuladas pela legislação para esses entes, e terem satisfeitos os anseios e necessidades dos seus habitantes?

Por fim, é evidente a necessidade de se verificar o cumprimento da Meta 20 que trata do financiamento da educação. No entanto, para sua análise no nível municipal necessitaria da disponibilidade de dados e de possibilidades concretas dessa Comissão de Sistematização e Monitoramento do FEEBA para realizar um trabalho dessa envergadura, com as condições dadas.

Á título de conclusão, podemos enfatizar que o trabalho de analisar os resultados dos relatórios de monitoramento dos PME, elaborados pelas equipes municipais mostrou para essa Comissão um manancial de informações importantes para o acompanhamento e revisão das políticas educacionais no Estado, sinalizando possibilidades de ampliação dos estudos para outros municípios e regiões e de aprofundamento das reflexões e reunião de subsídios para futuras tomadas de decisão por parte dos poderes constituídos, quer pelo governo do Estado, quer pelas instâncias locais.

REFERÊNCIAS

ARACATU. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

BARRA DO CHOÇA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

BARROCAS. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Barrocas**.2018.

BELMONTE. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**.2018.

BELO CAMPO. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**.2018.

BRASIL/MEC**. Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regulamente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Brasília: D.O. de 23/02/2018, páginas 54-55

BRASIL/MEC/INEP. **Nota explicativa -** Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA 2013, Brasília. Disponível em: Acesso em: 20 jun.2020

BRASIL/INEP. **ANA – Avaliação Nacional da Avaliação**. Relatório 2013 – 2014**,** vol. 1. Da concepção à realização. Brasília, 2014 Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 20. abr.2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3° ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação** – 2020– Brasília:2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6935276.Acesso em: 07 jul.2020

CAMPO ALEGRE DE LOURDES. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**. 2018.

CARAÍBAS. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Caraíbas.** 2018.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL. **O que é Educação Integral?** Disponível em: www.educacaointegral.org . Acesso em: 05 mai.2020.

CONCEIÇÃO DO COITÉ .**Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação .** 2018.

CONDEÚBA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação** . 2018.

CORDEIROS. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**. 2018.

CURACÁ. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

DOM MACEDO COSTA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

DOURADO, L. F., GROSSI Junior, G., & FURTADO, R. A. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educaçã**o. V. 32*, n.*2, 2016. 449-461. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21573/vol32n22016.67198 .Acesso em: 16 jun. 2020.BA

ENCRUZILHADA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

EUNÁPOLIS. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

GUAJERU. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**. 2018.

GUARATINGA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

ICHU. **Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**.2018.

ITABELA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**.2018.

ITAGIMIRIM. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

ITAPEBI. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**.2018.

JUAZEIRO. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

LICÍNIO DE ALMEIDA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**. 2018.

MAETINGA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

MIRANTE. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Mirante**. 2018.

MONTE SANTO. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**. 2018.

MUNIZ FERREIRA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

NAZARÉ. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

PILÃO ARCADO. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

PLANALTO. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

QUIJINGUE. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

REMANSO. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação .** 2018.

RETIROLÂNDIA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

SALINAS DA MARGARIDA **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

SANTA CRUZ DE CABRÁLIA. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

SAPEAÇU. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

SENTO SÉ. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

SOBRADINHO. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

TREMEDAL. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação .** 2018.

UAUÁ. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**. 2018.

VARZEDO. **Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação.** 2018.

APÊNDICE 1 - INDICADORES EDUCACIONAIS POR MUNICÍPIO

INDICADORES DA META 1, 2, E 3 DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA, POR MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA PESQUISA. 2016, 2017 e 2018

Definição dos indicadores

1A = Percentual de pessoas de 4 e 5 anos que frequentam a pré-escola ou creche. Cobre a primeira parte da **meta 1** voltada ao atendimento da pré-escola, cuja expectativa a partir da Emenda 59/09 deve ser de 100,0%

1B = Percentual de pessoas de 0 a 3 anos que frequentam a creche. Cobre a segunda parte da **meta 1** voltada ao atendimento das crianças em creches, cuja expectativa deve ser de 50,0% até o final da década de vigência do Plano.

2A = Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam a escola ou que concluíram o ensino fundamental. Cobre a **meta 2,** que é voltada ao atendimento obrigatório no ensino fundamental, devendo atender a 100,0% da demanda até o ano de 2016 conforme a Emenda 59/09.

3A = Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que frequentam a escola. Cobre a primeira parte da **meta 3**, voltada a cobertura do atendimento obrigatório de 100% a essa faixa da população até 2016, conforme a Emenda 59/09.

3B = Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio. Cobre a relação demanda demográfica dessa população relacionada ao atendimento na etapa adequada que é o ensino médio, segunda parte da **meta 3**, cuja expectativa é de progressiva até 85% no final de vigência do PEE

1.1 Território de Identidade do Recôncavo

Município Dom Macedo Costa

Ano	Ind. 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	92,31	24,49	100,35	79,19	38,91
2017	74,04	35,20	100,00	85,97	37,10
2018	78,85	38,27	99,30	81,90	43,44

Fonte: TCEduca (2019).

Município Muniz Ferreira

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	84,49	29,18	76,32	74,22	47,02
2017	86,10	21,50	77,17	68,26	41,53
2018	83,42	28,74	75,57	67,06	42,96

Fonte: TCEduca (2019).

Município Nazaré

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	78,77	15,65	82,34	79,00	44,64
2017	70,51	21,51	81,36	80,14	48,93
2018	71,43	25,15	81,01	75,54	49,87

Fonte: TCEduca (2019).

Município Santo Antônio de Jesus

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	98,00	26,57	94,96	92,05	59,11
2017	92,94	25,42	94,31	89,37	57,22
2018	89,83	31,32	97,69	94,82	56,91

Fonte: TCEduca (2019).

Município Sapeaçu

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	78,70	24,01	92,68	87,46	55,13
2017	77,71	26,30	91,70	95,03	56,37
2018	76,53	34,20	88,34	91,40	58,03

Fonte: TCEduca (2019).

Município Salinas da Margarida

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	87,55	62,50	93,88	76,70	40,50
2017	89,39	63,08	90,53	87,34	47,55
2018	87,55	62,03	89,90	93,79	53,64

Fonte: TCEduca (2019).

Município Varzedo

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	92,83	23,33	76,96	77,69	38,75
2017	96,60	25,64	75,62	82,39	42,27
2018	85,28	28,41	75,55	76,32	44,03

Fonte TCEduca (2019).

1.2 Território do Sudoeste da Bahia

Município: Aracatu

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	71,85	29,63	86,03	69,35	37,97
2017	76,54	32,21	83,37	66,06	40,05
2018	79,26	29,63	79,68	64,47	39,44

Fonte: TCEduca (2019).

Município Barra do Choça

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	80,98	25,78	86,91	74,40	31,96
2017	88,72	25,82	85,96	76,88	37,27
2018	86,30	25,69	82,09	74,77	34,29

Fonte: TCEduca (2019).

Município Belo Campo

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	69,95	8,08	83,72	73,35	36,07
2017	69,24	16,06	84,25	71,11	36,81
2018	78,21	15,47	81,11	68,22	37,37

Fonte: TCEduca (2019).

Município Caraíbas

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	73,23	24,54	85,78	78,74	38,10
2017	76,13	36,11	83,95	82,99	39,97
2018	71,29	36,31	82,26	79,25	41,33

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Condeúba

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	71,19	24,63	80,14	79,02	46,64
2017	71,00	29,09	74,90	77,09	45,72
2018	75,71	33,33	71,99	74,64	46,03

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Cordeiros

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	68,22	55,56	70,88	78,15	54,80
2017	67,80	54,68	69,93	72,13	51,60
2018	71,19	52,63	64,78	71,75	57,44

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Encruzilhada

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	63,37	15,75	72,59	60,65	19,78
2017	63,49	15,05	69,73	62,46	29,07
2018	58,00	20,32	69,21	56,88	19,78

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Licínio de Almeida

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	82,76	33,88	88,69	64,07	54,64
2017	56,23	27,31	87,33	65,16	53,96
2018	75,86	37,22	75,09	63,93	54,10

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Guajeru

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	42,00	1,11	67,74	61,29	28,35
2017	62,40	8,67	64,58	61,80	31,75
2018	58,10	7,78	61,98	59,42	30,22

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Maetinga

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	77,39	46,04	96,29	97,09	45,11
2017	90,95	41,37	91,07	99,18	57,34
2018	86,43	47,48	88,77	95,65	53,80

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Mirante

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	77,51	14.48	74,05	59,67	30,08
2017	77,51	13,61	73,47	60,65	32,68
2018	75,08	13,32	72,82	55,93	31,38

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Planalto

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	76,21	4,26	85,09	77,08	38,88
2017	73,49	7,92	83,24	77,69	49,91
2018	74,56	8,32	81,56	75,46	39,49

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Tremendal

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	76,97	14,99	76,46	75,81	33,21
2017	76,12	15,34	73,59	69,31	33,66
2018	75,48	13,47	72,98	62,27	32,85

Fonte: TCEduca (2019).

1.3 Território de Identidade Sertão do São Francisco

Município: Campo Alegre de Lourdes

Ano	Ind 1ª	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	75,29	4,91	81,81	45,44	17,33
2017	72,85	8,32	80,32	45,19	18,04
2018	70,70	8,11	80,17	42,77	18,09

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Curaçá

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	91,69	18,74	84,96	71,80	41,87
2017	87,39	22,62	82,36	67,94	38,16
2018	81,64	21,99	81,77	61,40	33,99

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Juazeiro

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	82,48	27,44	94,01	93,28	61,64
2017	86,44	27,73	94,98	93,35	63,22
2018	90,98	32,63	95,28	94,40	63,42

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Remanso

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	81,13	21,48	90,04	79,34	39,54
2017	77,99	24,77	88,95	83,27	42,20
2018	72,01	26,65	87,96	77,06	42,16

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Sento Sé

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	68,31	10,75	74,72	58,26	29,98
2017	69,85	12,86	73,49	61,47	30,86
2018	65,41	12,37	72,02	62,80	32,74

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Sobradinho

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	81,15	15,75	84,44	80,99	49,42
2017	85,02	20,89	83,76	80,76	49,65
2018	84,52	24,45	84,59	77,81	46,24

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Uauá

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	80,03	29,09	85,29	70,48	46,33
2017	71,83	26,13	85,56	76,97	48,38
2018	74,07	29,16	82,31	72,67	44,94

Fonte: TCEduca (2019).

1.4 Território do Sisal

Município: Barrocas

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	94,65	32,32	95,37	79,81	44,39
2017	84,13	31,69	93,68	85,01	45,22
2018	79,73	39,54	91,82	86,19	49,59

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Conceição do Coité

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	85,07	14,77	88,21	86,86	46,83
2017	88,75	16,14	85,93	84,35	48,33
2018	87,29	15,21	84,21	83,38	47,63

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Ichu

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	98,86	50,00	91,79	74,13	45,35
2017	102,84	47,32	85,53	76,16	49,42
2018	91,48	48,51	83,69	77,03	54,65

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Monte Santo

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	72,59	21,01	77,89	81,37	37,29
2017	72,64	24,28	76,05	79,57	39,24
2018	66,72	24,58	72,10	77,23	39,97

Fonte: TCEduca (2019).

1.5 Território de Identidade da Costa do Descobrimento

Município: Belmonte

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	78,81	26,01	85,37	72,83	34,35
2017	79,61	28,33	80,55	76,23	35,14
2018	72,85	25,08	78,00	75,80	34,06

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Eunápolis

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	80,13	13,86	92,92	92,77	55,02
2017	80,36	14,40	91,98	90,07	54,89
2018	81,02	14,92	92,17	87,85	54,27

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Guaratinga

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	63,93	19,02	74,86	67,28	36,18
2017	67,97	20,30	73,55	72,35	40,09
2018	66,28	14,48	70,25	67,43	37,79

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Itabela

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	78,49	7,08	85,42	75,69	39,64
2017	76,60	5,92	82,16	71,50	39,47
2018	78,40	8,79	83,53	71,55	39,36

Fonte TCEduca (2019).

Município: Itagimirim

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	72,94	32,93	83,03	85,75	39,07
2017	69,41	30,98	79,22	73,46	35,38
2018	71,37	30,73	75,65	72,24	32,68

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Itapebi

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2A	Ind 3A	Ind 3B
2016	71,97	27,33	70,80	76,54	33,80
2017	73,48	27,33	71,14	70,83	31,17
2018	73,99	27,60	70,04	69,29	24,69

Fonte: TCEduca (2019).

Município: Santa Cruz de Cabrália

Ano	Ind 1A	Ind 1B	Ind 2ª	Ind 3A	Ind 3B
2016	83,53	19,83	88,45	78,06	43,88
2017	86,70	18,69	89,23	80,03	41,09
2018	92,47	19,34	90,38	82,12	45,66

Fonte: TCEduca (2019).

INDICADORES RELATIVOS À META 5 – ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS – POR MUNICÍPIO, EM DOIS PERÍODOS

Definição dos indicadores

Interpretação das escalas de proficiência, considerando o **nível um** de cada medida, que demonstra o estágio elementar da aprendizagem da habilidade, conforme BRASIL/INEP . ANA – Avaliação Nacional da Avaliação. **Relatório 2013 – 2014,** vol 1. Da concepção à realização

Nível 1 da proficiência da leitura – "No primeiro nível, consta a leitura de palavras a partir de imagens e, portanto, os estudantes situados nesse nível conseguem ler apenas palavras, desde que relacionadas a uma imagem" Pg. 38. "Não se trata, no entanto, de leitura de textos, haja vista que os objetos de conhecimento dizem respeito exclusivamente a palavras com diferentes quantidades de sílabas e estruturas silábicas". Pg.. 39.

Nível 1 da proficiência da escrita – "Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente não escrevem as palavras ou estabelecem algumas correspondências entre as letras gravadas e a pauta sonora, porém ainda não escrevem palavras alfabeticamente. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem textos ou produzem textos ilegíveis". Pg. 47.

Nível 1 da proficiência da matemática – "No primeiro nível da escala de Matemática predominam as habilidades apreendidas pelos estudantes na sua convivência infantil, em práticas cotidianas que envolvem brincadeiras e jogos, entre outras atividades, e a proficiência e, Leitura exigida nos item é baixa. Por conseguinte, os conhecimentos matemáticos demonstrados nesse nível poderiam ser classificados como pré-escolares" pg. 57.

RECÔNCAVO		
Dom Macedo Costa		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	15,57%	29,63%
Escrita	6,30%	7,41%
Matemática	16,85%	22,22%
Muniz Ferreira		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	39,47%	38,52%
Escrita	10,53%	15,54%
Matemática	42,11%	39,55%
Nazaré		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	31,33%	34,82%
Escrita	16,91%	22,06%
Matemática	37,72%	32,92%
Santo Antônio de Jesus		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	33,29%	35,52%
Escrita	14,10%	22,55%
Matemática	39,21%	37,13%
Sapeaçu		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	27,99%	46,24%
Escrita	9,90%	27,50%
Matemática	37,91%	50,74%
Salinas da Margarida		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	39,39%	32,87%
Escrita	19,22%	18,81%
Matemática	48,25%	32,15%
Varzedo		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	24,35%	42,57%
Escrita	17,27%	28,43%

Matemática	35,30%	46,89%
SUDOESTE DA BAHIA		
Aracatu		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	34,08%	32,72%
Escrita	17,22%	14,32%
Matemática	43,16%	45,00%
Barra do Choça		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	45,68%	43,15%
Escrita	29,76%	34,52
Matemática	53,45%	45,45%
Belo Campo		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	44,37%	40,85%
Escrita	38,16%	26,10%
Matemática	53,01%	47,72%
Caraíbas		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	32,35%	47,85
Escrita	12,28%	29,79%
Matemática	29,94%	48,57%
Condeúba		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	9,22%	7,14%
Escrita	2,64%	2,80
Matemática	13,79%	11,21%
Cordeiros		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	9,09%	16,48%
Escrita	1,30%	8,64%
Matemática	14,47%	12,94%
Encruzilhada		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	41,44%	32,69%
Escrita	19,45%	24,39%
Matemática	42,54%	35,88%
Guajeru		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	26,68%	21,97%
Escrita	14,73%	16,31%
Matemática	38,25%	35,40%
Licínio de Almeida		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	13,33%	5,38%
Escrita	2,50%	3,29
Matemática	12,96%	7,31%
Maetinga		

Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	0,00%	21,38%
Escrita	3,03%	14,22%
Matemática	3,92%	18,82%
Mirante		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	9,84%	22,68%
Escrita	3,52%	8,01%
Matemática	14,54%	30,77%
Planalto		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	31,54%	26,74%
Escrita	17,22%	14,78%
Matemática	37,16%	25,54%
Tremedal		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	50,22%	32,44%
Escrita	36,00%	20,20%
Matemática	54,10%	32,70%
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO		
Campo Alegre de Lourdes		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	37,98%	38,48%
Escrita	22,43%	23,80%
Matemática	46,46%	36,47%
Curaçá		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	38,78%	Sem Resultado
Escrita	22,36%	Sem Resultado
Matemática	38,24%	Sem Resultado
Juazeiro		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	27,88%	23,86%
Escrita	14,83%	18,14%
Matemática	31,90%	26,91%
Pilão Arcado		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	54,59%	41,42%
Escrita	28,42%	26,00%
Matemática	59,31%	44,60%
Remanso		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	30,22%	43,27%
Escrita	20,04%	30,30%
Matemática	44,08%	45,14%
Sento Sé		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	39,18%	42,28%

Escrita	21,81%	32,00%
Matemática	41,55%	42,27%
Sobradinho		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	35,06%	31,61%
Escrita	19,55%	20,85%
Matemática	37,21%	37,07%
Uauá		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	32,71%	15,91%
Escrita	14,32%	11,24%
Matemática	31,49%	19,03%
TERRITÓRIO DO SISAL		
Barrocas		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	47,62%	38,11%
Escrita	26,49%	27,28%
Matemática	53,22%	37,55%
Conceição do Coité		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	43,55%	38,46%
Escrita	22,38%	23,90%
Matemática	48,39%	42,11%
Ichu		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	51,57%	61,96%
Escrita	30,53%	56,51%
Matemática	50,52%	65,77%
Monte Santo		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	54,83%	49,07%
Escrita	25,68%	31,27%
Matemática	62,74%	51,26%
Quijingue		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	34,65%	39,72%
Escrita	14,46%	20,48%
Matemática	38,90%	42,21%
Retirolândia		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	39,86%	38,27%
Escrita	23,77%	25,99%
Matemática	50,17%	38,91%
TERRITÓRIO COSTA DO DESCOBRIMENTO		
Belmonte		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	43,68%	50,41%
Escrita	27,80%	37,46%

Matemática	47,47%	56,45
Eunápolis		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	40,89%	32,52%
Escrita	27,49%	28,93%
Matemática	45,82%	35,72%
Guaratinga		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	46,46%	43,03%
Escrita	23,56%	29,82%
Matemática	49,84%	44,60%
Itabela		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	40,82%	37,20%
Escrita	20,83%	25,10%
Matemática	47,45%	39,82%
Itagimirim		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	46,97%	Sem Resultado
Escrita	34,22%	Sem Resultado
Matemática	46,61%	Sem Resultado
Itapebi		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	46,03%	54,04%
Escrita	23,11	39,64%
Matemática	54,48%	58,44%
Santa Cruz de Cabrália		
Habilidade / Período	2014	2016
Leitura	32,74%	26,37%
Escrita	20,29%	22,62%
Matemática	38,75%	26,22%

Fonte: BRASIL/INEP, (2020).